



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIX – Nº 097 – TERÇA-FEIRA, 15 DE JUNHO DE 2004 – BRASÍLIA - DF

MESA		
<p style="text-align: center;">Presidente José Sarney – PMDB – AP</p> <p style="text-align: center;">1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p style="text-align: center;">2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p style="text-align: center;">1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p style="text-align: center;">2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI</p>	<p style="text-align: center;">3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p style="text-align: center;">4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p style="text-align: center;">Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Silhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – PL – RJ</p>	
LIDERANÇAS		
<p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 19 (PT–13, PSB – 3, PTB – 3)</p> <p style="text-align: center;">LÍDER – PT Ideli Salvatti – PT</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p style="text-align: center;">LÍDER – PSB – 3 João Capiberibe – PSB</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder PSB Geraldo Mesquita Júnior</p> <p style="text-align: center;">LÍDER – PTB – 3 Duciomar Costa – PTB</p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PMDB – 22 LÍDER Renan Calheiros – PMDB</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes</p>	<p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 29 PFL– 17, PSDB – 12</p> <p style="text-align: center;">LÍDER Efraim Morais – PFL</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL</p> <p style="text-align: center;">LÍDER – PFL – 17 José Agripino – PFL</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Jorge João Ribeiro</p> <p style="text-align: center;">LÍDER – PSDB – 12 Arthur Virgílio – PSDB – AM</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias</p>	<p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PDT – 5 LÍDER Jefferson Péres – PDT</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder Almeida Lima</p> <p style="text-align: center;">LÍDER – PL – 3 Magno Malta – PL</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder Aelton Freitas</p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO PPS – 2 LÍDER Mozarildo Cavalcanti – PPS</p> <p style="text-align: center;">LIDERANÇA DO GOVERNO LÍDER Aloizio Mercadante – PT</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Fernando Bezerra – PTB Patrícia Sabóya Gomes – PPS Hélio Costa – PMDB Marcelo Crivella – PL Ney Suassuna – PMDB Ideli Salvatti – PT</p>
EXPEDIENTE		
<p style="text-align: center;">Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 81ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 14 DE JUNHO DE 2004

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de requerimentos

Nº 739, de 2004, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2004, de sua autoria, que trata do custeio da Seguridade Social..... 18075

Nº 740, de 2004, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando ao Ministro de Estado da Justiça as informações que menciona..... 18075

Nº 741, de 2004, de autoria do Senador José Jorge, solicitando ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República as informações que menciona..... 18075

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Recebimento da Mensagem nº 73, de 2004 (nº 298/2004, na origem), de 7 do corrente, pela qual o Presidente da República, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada ao financiamento parcial do Programa de Ação Social em Saneamento – PASS/BID. 18076

Arquivamento definitivo do Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2003 – Complementar, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que dispõe sobre as cooperativas de crédito, como previsto no artigo 192 da Constituição Federal..... 18076

1.2.3 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 182, de 2004, de autoria do Senador Marcos Guerra, que altera dispositivos da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, para tornar mais célere o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. 18076

1.2.4 – Mensagem do Presidente da República

Nº 74, de 2004 (nº 300/2004, na origem), de 9 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Mauro Marcelo de Lima e Silva para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN. 18078

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR ALVARO DIAS – Debate sobre o salário mínimo. Paralisia do governo Lula no que tange à execução orçamentária. Adoção de critério eminentemente político para a liberação de recursos às emendas de parlamentares ao Orçamento. 18081

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Alerta para o aumento de acampamentos dos sem-terra. Improriedade do modelo adotado para reforma agrária no país..... 18084

SENADOR PAPALÉO PAES – Considerações sobre a epidemia da obesidade. Posicionamento sobre o novo salário mínimo..... 18085

SENADOR MARCOS GUERRA – Importância do Estado do Espírito Santo na produção do café conilão. 18090

SENADOR HÉLIO COSTA – Emoção da Corrida da Tocha Olímpica ocorrida na cidade do Rio de Janeiro. 18092

SENADOR PAULO PAIM – Debates sobre o salário mínimo. Preocupação com os benefícios dos aposentados e pensionistas. 18092

SENADOR JOÃO RIBEIRO – Registro do funeral do produtor rural João Batista Rosa, que tirou a própria vida, após injusta acusação de praticar o trabalho escravo em sua fazenda..... 18096

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Posicionamento do PFL sobre a questão do salário mínimo. 18100

SENADOR JOSÉ JORGE – Defesa do salário mínimo de R\$275,00. 18102

SENADORA IDELI SALVATTI, como Líder – Aumento do fluxo de investimentos externos no país. Dados demonstram que a indústria vai alavancar o crescimento a partir de 2005. Ressurgimento do emprego formal no Rio de Janeiro. Comentários às declarações do economista Edmar Bacha, de que o PSDB não ganhará as eleições de 2006 caso a economia continue no ritmo atual..... 18104

SENADOR JONAS PINHEIRO – Apelo ao governo para a regulamentação da Lei nº 10.711, que dispõe sobre o sistema nacional de sementes e mudas. Considerações sobre a Carreira de perito federal agrário..... 18106

SENADOR <i>PEDRO SIMON</i> – Reflexão sobre a mudança de posicionamento do Partido dos Trabalhadores enquanto governo.	18116
SENADOR <i>GARIBALDI ALVES FILHO</i> – Análise sobre a questão do salário mínimo.	18122
SENADOR <i>MÃO SANTA</i> – Aplauso à Comissão Especial da Câmara dos Deputados que aprovou substitutivo para a recriação da Sudene. Observações sobre o salário mínimo proposto pelo governo Lula.	18123
1.2.6 – Discurso encaminhado à publicação	
SENADOR <i>MARCOS GUERRA</i> – Homenagem ao desembargador Amim Abiguenem, que se aposentou, do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo. Votos de sucesso ao novo desembargador Carlos Roberto Mignone.	18127
SENADOR <i>ROMERO JUCÁ</i> – Louvor ao trabalho social desenvolvido pela Fundação Bradesco... ..	18127
1.2.7 – Comunicação da Presidência	
Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária a realizar-se amanhã, com Ordem do Dia anteriormente designada.....	18129
1.3 – ENCERRAMENTO	
2 – EMENDAS	
Nºs 1 a 9, apresentadas ao Projeto de Lei nº 22, de 2004-CN (Mensagem nº 82/2004-CN, nº 273/2004, na origem).	18130

3 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL	
Nºs 78 e 79, de 2004.	18141
4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
Nºs 1.008 a 1.023, DE 2004.	18142

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA	
6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ	

CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL	
12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)	
14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	

Ata da 81ª Sessão Não Deliberativa em 14 de Junho de 2004

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos
Marcos Guerra, Valdir Raupp e Papaléo Paes*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes, procederá à leitura do Expediente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 739, DE 2004

Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, do Regimento Interno, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2004, de minha autoria, que trata do custeio da seguridade Social.

Sala das Sessões, 14 de junho de 2004. – **Paulo Paim.**

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 256, § 2º, inciso II, alínea **b**, do Regimento Interno desta Casa.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 740, DE 2004

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, seja encaminhado ao Exmº Sr. Ministro de Estado da Justiça pedido de informações sobre a situação atual do processo administrativo, em tramitação no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), relativo à denúncia de diversas irregularidades praticadas pelo franqueador do McDonald's contra os franqueados da rede, bem

como sobre eventuais providências adotadas no âmbito desse Ministério a fim de coibir a “canibalização”, a sublocação das lojas a valores exorbitantes, além de outras condutas típicas de abuso do poder econômico cometidas por esse franqueador.

Sala das Sessões, 14 de junho de 2004. – **Alvaro Dias.**

REQUERIMENTO Nº 741, DE 2004

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro seja encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República a seguinte solicitação de informações a respeito da utilização de cartões de crédito corporativo por parte de servidores da Presidência da República:

1) A fundamentação legal para a expedição de cartões de crédito corporativo aos servidores da Presidência da República e a publicação, no órgão de imprensa oficial, do instrumento que autorizou a mencionada expedição dos cartões;

2) A relação nominal dos servidores da Presidência da República que, por força do desempenho de suas funções, possuem cartões de crédito corporativo e se encontram autorizados a utilizá-los em compras e/ou pagamentos de despesas do Poder Executivo, com a indicação da Bandeira do Cartão, do número de cada um dos Cartões de Crédito, do número dos CPF de todos os servidores que possuem esses cartões, bem como a indicação do cargo efetivo e/ou cargo comissionado/função de confiança ocupados por cada um deles na estrutura da Presidência da República;

3) O montante exato dos gastos efetuados até o dia 31 de maio de 2004, com a indicação do nome do servidor, acompanhada do detalhamento das despesas efetuadas a favor da Presidência da República, comprovadas

pela emissão das respectivas faturas mensais emitidas pelas operadoras dos cartões.

Justificação

É atribuição do Congresso Nacional acompanhar e fiscalizar as políticas públicas levadas a efeito por parte do governo e essa tarefa se faz extremamente necessária quando a imprensa noticia que a Presidência da República permite que aproximadamente 38 servidores de seus quadros possuam cartões de crédito corporativo.

A Revista semanal **Veja**, em sua edição nº 1858, de 16 de junho de 2004, no quadro Radar, em nota intitulada “Governo – A caixa-preta do cartão de crédito”, deixa claro que a emissão de cartões de crédito corporativo a favor de servidores da Presidência da República já possibilitou a movimentação de um montante aproximado de quase um milhão e meio de reais em despesas as mais variadas possíveis. O Congresso Nacional, em particular o Senado da República, não pode deixar de aclarar esses fatos, especialmente no momento em que estamos impossibilitados de investigar, pelas Comissões Parlamentares de Inquérito, denúncias feitas contra o Poder Executivo pela malversação de recursos públicos por parte do Governo Federal. Se os cartões de crédito corporativo existem, se foram emitidos a favor de servidores públicos, se estão destinados ao pagamento de despesas públicas da Presidência da República, mais do que direito nosso, é nossa obrigação avaliarmos as condições em que essa iniciativa tem se dado no âmbito da Administração Pública federal.

Por todo o exposto, aguardamos sejam requeridas ao Sr. Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República as informações aqui solicitadas.

Sala das Sessões. – **José Jorge**.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar minha inscrição para breves comunicações no momento em que a Mesa julgar oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Fica V. Ex^a inscrito em primeiro lugar, nobre Senador Leomar Quintanilha, para uma comunicação inadiável, nos termos do disposto no Regimento Interno desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 73, de 2004 (nº 298/2004, na origem), de 7 do corrente, pela qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID –, destinada ao financiamento parcial do Programa de Ação Social em Saneamento – PASS/BID.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, acompanhada do processado da Resolução nº 1, de 2002, referente ao assunto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo do Projeto de Lei do Senado nº 336, de 2003 – Complementar, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que dispõe sobre as cooperativas de crédito, como previsto no art. 192 da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 182, DE 2004

Altera dispositivos da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, para tomar mais célere o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 24, 42, 43, 49 e 59 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 24.

§ 1º O prazo previsto neste artigo pode ser dilatado até o dobro, mediante comprovação justificativa.

§ 2º Se o ato deixar de ser praticado no prazo fixado, o processo poderá ter prosseguimento e ser decidido com sua dispensa, sem prejuízo da responsabilidade de quem der causa à omissão.

§ 3º O prazo ficará suspenso enquanto não forem apresentados esclarecimentos e documentos imprescindíveis para a

prática do ato, solicitados pela autoridade competente.(NR)”

“Art. 42.

Parágrafo único. Se o parecer deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo poderá ter prosseguimento e ser decidido com sua dispensa, sem prejuízo da responsabilidade de quem se omitiu no atendimento.(NR)”

“Art. 43.

Parágrafo único. Se o órgão não cumprir o encargo no prazo assinalado, o processo poderá ter prosseguimento e ser decidido com a dispensa do laudo técnico, sem prejuízo da responsabilidade de quem se omitiu no atendimento.(NR)”

“Art. 49.

§ 1º Se no prazo fixado a Administração não emitir decisão, o pedido será automaticamente considerado aprovado, sem prejuízo da responsabilidade de quem der causa à omissão.

§ 2º O prazo ficará suspenso enquanto não forem apresentados esclarecimentos e documentos imprescindíveis à apreciação do pedido, solicitados pela autoridade competente.(NR)”

“Art. 59.

§ 3º Se no prazo fixado o órgão competente não decidir o recurso administrativo, o pedido será automaticamente considerado aprovado. sem prejuízo da responsabilidade de quem der causa à omissão. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 9.784, de 1999, andou bem ao fixar prazos razoáveis para a prática dos atos administrativos no âmbito da Administração Pública Federal. Conjugam-se os princípios da finalidade, do interesse público e da eficiência, tendentes à rapidez na solução, e os princípios da motivação, da ampla defesa e da segurança jurídica, que pedem maior delonga na apreciação do processo. Na hipótese de descumprimento dos prazos pela administração, contudo, a lei não prevê mecanismos que possam viabilizar o prosseguimento do processo e, conseqüentemente, acarreta prejuízos ao interessado e à própria administração pública.

O descumprimento dos prazos gera o acúmulo de processos nas repartições públicas e, conseqüentemente, a desmoralização da administração pública, com a corrupção de seus servidores, o que reforça no imaginário social a cultura do “jeitinho” e a liderança

daqueles que conseguem desengavetar processos, com a conivência, muitas vezes, de funcionários corrompidos ou desidiosos, que criam dificuldades para vender facilidades.

Forma-se uma barreira à iniciativa privada, com o descrédito do aparelho estatal, que passa a ser visto apenas como um custo a ser removido. Recentemente, a Corporação Financeira Internacional, órgão do Banco Mundial responsável pelo financiamento de investimentos do setor privado e pela prestação de assistência técnica e assessoramento a empresas e governos, apresentou, em seminário realizado em Brasília e em São Paulo, com a participação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Confederação Nacional da Indústria, importante relatório que compara o custo regulatório de fazer negócios em mais de 130 países. Os indicadores mostram que o Brasil é um dos países, mesmo se comparado com os vizinhos da América Latina, mais atrasados nas áreas pesquisadas.

A omissão da administração configura abuso de poder, atacável pela via judicial e, conseqüentemente, gera o dever de reparação dos danos suportados pelo administrado, o que não ocorreria se a lei estabelecesse o prosseguimento do processo administrativo. Além disso, está prevista no projeto de lei a responsabilização daquele que deu causa à omissão, ficando, por conseqüente, resguardado o interesse público.

Pela importância do tema, contamos com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 14 de junho de 2004. – **Marcos Guerra.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999

Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 24. Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de cinco dias, salvo motivo de força maior.

Parágrafo único. O prazo previsto neste artigo pode ser dilatado até o dobro, mediante comprovada justificação.

Art. 42. Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de quinze dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo.

§ 1º Se um parecer obrigatório e vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo não terá

seguimento até a respectiva apresentação, responsabilizando-se quem der causa ao atraso.

§ 2º Se um parecer obrigatório e não vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo poderá ter prosseguimento e ser decidido com sua dispensa, sem prejuízo da responsabilidade de quem se omitiu no atendimento.

Art. 43. Quando por disposição de ato normativo devam ser previamente obtidos laudos técnicos de órgãos administrativos e estes não cumprirem o encargo no prazo assinalado, o órgão responsável pela instrução deverá solicitar laudo técnico de outro órgão dotado de qualificação e capacidade técnica equivalentes.

Art. 49. Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até trinta dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.

Art. 59. Salvo disposição legal específica, é de dez dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

§ 1º Quando a lei não fixar prazo diferente, o recurso administrativo deverá ser decidido no prazo máximo de trinta dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.

§ 2º O prazo mencionado no parágrafo anterior poderá ser prorrogado por igual período, ante justificativa explícita.

INFORMAÇÕES PESSOAIS

Nome	MAURO MARCELO DE LIMA E SILVA
RG	8.228.661 – SSP/SP
CPF	005.991.038-09
Filiação	Mário Lima Pereira da Silva e de Maria Antonietta Defina de Lima e Silva
Endereço	Rua João Ramalho, 136, 6º., Cep. 05008-000, São Paulo, Capital
Telefones	11-3873.7282 (res.) 11-8123.0000 (cel.)
eMail	mauromarcelo@terra.com.br
Nac./Naturalidade	Brasileiro, natural de São Paulo, Capital
Nascimento	22 de Setembro de 1959
Estado Civil	Casado, três (03) filhos

ATIVIDADE PROFISSIONAL

Cargo	Delegado de Polícia desde 1986
Instituição	Polícia Civil do Estado de São Paulo www.policia-civ.sp.gov.br
Posição atual	Delegado de Polícia da Assistência Policial da Academia de Polícia

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

• 2000	Responsável pela criação do Setor de Crimes pela Internet, DETEL, Departamento de Telemática
• 1999	Delegado responsável pelas apurações de Crimes de Alta Tecnologia, DCS, Departamento de Comunicação Social
• 1998	Delegado da Divisão de Informações do DCS, Departamento de Comunicação Social
• 1997	Delegado Titular da Delegacia de Proteção a Autoridades e Dignitários, DCS, Departamento de Comunicação Social
• 1996	Delegado Titular do 89º Distrito Policial, Portal do Morumbi

FORMAÇÃO

• 2002	Curso Superior de Polícia Integrado, CSP
• 1993	Graduado em Justiça Criminal pela Universidade de Virgínia, EUA
• 1993	Formado na Academia Nacional do FBI (FBI National Academy), em Quantico, Virgínia, EUA, em 1993, turma 173 (www.fbina173rd.org)
• 1983	Bacharel pela Faculdade São Franciscana, Faculdade de Direito Bragança Paulista

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – O projeto lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, mensagem do Presidente da República que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 74, DE 2004

(Nº 300/2004, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com o parágrafo único do art. 11 da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, submeto à apreciação de Vossas Excelências o nome do Senhor Mauro Marcelo de Lima e Silva para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN.

Brasília, 9 de junho de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

OUTROS CURSOS

- 08/2003 FBI National Academy Retraining Session, Costa Rica
- 06/2003 Curso de Extensão do Curso Superior de Polícia, Police de France, Paris
- 02/2001 Curso de Alta Tecnologia na Polícia Metropolitana de Tóquio e de Cooperação Policial Internacional na NPA, National Police Agency, no Japão
- 1998 ADESG, Associação dos Diplomados pela Escola Superior de Guerra
- 05/1996 Polícia de Nova York, EUA, Conferência sobre a atuação da Corregedoria de Polícia, "Second New York Police Department Internal Affairs Conference"
- 11/1992 Seminário sobre Gerenciamento de Crises, "Major Case Management Seminar", ministrado pelo FBI em Montevideu, Uruguai
- 05/1989 Polícia de Miami, EUA, Curso da Swat
- 11/1989 Polícia de Miami, EUA, Direção Ostensiva e Sobrevivência

CONFERÊNCIAS

- Palestrante da Escola Paulista do Ministério Público
- Palestrante da Escola Paulista da Magistratura
- Professor-convidado da Polícia de Miami e do FBI, além de ter ministrado palestras em todo o País por convite do Ministério da Justiça
- Desde 1993, participa das reuniões anuais da IACP, International Association of Chief of Police (Associação Internacional dos Chefes de Polícia). Filadélfia 2003, Toronto 2001, San Diego 2000, Salt Lake City 1998, Phoenix 1996, Miami 1995, Saint Louis 1993

ARTIGOS PUBLICADOS

- 12/1999 Diário Popular, artigo sobre a morte de PC Farias
- 05/1997 Folha de S.Paulo, artigo sobre Síndrome de Munchausen
- 12/1995 Revista Isto É, artigo sobre Grampo Telefônico
- 10/1995 Jornal do Brasil, reportagem sobre a Polícia Norte-Americana
- 05/1995 Folha de S.Paulo, artigo sobre Corrupção Policial
- 09/1994 Folha de S.Paulo, artigo sobre Investigação do Lixo
- 08/1994 Revista Village News, artigo sobre Polícia e Crime (em inglês)
- 04/1994 Revista Hunter, reportagem sobre armas de fogo (pistolas Glock)

**CONDECORAÇÕES,
PRÊMIOS E
ELOGIOS
RECEBIDOS**

- Medalha Jorge Tibiriçá pela 1ª colocação no Curso Superior de Polícia, 2002
- Diploma conferido pela Confederação Israelita do Brasil, pela Federação Israelita de São Paulo e pelo Departamento de Direitos Humanos da B'nai Brith do Brasil, decorrente do trabalho desenvolvido contra os crimes raciais cometidos pela Internet
- Congratulações recebidas do Condado da Califórnia, pelo serviço prestado como Chefe da Delegação de Policiais Brasileiros integrantes da força-tarefa de segurança durante a Copa do Mundo de Futebol de 1994
- Elogio por esclarecimento de seqüestro (Portaria DCS 26/94), 11/1994
- Medalha do FBI por auxílio prestado em investigações policiais, FBI Legal Attaché, 06/1994
- Medalha do DEA por auxílio prestado (educacional) ao Special Agent G.Fouse, 04/1993
- Medalha de Excepcional Mérito do Departamento Correccional da Polícia de Nova York, ofertada pelo Diretor Jess Maghan, 09/1992
- Elogio por prisão internacional efetuada (Portaria DGP 21/92), 09/1992
- Comenda "La Croix de la Charite" por relevantes serviços prestados, 08/1989
- Medalha "Amigo da Marinha", 12/1989
- Elogio funcional por alto espírito de corpo e amor a classe, 06/1988
- Elogio funcional por padrão e honra e eficiência no cumprimento do dever, 06/1988
- Elogios funcionais diversos, 01/1987

**ASSOCIAÇÕES
PROFISSIONAIS**

ADPESP	Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo
SINDPESP	Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo
IACP	International Association of Chief of Police (Associação Internacional de Chefes de Polícia)
FBI-NA	Academia Nacional do FBI (Quântico, Virgínia, EUA)
PFI	Police Futurists International
IACIS	International Association of Computer International Specialists

**OUTRAS
INFORMAÇÕES**

Idioma Inglês



Mauro Marcelo de Lima e Silva
São Paulo, junho/2004

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao primeiro deles, Senador Alvaro Dias, do PSDB do Estado do Paraná.

S. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, teremos tempo nesta semana para o debate da proposta do Governo que oferece aos trabalhadores do País um salário mínimo deplorável. Esse não será o tema do pronunciamento de hoje, mas quero destacar que já se prevê o exercício da criatividade no terreno da esperteza governamental, a utilização daquela arquitetura da esperteza, com a oferta do pretexto que pode aplacar algumas consciências, mudando o voto a favor do Governo. Fala-se na idealização da CIP – Carta de Intenção Paralela. De paralelismos, já cansamos. O que é paralelo me parece não ser sincero. Verificamos isso na reforma da Previdência, quando aqui se apresentou a chamada PEC paralela, que até hoje continua na Câmara dos Deputados à espera de definição.

O debate do salário mínimo exige, no mínimo, sinceridade. Quem quiser votar com o Governo que vote e assuma as conseqüências. Não venham outra vez com a estratégia da dissimulação, não compareçam a esta Casa, mais uma vez, elegendo a hipocrisia como caminho a percorrer. É preciso que todos assumamos nossa responsabilidade diante de tema de transcendental importância, principalmente para os trabalhadores.

Vamos deixar de lado essa história de carta de intenção paralela. Isso não aplaca consciência de ninguém. Vamos votar o que é real. Há duas propostas: a do Governo e a outra que estabelece o salário de R\$275,00, assinada pelos partidos opositores. Há também evidentemente propostas outras como a do Senador Paulo Paim e as de tantos outros nesta Casa. Vamos, portanto, deliberar em função daquilo que é real. Carta de intenção, lamentavelmente, não pode de forma alguma conduzir, sem sombra de dúvida, o nosso voto nesta Casa.

Concedo, com prazer, um aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Alvaro Dias, cumprimento V. Ex^a. Quero dizer que foi feito um acordo informal: vamos debater o salário mínimo na segunda e na terça e votá-lo na quarta-feira. V. Ex^a está sendo muito feliz. Eu, particularmente, não quero acreditar que esse ou aquele Senador vá

viajar para a Suíça, para a Espanha, para Portugal ou para onde quer que seja para não votar. Não acredito nisso. Também, como me disse alguém, não sou uma criança que ainda chupa bico, ou coisa parecida, para acreditar em uma carta segundo a qual, no futuro, será investido mais no campo social. Claro que não. Por isso quero cumprimentar V. Ex^a, que está cumprindo o acordo e trazendo o assunto para o debate. Quem for a favor dos R\$260,00 deve vir aqui e fazer o bom debate e quem quiser algo a mais, inclusive para os aposentados e pensionistas, que se posicione. Faça este aparte porque me lembro de que V. Ex^a, no passado, quando fazia parte da base do Governo Fernando Henrique Cardoso, votou contra o salário mínimo estipulado à época e, graças a votos como esse, construímos naquele momento uma alternativa. Por isso cumprimento V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Nós, que chegamos ao Senado da República, não temos o direito de acreditar em Papai Noel, e quem não acredita em Papai Noel não acredita também nessa Carta de Intenção Paralela. Se não podemos acreditar nem mesmo no Orçamento, como vamos acreditar nessa CIP? Aqui está a execução orçamentária, tema que vou abordar hoje, Sr. Presidente e Srs. Senadores.

O Governo é uma espécie de mastodonte empacado, caminha, às vezes, com muita lentidão e está, lamentavelmente, acometido de uma grave doença: paralisia. É uma maldade para com os destinos do País quando a doença da paralisia acomete o Governo. Em cinco meses de execução orçamentária, o Governo alcança apenas 2,90% do total autorizado para investimentos no País. O total previsto no Orçamento é de R\$12.481.537.588,00. Desse total, apenas R\$362.468.756,00 foram aplicados pelo Governo em 5 meses. Se tivermos mais de doze bilhões para o ano, teríamos mais de um bilhão por mês e, conseqüentemente, mais de cinco bilhões em cinco meses. No entanto, o Governo aplicou apenas R\$362.468.756,00. Portanto, está muito aquém da execução orçamentária necessária para atender os compromissos que assumiu. Se o Governo não cumpre sequer o que se comprometeu a executar, como podemos acreditar que o Governo cumpriria a tal Carta de Intenção Paralela?

Desses doze bilhões, o Ministério da Educação, por exemplo, investiu apenas 0,08%. Antes dos números, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de indagar: como pode o País se desenvolver quando o Governo, que é inegavelmente o artífice principal do desenvolvimento, está sem criatividade, imaginação, sem ação, sem capacidade de gerenciamento, sem competência para aplicar os recursos orçamentários?

Como pode o País se desenvolver quando o Governo está empacado, não deslança, não promove as ações administrativas necessárias para motivar o crescimento econômico do País, se é ele quem tem os principais instrumentos para alavancar o desenvolvimento, não apenas poderosas empresas estatais, agentes financeiros como o BNDES, que tem um orçamento maior que o BID, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, mas também um gigantesco orçamento? Evidentemente, nenhuma empresa tem um orçamento que possa se comparar ao Orçamento do Poder Executivo Federal. Se quem tem esses instrumentos não os aciona com competência, como podemos esperar desenvolvimento econômico no patamar exigido pela sociedade brasileira?

O Ministério da Educação – repito – investiu apenas 0,08%. Não seria a educação importante para o desenvolvimento de um país? Como pode se admitir que o Governo aplique apenas 0,08% do que está destinado para a educação? O Ministério das Cidades investiu apenas 0,84% do montante autorizado para o ano. Esse Ministério não é importante? Ele não trata, por exemplo, da política habitacional? Há política habitacional no País? Lamentavelmente, com esse nível de investimento, nada se pode esperar.

O Ministério dos Transportes investiu apenas 0,27% do orçamento autorizado. Seria de se imaginar que as nossas estradas são maravilhosas, que estão trafegáveis de ponta a ponta. Mas, ao contrário, as nossas estradas são lamentavelmente não diria um caso de polícia, mas um escândalo. As nossas estradas se constituem um verdadeiro escândalo. Nem mesmo os recursos da Cide, imposto criado para a recuperação das estradas, têm sido aplicados com esse objetivo. Ao contrário, são desviados para pagamento de pessoal e para acumular o chamado superávit primário, exigência do Fundo Monetário Internacional.

O Ministério das Minas e Energia, que cuida de setor fundamental para o futuro do País, investiu apenas 0,4% do autorizado. O Ministério da Ciência e Tecnologia investiu apenas 1,69% do montante autorizado e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, apenas 0,1%.

Certamente aparecerão as Lideranças do Governo para afirmar que o Governo Lula colheu uma safra recorde. Há poucos dias, sugeri aos agricultores brasileiros, diante dessa afirmativa do Líder do Governo, que tirassem férias, porque não dependeríamos mais do seu trabalho. Os agricultores poderiam ficar em casa. Já que o Governo Lula plantava e colhia, eles não necessitariam trabalhar. Agora, vejo que o Ministério da Agricultura aplicou apenas 0,21%.

É preciso ser franco e honesto. A agricultura brasileira vai bem por obra e graça dos competentes produtores rurais do nosso País, que evoluíram, agregaram valores tecnológicos e podem competir em igualdade de condições com grandes nações do mundo, embora em terrível desvantagem no que diz respeito à proteção governamental. Enquanto países da Europa e os Estados Unidos aplicam US\$1 bilhão por dia de subsídio à agricultura, no Brasil nada aplicamos e ainda estamos em desvantagem no momento da comercialização, em função da política de protecionismo adotada pelas grandes nações. E o Ministério da Agricultura aplica esta fábula de 0,21% do orçamento!

O Ministério da Cultura aplica 0,83%. É por isso que o Ministro Gilberto Gil, que nós admiramos como artista, precisa continuar artista, porque Ministro não pode ser. É evidente que se o Presidente da República o escolheu, não foi para que gerenciasse a cultura no País. Provavelmente o Presidente sabia da inaptidão para esse tipo de tarefa. O Ministro Gilberto Gil deveria ter uma assessoria tecnicamente competente para gerenciar a aplicação dos recursos e desenvolver programas culturais que significassem avanço, num governo que veio para promover o avanço. Resta ao Ministro Gilberto Gil continuar dando canja aqui, ali, acolá, em nome do Ministério da Cultura, porque certamente não teremos um programa de cultura à altura do renome artístico do atual Ministro.

O Ministério dos Esportes aplicou 0,01%, ou seja, muito próximo de zero; o Ministério do Turismo, 0,38%, pouco mais do que aplicou o Ministério dos Esportes; o Ministério da Integração Regional, 0,33%, apesar das enchentes que sacudiram o Norte e o Nordeste do País; o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, 0,77%; o Ministério da Justiça, 2,09%; e o Fundo Nacional de Segurança Pública investiu zero. É porque o nosso País vive no “paraíso” em matéria de segurança pública. Não há violência. A população está tranqüila nos seus lares, pois não é atormentada pelo crime organizado, pelo narcotráfico, pela violência que campeia solta nos campos e nas cidades do nosso País. Por isso, o Fundo Nacional de Segurança Pública investiu 0% do orçamento em cinco meses.

O Ministério das Relações Exteriores, sim, investiu 10,32%, talvez em face das viagens do Presidente da República. Se este Ministério continuar investindo desta forma, o orçamento será insuficiente, porque de 5% que deveria ter investido em cinco meses, investiu 10,32%, o dobro, portanto, do que deveria ter investido, para atender provavelmente aos compromissos do Presidente da República no exterior.

O Ministério da Previdência Social investiu 0,24% e o INSS, 0%. Entretanto, as filas aumentam a cada

dia às portas do INSS, são famílias pobres atornadas pelas doenças, desamparadas, desassistidas completamente, e o INSS investiu 0% até o último 04 de junho.

Sr. Presidente, no dia da votação do salário mínimo na Câmara dos Deputados, no entanto, o Governo foi generoso, competente, conseguiu mudar o seu desempenho: liberou R\$100 milhões para atender emendas individuais de Parlamentares da Base aliada, para garantir aprovação da proposta do Governo de R\$260,00 para o salário mínimo. Desse total, R\$59,4 milhões foram para os aliados e 39,7 milhões atenderam emendas da Oposição.

Aliás, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo Lula favorece de forma ostensiva os aliados na liberação de emendas parlamentares. Creio que esta Casa deveria adotar uma posição rigorosa em relação a esse assunto. Não se trata de uma ofensa ao Parlamentar, que gera uma expectativa ao inserir no orçamento recurso para determinada obra e, depois, tem a frustração em ver os recursos não serem liberados.

Essas emendas parlamentares se constituem, quase sempre, em moeda de troca do Governo. Ele as utiliza em um momento de obter apoio para suas propostas que encontram dificuldades de aprovação no Congresso Nacional. O Governo não as libera como rotina; não adota qualquer critério para a liberação desses recursos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, segundo a Comissão de Orçamento, até o final de maio, os Partidos da base do Governo tiveram, em média, 28% do valor de suas emendas empenhadas pelo Poder Executivo. Enquanto isso, os Partidos de Oposição receberam menos de 2% do previsto.

Isso é uma violência ao Poder Legislativo. O Governo não tem o direito de estabelecer duas categorias de Parlamentares: Parlamentares de primeira classe e Parlamentares de segunda classe. O Governo libera as emendas parlamentares para os integrantes da base aliada e nega a liberação para os da Oposição, fazendo configurar, dessa forma, duas categorias de Parlamentares no País.

Sr. Presidente, não estou fazendo reivindicação de cunho pessoal, mas cito o meu caso como exemplo. No ano de 2004, apenas cinco emendas de minha autoria foram liberadas, sendo que três delas pela metade; e, das emendas de Bancada, apenas uma. No ano passado, eu tive algumas emendas liberadas. Ao redor de 15% das emendas de minha autoria foram liberadas no ano passado. São emendas importantes, porque particularmente não faço política com emendas orçamentárias. Subscribi uma emenda em prol do Pe-

queno Cotelengo do Paraná e outra a favor da Escola de Educação Especial Vivian Marçal, ambos centros de atendimento à pessoa portadora de deficiência física, mas não foram liberadas. Tive a oportunidade de visitar o Hospital Regional João de Freitas, na cidade de Arapongas, e verifiquei o drama vivido por pessoas humildes, jogadas em filas, que perdem a vida por falta de oportunidades de atendimento. Não são liberados recursos nem para as emendas destinadas às santas casas, que correm o risco de fechar – algumas até já o fizeram.

Não há justificativa para a não liberação de emendas dessa natureza. Por essa razão, tenho defendido o fim das emendas parlamentares, pelo menos no que diz respeito ao Senado. Devemos repassar o valor dos recursos destinados às emendas orçamentárias de Senadores aos Deputados Federais, para que eles possam, exercendo o seu mandato, oferecê-las em atendimento às prefeituras municipais e às entidades de assistência social, pois geramos expectativas com recursos escassos – são apenas R\$2 milhões por ano –, depois verificamos que o dinheiro não é liberado. Não há critério de planejamento nem de projeto; e não há critérios da relação custo-benefício do investimento. O que se verifica é que o Governo as usa realmente como moeda de troca.

O PT foi contemplado com R\$48,6 milhões neste início de ano. A segunda legenda do **ranking**, o PTB, teve 36,2% de suas emendas atendidas. O PT desponta com o maior valor de empenho – R\$ 48,6 milhões. A segunda legenda, que teve 34,24%, é a do PCdoB, o pequeno Partido do Ministro Aldo Rebelo. A explicação do Ministro da Articulação Política é estranha. Diz S. Ex^a: “Os Ministros são orientados a atender às emendas de Oposição, mas têm autonomia para escolher a quais propostas atender, de acordo com suas prioridades”. A prioridade é do Ministro? Que critério há para se estabelecer a prioridade? O critério é político? O critério é o voto a favor do Governo no Congresso Nacional? A tentativa de fazer o raciocínio de que as propostas dos aliados abrigam sintonia fina com as diretrizes dos Ministérios e, por isso, estão sendo acolhidas em maior escala, é inaceitável.

Creio que seria oportuno que a Presidência desta Casa do Congresso Nacional fosse ao Presidente da República lavar o protesto da instituição, porque esse tipo de relação caminha para a promiscuidade política, já que o critério para liberação de recursos é de quem “apóia” e não de quem escolhe o melhor projeto, não de quem escolhe a melhor causa para o investimento público.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apenas para concluir, quero dizer que o atendimento de emen-

das pertencentes ao PCdoB foi de 96%; PTB, de 89%; PT, de 95%. Portanto, isso é uma vergonha, isso é um acinte, isso não é democrático, isso não é sequer civilizado. Entre os Partidos de Oposição, o quadro é o seguinte: PFL, 2,26%; PSDB, 1,88%; e PDT, 1,08%. Portanto, enquanto o PC do B tem 96%, o PSDB tem 1,88%. Enquanto o PT tem 95%, o PDT tem 1,08%. Sr. Presidente, isso compromete a imagem de lisura de qualquer Governo. Portanto, em matéria de lisura o Governo Lula está absolutamente comprometido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Papaléo Paes, antes de conceder a palavra a V. Ex^a, que é o próximo orador inscrito, por permuta com a Senadora Serys Slhessarenko, a Presidência vai conceder a palavra, pelo critério de alternância, para a primeira comunicação inadiável, uma vez que se trata de sessão não deliberativa, ao nobre Senador Leomar Quintanilha, do PMDB do Estado do Tocantins.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos, nobre Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, nobres Srs. Senadores, a Casa está tomada pelo calor da discussão de temas candentes e importantes que envolvem célula-tronco, produtos geneticamente modificados, Lei de Biossegurança e, sobretudo, as questões relacionadas ao salário mínimo.

Aliás, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos os anos, nós nos deparamos com essa dificuldade permanente do Governo em estabelecer um salário mínimo compatível com as exigências da sociedade brasileira e que contemple as demandas e as necessidades daqueles cidadãos brasileiros que ainda vivem do salário mínimo e que hoje estão restritos basicamente aos aposentados do Funrural – alguns poucos na atividade pública recebem o salário mínimo. O trabalhador braçal brasileiro, na sua grande maioria, quer do meio rural quer da atividade urbana, não aceita o salário mínimo e trabalha por uma remuneração melhor.

Portanto, é importante que as discussões permitam que esta Casa auxilie o Governo a encontrar mecanismos que venham a desagregar o salário mínimo dessas questões que implicam as dificuldades enfrentadas pelas Prefeituras e pela Previdência Social brasileira com relação ao aumento do salário mínimo. Todos os anos, ocorre esse problema, essa discussão.

Sr. Presidente, assomo à tribuna para mencionar um fato que, embora não esteja candente no noticiário nacional, é um problema sério, grave, que se arrasta ao longo de muitos anos. Agora mesmo, recebo a visita do Deputado Osvaldo Mota, do Estado do Tocantins. Pude-

mos testemunhar o aumento considerável do número de acampamentos que surgem nas diversas regiões do Estado, considerados dos sem-terra. O que se observa, Sr. Presidente, é que famílias inteiras estão integrando e constituindo novos acampamentos. Muitos deles – a maioria – submetem seus membros a uma condição de subvida, abjeta e totalmente inaceitável, agredindo a dignidade humana, já que as pessoas se abrigam às margens dos córregos e, sobretudo, às margens das rodovias em condições quase humilhantes, degradantes e das mais difíceis possíveis. Os barracos são de lona preta, de palha, o alimento é cozido em trempes de pedra. Os adultos sofrem, e as suas crianças sofrem muito mais. São muito pequenas e ficam sem alternativa de lazer. Assim, elas atravessam essas rodovias e colocam em risco suas próprias vidas e, muitas vezes, provocam acidentes com aqueles veículos que passam à margem desses acampamentos.

O que são esses acampamentos, nobres Senadores? São grupos que aumentam nessas cidades e deslocam-se sobretudo das periferias das pequenas cidades e engrossam as fileiras daqueles que buscam a oportunidade de ter um pedaço de terra.

Na verdade, talvez ter um pedaço de terra para trabalhar e dele poder retirar o seu sustento e o da sua família fosse o principal objeto da reforma agrária pretendida por este País. Mas continuamos enveredando pelo caminho equivocado da tentativa de implantar um modelo de reforma agrária que não atende às aspirações do povo brasileiro e daqueles que têm aptidão para produzir, que querem produzir, que querem trabalhar a terra.

Estamos vendo pessoas desempregadas que, não encontrando, principalmente na cidade, um meio justo e digno de ganhar o seu próprio sustento, buscam essa pequena alternativa oferecida pelo Governo e pelo Incra de proteger, de dar um pouco de atenção àqueles que, pelo projeto de reforma agrária, almejam ter um pedaço de terra para o seu sustento, para a sua produção. Entretanto, não são efetivamente aqueles que têm aptidão, que talvez tenham origem no campo, que estejam propugnando por um pedaço de terra para produzir o necessário ao seu sustento e ao da sua família e, quem sabe, para render frutos e dividendos aos Municípios que habitam, ao Estado e ao próprio País.

Portanto, Sr. Presidente, alertamos as autoridades para o fato de que esse modelo de reforma agrária não é o mais adequado, não é o mais acertado. Vejam o que está acontecendo com a interpretação equivocada por parte das autoridades federais, principalmente as do Ministério do Trabalho, quando vêem em qualquer atividade rural trabalho análogo ao trabalho escravo e

impõem ao produtor rural, ao fazendeiro, àquele que comprou, que pagou pela propriedade, dela paga o imposto, nela faz o investimento para produzir e que emprega muitas pessoas, humilhações. Chegam a se assustar os produtores rurais quando visitados por fiscais do Ministério do Trabalho, com a Polícia Federal. Alguns desses fiscais exorbitam de suas atribuições, impondo humilhação ao proprietário rural na frente de seus empregados e ouvem os empregados, não ouvem os patrões.

O que está acontecendo? Para se resguardar, para não ser carregado algemado para as cidades, para não ser obrigado a fazer pagamentos absurdos em cima da mesa da sua propriedade rural, estão desempregando no campo, estão desempregando aqueles trabalhadores braçais que não têm outra alternativa de trabalho e que, se não puderem ajudar a bater pasto e consertar as cercas nas propriedades rurais, irão para as periferias das cidades ou irão aumentar os acampamentos que estão se multiplicando País a fora.

Esse era o alerta que queria fazer sobre um assunto importante da maior gravidade, que se alastra e que cresce em progressão geométrica em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra o nobre Senador Papaléo Paes, do PSDB do Estado do Amapá, que falará por permuta com a nobre Senadora Serys Slhessarenko.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pertenci aos quadros do PSDB e seria uma honra voltar a esse Partido, mas, por enquanto, ainda faço parte do PMDB, do Amapá.

Quero também dizer a V.Ex^a que ainda hoje guardo aqueles tucaninhos bem guardadinhos como uma grande lembrança desse Partido por que passei por muitos anos. E, logicamente, que a circunstância política do meu Partido na nossa base, pelo compromisso com o PMDB, impediu que pudesse ser candidato a Governador em 1998. O meu Partido apoiou um outro que não fez o sucesso esperado.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a Organização Mundial de Saúde (OMS) resolveu enfrentar um sério problema de saúde, de escala global e de proporções crescentes.

Trata-se da epidemia da obesidade, que aumenta a incidência de diversas doenças sérias, algumas das quais podem ser fatais.

A Organização Mundial de Saúde estima que um bilhão de pessoas em todo o mundo estão acima

do peso adequado. Dessas, cerca de 300 milhões seriam obesas.

Estudos têm mostrado que o excesso de peso, em diversos países europeus, já alcança cerca de 40% das respectivas populações!

Mas esse problema de saúde não se restringe aos países mais ricos, e nem sequer às classes mais abastadas dos países em desenvolvimento. A obesidade dissemina-se cada vez mais nas populações de baixa renda dos países em desenvolvimento, inclusive nos mais pobres entre esses, devido sobretudo às mudanças de padrões alimentares e de comportamento. A obesidade coexiste com a fome em muitos países, como o nosso, e não é incompatível com a subnutrição – ou seja, uma pessoa pode ser obesa e ser subnutrida ao mesmo tempo.

Atualmente, Sr. Presidente, com as referidas mudanças e o relativo sucesso no combate às doenças infecciosas, as doenças não transmissíveis detêm um peso cada vez maior nas taxas de mortalidade e de morbidade. O Relatório sobre a Saúde Mundial de 2002, da OMS, concluiu que as doenças não transmissíveis são responsáveis por quase 60% das 56 milhões de mortes anuais e por 47% da carga global de doenças.

Constatamos, ademais, que cerca de 66% das mortes atribuíveis às doenças não transmissíveis ocorrem nos países em desenvolvimento, onde, em média, as pessoas afetadas são mais jovens.

No Brasil, de acordo com a Organização Pan-americana de Saúde, a incidência de obesidade infanto-juvenil cresceu 240% em 20 anos, seguindo a tendência internacional de aumento acentuado da população com peso acima da faixa ideal. De acordo com a Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, já está próximo do padrão europeu, de 40%.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a obesidade, juntamente com outros fatores associados a uma dieta inadequada e à falta de uma atividade física, está entre as principais causas das mais sérias doenças não transmissíveis, tais como as doenças cardiovasculares, o diabetes tipo 2 e certos tipos de câncer. Outras doenças menos letais também se relacionam a uma dieta de má qualidade e à vida sedentária, a exemplo da osteoporose e da cárie dental.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Ouço, com prazer, V. Ex^a.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Ouço apenas o início do seu pronunciamento para ter a convicção da sua importância e da sua oportunidade em fazê-lo. V. Ex^a que sempre traz a esta Casa questões

de maior relevo, de maior significado, vem mais uma vez tratar de uma questão relacionada diretamente com a saúde pública. E, quando se trata de saúde pública, o Estado salta na frente como o principal e maior responsável. Ouvi V. Ex^a comentar sobre a relação da obesidade com a saúde. A pessoa pode estar obesa e estar passando fome, por alimentar-se equivocadamente. Já tive oportunidade de me dedicar à educação no meu Estado e sei que não há como pensar em desenvolver qualquer povo ou qualquer nação sem primeiro incrementar a educação. Recordo que não há, nem no ensino fundamental, nem no ensino médio, em grade curricular – e aí, sim, compareceria o Governo como regulador –, uma matéria que oriente as pessoas a se alimentar adequadamente. Então, nada melhor do que uma orientação adequada para uma alimentação balanceada, para evitar a obesidade e outros problemas futuros. Seria até uma medicina preventiva. E o próprio Governo economizaria, se integrasse na grade curricular das escolas da rede de ensino do País orientações adequadas sobre alimentação. O ponto de vista esposado por V. Ex^a é muito oportuno quando acentua o perigo, os riscos, o prejuízo que causa à saúde das pessoas e mesmo ao Governo a falta de preocupação em educar o cidadão brasileiro sobre a sua alimentação adequada. Ocorreu-me sugerir a V. Ex^a, quem sabe, desenvolvermos juntos algum trabalho que pudesse estimular o Governo a adotar, como grade curricular nacional, uma matéria relacionada a esse assunto. Essa providência seria interessante até porque já vi muitos alunos reclamarem que fazem em seus cursos matérias sem uso prático algum em suas vidas. Pois bem, tenho segurança de que uma matéria relacionada à alimentação adequada teria uso prático durante toda a vida do cidadão brasileiro. Quem sabe isso poderia estimular V. Ex^a – que tem formação profissional nessa área, é inteligente e costuma trazer a esta Casa e à Nação propostas interessantes – a desenvolver um trabalho com essa idéia da criação, na grade curricular nacional, de uma disciplina sobre alimentação adequada do povo brasileiro.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Senador Leomar Quintanilha, agradeço a sua intervenção. Fico satisfeito quando constato que a população é muito bem informada, e V. Ex^a também não poderia deixar de ser, exatamente porque já participou do processo educacional do seu Estado, é culto e muito bem informado. Digo isso porque a população recebe um bombardeio de informações pela imprensa, mas falta justamente que ela seja estimulada a praticar o melhor para o bem da sua saúde. E sentimos que existe, sim, uma falta de interesse e de determinação do Governo Federal para intervir nesse assunto.

Não quero quebrar a seqüência do meu discurso para comentar o que vou falar mais adiante, mas V. Ex^a vai constatar que repetirei uma afirmação feita pelo Brasil internacionalmente, na Organização Mundial de Saúde, que me deixa extremamente preocupado. Foi o que motivou o meu discurso de hoje.

Então, o tema é justamente que, quando a Organização Mundial de Saúde estabelece um padrão alimentar básico para combatermos essa grave doença, a obesidade, o Brasil infelizmente tem um voto contrário nessa Organização, e eu relatarei isso em meu discurso.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Papaléo Paes, antes que V. Ex^a mude para outro tema, se me permitir, quero cumprimentá-lo pelo discurso. V. Ex^a diz uma frase que tem tudo a ver com o debate de hoje e com a votação – que espero seja na quarta-feira, e não na quinta – sobre a questão da obesidade e da fome. V. Ex^a, que é médico, mostra, com muita firmeza, que essa questão está ligada à distribuição de renda. E, como V. Ex^a bem lembrou, há pessoas subnutridas que são gordas, inchadas. Há uma alimentação de má qualidade. Comem o que lhes surge pela frente. Conseqüentemente, mais facilmente ficam à mercê de doenças que podem encurtar suas vidas. Quero cumprimentar V. Ex^a pelo discurso e pela posição firme, clara, nítida e transparente no debate do salário mínimo, que pode ter um valor maior do que R\$260,00 e ser estendido aos nossos idosos, aposentados e pensionistas com o mesmo percentual. Faço um aparte para cumprimentar V. Ex^a por trazer esse tema ao debate e por vinculá-lo ao tema do emprego e da renda.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Senador Paulo Paim, com muita honra, ouvi sua intervenção e a incorporo ao meu pronunciamento.

O assunto tem a ver mesmo com a questão do salário, do poder aquisitivo do povo. Sabemos que o salário mínimo de R\$260,00, no máximo, pode saciar, em volume, o estômago de um cidadão durante o mês. A pessoa não vai alimentar-se, mas encher a barriga com alimentos de qualidade inadequada para a sua nutrição.

V. Ex^a fez referência à minha posição firme a respeito do salário mínimo, e quero mais uma vez reafirmá-la. Hoje, quando retornava a Brasília, li em um jornal algo que realmente me deprimiu. Jamais pude imaginar que esta Casa, com 81 Senadores que têm uma vida a relatar aos seus correligionários, em seus Estados e aqui, possa submeter-se à certa pressão do Governo no sentido de que o Parlamentar aceite mudar aquilo que constituiu com segurança e informação, logicamente, que é o seu voto.

Senador Paulo Paim, quero dizer aos Senadores que votarão a favor de R\$260,00 que o façam, se estão convencidos disso. Mas há os que não estão convencidos, de forma alguma, a votar em R\$260,00 e acreditam que o Governo tem condições de dar um salário maior, sim, já que fez uma previsão de reajuste de 15% para este ano, que corresponderia a R\$276,00, no mínimo. Para aqueles que vão votar contra os R\$260,00 e a favor de uma emenda, seja R\$275,00, R\$300,00 ou quanto for, quero dizer que se respeitem e não se ausentem desta Casa, porque será muito feio um Senador com seu voto já declarado ausentar-se para não dar **quorum** e derrubar essa medida provisória. Realmente, prefiro não acreditar no que li. Prefiro acreditar que esta Casa é constituída de pessoas de bem, e que o convencimento de forma equivocada para que elas mudem de voto não vai satisfazer as necessidades do Governo. Logicamente, Senador Paulo Paim, teremos uma prova de dignidade do Senado nesta semana, quando todos os 81 Senadores deveremos estar presentes na Casa.

Nada do que li, que também só depõe contra esta Casa, procede: alguns Senadores que votariam contra a proposta de R\$260,00 para o salário mínimo seriam convencidos a não comparecerem à sessão, a estarem ausentes para não dar **quorum** a favor da derrubada desta medida provisória. É uma obrigação moral desta Casa lutar pelo povo brasileiro.

Senador Paulo Paim, estou sendo bem claro. Não quero ser assediado; não desejo que alguém venha a se constranger ao me pedir para mudar o voto; não quero constranger ninguém dizendo “não”. Mas quero dizer a V. Ex^{as} que, se o povo do Amapá me fez o Senador mais votado desta eleição, sem que eu tivesse o mínimo necessário para fazer uma campanha política, apenas aprendendo o meu nome que ouviam em 50 segundos na televisão e no rádio, isso significa que esse povo confia em mim, e é essa confiança que tenho que retribuir. O povo do meu Estado é consciente, altamente politizado e não merece ser traído por qualquer Parlamentar que represente o Estado do Amapá.

Tenha certeza V. Ex^a de que estarei presente na votação. Não escondo de ninguém o meu voto. Além disso, acredito que nenhum amigo, conhecendo-me, terá coragem de me constranger e de sair constrangido por um pedido ou uma tentativa de mudar o meu voto.

Neste final de semana dei entrevistas nas rádios e jornais do meu Estado reafirmando a minha posição. E as pessoas ficam sempre em dúvida, por avaliarem que se trata de um Senador de primeiro mandato, com apenas um ano e meio de Casa, mas quero dizer que, antes de chegarmos aqui, passamos pelas nossas

escolas. Fui Prefeito e aprendi, na minha vida de médico, em primeiro lugar, a respeitar as pessoas para ser respeitado. E é isto que faço: respeito as pessoas e espero a retribuição, que virá naturalmente.

Ouçõ o aparte do Senador Eduardo Siqueira Campos.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PSDB – TO)

– Senador Papaléo Paes, em primeiro lugar, quero parabenizá-lo pela íntegra do seu discurso e por toda a abordagem que V. Ex^a faz sobre a alimentação, dando a orientação que merece a nossa sociedade sobre essa importante questão também já mencionada pelo Senador Leomar Quintanilha. Hoje os olhos da Nação estão voltados para o Senado da República, assim como ocorreu na votação das reformas previdenciária e tributária. Esta Casa deu ao País uma transição entre o que queria o Governo e o que desejava a nossa sociedade. Exatamente devido a posturas firmes como a de V. Ex^a nasceu aqui a PEC paralela. Nós, Senador Papaléo Paes, estamos com a nossa consciência tranqüila, porque, após um telefonema do Presidente da República ao Senador Paulo Paim, nasceu, nesse Parlamentar e no seio de todas as Lideranças partidárias, um acordo inclusive de procedimento. Não criamos nenhum obstáculo. Ao contrário, depois do acordo feito, a reforma da Previdência foi votada, assim como a própria PEC paralela, que continha os benefícios que não foram dados pelo Governo na Câmara. Atualmente o Senado é o guardião da vontade do povo. E é evidente, Senador Papaléo Paes, que nós, que fomos Prefeitos, conhecemos as necessidades das razões de Estado, as necessidades de Governo, a pressão e o constrangimento. Também tive meu nome cogitado por vários jornais segundo os quais eu teria sido convidado a não vir ao plenário, mas eu lhes disse que tal pedido não teria que ser feito a mim. Para que eu não esteja presente, Senador Papaléo Paes, no dia em que esta Casa for se pronunciar sobre o salário mínimo, deverá ser feito um pedido a Deus Todo-Poderoso, porque só Ele pode me retirar deste plenário. Se não for desejo do bom Deus – que tem sido generoso com o Tocantins e comigo –, quero alinhar-me a V. Ex^a para afirmar que estarei nesta Casa e que votarei, em primeiro lugar, a favor da proposta de R\$275,00 e contra a de R\$260,00. Só não estarei presente à votação se o Governo estiver tão forte a ponto de pedir a Deus que eu não venha, retirando-me desta vida. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – Agradeço a participação de V. Ex^a, reconhecendo a sua firmeza. No entanto, V. Ex^a deu a dica para eles, que realmente são capazes de pedir a Deus para retirar-lhe daqui,

mas tenho certeza de que Deus não atenderá tal pedido, pois seu lugar é aqui conosco.

Sr. Presidente, o meu discurso é longo. Quero fazer referência a um ponto importante e, logo em seguida, solicitarei a V. Ex^a que meu pronunciamento seja publicado na íntegra.

A Organização Mundial de Saúde divulgou um esboço da Estratégia Global para Dieta, Atividade Física e Saúde, no início do ano. Esse documento preliminar recebeu diversas críticas, tanto da poderosa indústria alimentar norte-americana e européia como de alguns países-membros da organização, com destaque para os Estados Unidos, a China e o Brasil.

A posição adotada pelo Brasil, Sr. Presidente, causou estranheza, se não perplexidade, em organizações ligadas à promoção da saúde.

Por ser o nosso País um dos maiores exportadores de açúcar, a delegação brasileira manifestou resistência à restrição ao consumo excessivo do produto. Ou seja, o Brasil não quer aceitar a dieta sugerida pela Organização Mundial de Saúde, em que se propõe diminuir o consumo de açúcar, por ser o País um grande produtor e consumidor.

Isso foi expresso de modo indireto nos comentários à proposta original, apresentados pela Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas em Genebra, no trecho em que se considera que “ainda há controvérsias a respeito da composição ideal da dieta mais adequada para obter o equilíbrio nutricional”. Esse comentário revela, sem dúvida, uma nítida intenção de protelar as decisões sobre o assunto.

Esclarecendo melhor o teor das propostas, em face das pressões recebidas, a versão oficial da resolução da Organização Mundial de Saúde, levada à Quinquagésima Sétima Assembléia Mundial de Saúde e datada de 22 de maio do corrente ano, reafirma que “nada nessa estratégia será interpretado como uma justificativa para a adoção de medidas restritivas ao comércio ou de prática que o distorçam”.

Sr. Presidente, o meu discurso possui mais quatro laudas, mas quero, respeitando o meu tempo, que já ultrapassei, dizer às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que meu objetivo é exatamente chamar a atenção do País e das pessoas para o fato de que a obesidade é uma grave afecção, que necessita de um cuidado absoluto das autoridades da área da saúde brasileira. Por conseguinte, é preciso que o Brasil se posicione a esse respeito.

Solicito à Presidência que considere meu discurso como lido na íntegra e faça a devida publicação, de acordo com o Regimento desta Casa.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAPALÉO PAES.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Organização Mundial de Saúde – OMS, resolveu enfrentar um sério problema de saúde, de escala global e de proporções crescentes.

Trata-se, Sr. Presidente, da epidemia da obesidade, que aumenta a incidência de diversas doenças sérias, algumas das quais podem ser fatais.

A OMS estima, Sr^{as} e Srs. Senadores, que 1 bilhão de pessoas em todo o mundo estão acima do peso adequado. Dessas, cerca de 300 milhões seriam obesas.

Estudos têm mostrado que o excesso de peso, em diversos países europeus, já alcança cerca de 40% das respectivas populações!

Mas esse problema de saúde não se restringe aos países mais ricos, nem sequer às classes mais abastadas dos países em desenvolvimento. A obesidade dissemina-se cada vez mais nas populações de baixa renda dos países em desenvolvimento, incluindo os países mais pobres entre esses, devido sobretudo às mudanças de padrões alimentares e de comportamento. A obesidade coexiste com a fome em muitos países, como o nosso, e não é incompatível com a subnutrição – ou seja, uma mesma pessoa pode ser obesa e subnutrida ao mesmo tempo.

Atualmente, Sr. Presidente, com as referidas mudanças e o relativo sucesso no combate às doenças infecciosas, as doenças não transmissíveis detêm um peso cada vez maior nas taxas de mortalidade e de morbidade. O Relatório sobre a Saúde Mundial de 2002, da OMS, concluiu que as doenças não transmissíveis são responsáveis por quase 60% das 56 milhões de mortes anuais e por 47% da carga global de doenças.

Constatamos, ademais, que cerca de 66% das mortes atribuíveis às doenças não transmissíveis ocorrem nos países em desenvolvimento, onde, em média, as pessoas afetadas são mais jovens.

No Brasil, de acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde, a incidência de obesidade infanto-juvenil cresceu 240% em 20 anos, seguindo a tendência internacional de aumento acentuado da obesidade para essa faixa etária. Também o percentual da população com peso acima da faixa ideal, de acordo com a Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, já está próximo do padrão europeu, de 40%.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a obesidade, juntamente com outros fatores associados a uma dieta inadequada e à falta de atividade física, estão entre as principais causas das mais sérias doenças não transmissíveis,

tais como as doenças cardiovasculares, o diabetes tipo 2 e certos tipos de câncer. Outras doenças menos letais também se relacionam a uma dieta de má qualidade e à vida sedentária, a exemplo da osteoporose e da cárie dental.

Não foi, portanto, Sr. Presidente, sem o respaldo em uma análise consistente da realidade que a Organização Mundial de Saúde decidiu, em uma iniciativa inédita, lançar a “Estratégia Global para Dieta, Atividade Física e Saúde”.

A Estratégia Global compromete os países-membros que a adotarem a desenvolver as ações recomendadas para promover a saúde, por meio de uma dieta saudável e da prática de atividades físicas, reduzindo os riscos e a incidência de doenças não transmissíveis.

De acordo com o documento que consubstancia a referida estratégia: “Para todos os países com dados disponíveis, os fatores decisivos para as doenças não transmissíveis são basicamente os mesmos. Fatores que aumentam os riscos das doenças não transmissíveis incluem alimentos densamente energéticos e pobres em nutrientes, com elevadas taxas de gordura, açúcar e sal; níveis reduzidos de atividade física em casa, na escola, no trabalho, bem como no lazer e no transporte; e o uso do cigarro.”

No que se refere à adoção de uma dieta saudável, o documento da Estratégia Global enfatiza a necessidade de limitar o consumo de energia proveniente de gorduras, sobretudo das gorduras saturadas; aumentar o consumo de frutas, verduras e legumes, grãos integrais e nozes; limitar o consumo do açúcar e do sal.

A OMS divulgou um esboço da Estratégia Global para Dieta, Atividade Física e Saúde, no início do ano. Esse documento preliminar recebeu diversas críticas, tanto da poderosa indústria alimentar norte-americana e européia como de alguns países-membros da organização, com destaque para os Estados Unidos, a China e o Brasil.

A posição adotada pelo Brasil, Senhor Presidente, causou estranheza, se não perplexidade, em organizações ligadas à promoção da saúde.

Por ser o nosso País um dos maiores exportadores de açúcar, a delegação brasileira manifestou resistência à restrição ao consumo excessivo do produto. Isso foi expresso de modo indireto nos comentários à proposta original, apresentados pela Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas em Genebra, no trecho em que se considera que “ainda há controvérsias a respeito da composição ideal da dieta mais adequada para obter o equilíbrio nutricional”. Esse comentário revela, sem dúvida, uma nítida intenção de protelar as decisões sobre o assunto.

Outra preocupação manifestada pelos representantes brasileiros foi a de que a Estratégia Global pudesse servir como justificativa para que os países ricos subsidiassem sua produção agrícola. De fato, entre as propostas aventadas está a de que os Estados implementem políticas agrícolas, abrangendo até mesmo estímulos fiscais e subsídios, a fim de estimular a produção de alimentos saudáveis, tais como frutas e verduras.

Esclarecendo melhor o teor das propostas, em face das pressões recebidas, a versão final da resolução da OMS, levada à 57ª Assembléia Mundial de Saúde e datada de 22 de maio do corrente ano, reafirma que “nada nessa estratégia será interpretado como uma justificativa para a adoção de medidas restritivas ao comércio ou de práticas que o distorçam”.

De fato, Sr. Presidente, as ações propostas pela Estratégia Global da OMS não podem entrar em contradição e sobrepor-se às negociações concertadas em outros organismos internacionais, como a Organização Mundial de Comércio – OMC. Esse, em particular, é o foro adequado para nos batermos pelos interesses comerciais de nosso País, visando a uma justa e equilibrada relação entre as diferentes nações.

Deve ser questionada, entretanto, a prevalência dos interesses comerciais face às questões que afetam a saúde individual e coletiva, no nosso e em outros países. Essa posição do Governo brasileiro ficou assim caracterizada até mesmo pelo fato de que os técnicos do Ministério da Saúde foram sistematicamente aliados da discussão da estratégia proposta pela OMS.

Representantes de organizações não-governamentais e outros ativistas vinculados à saúde expressaram seu desapontamento com a atitude do Governo brasileiro, lembrando que, na discussão de outros temas, nossos representantes sempre alegaram que as questões de saúde são prioritárias, devendo prevalecer diante dos interesses comerciais. Essa foi, notoriamente, nossa posição no que se refere às patentes de remédios, particularmente em alguns dos que compõem o coquetel de medicamentos indicados para os portadores de aids.

Creio que vale lembrar também, Sr. Presidente, que a priorização das questões de saúde sempre fez parte do discurso do partido do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

É justo e necessário que o conjunto da população brasileira exija, agora, a coerência de nossos governantes em seu alegado compromisso com a saúde, esse bem maior que não se deve submeter a outros interesses.

Para esclarecer a posição do Governo brasileiro na 57ª Assembléia Mundial de Saúde e, especialmen-

te, diante da Estratégia Global para Dieta, Atividade Física e Saúde, estou encaminhando um requerimento de audiência à Subcomissão Temporária de Saúde do Senado Federal – Cassaude, sugerindo que sejam convidados, para a mesma, representantes do Ministério da Saúde e do Ministério da Agricultura, bem como a Presidente da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia.

Devemos cobrar, no presente momento, a implementação de medidas articuladas e consistentes que levem à diminuição da obesidade e do excesso de peso da população brasileira, elevando sua qualidade e expectativa de vida e fazendo com que nosso sistema de saúde possa direcionar seus escassos recursos para outras ações e tratamentos prioritários.

Esperamos, Sr. Presidente, que o Ministério da Saúde cumpra a sua parte, adotando, em breve tempo, as medidas estipuladas na Estratégia Global da OMS, que estimulam o aumento das atividades físicas e a adoção de uma dieta saudável; medidas que têm efeitos incontestáveis e extremamente positivos para promover a saúde coletiva.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Papaléo Paes, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcos Guerra.

Durante o discurso do Sr. Papaléo Paes, o Sr. Marcos Guerra, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Antes de conceder a palavra ao Senador Hélio Costa, quero apenas deferir, de acordo com o Regimento Interno desta Casa, a solicitação feita pelo Senador Papaléo Paes, do PMDB do Amapá. A Presidência aproveita para pedir desculpas a V. Ex^a ao anunciar o seu nome como integrante do PSDB. Talvez seja a consciência deste Presidente nos traindo, porque, realmente, não há partido que não possa se orgulhar da presença de V. Ex^a em seus quadros.

Senador Hélio Costa, concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero apenas solicitar minha inscrição para uma comunicação inadiável de caráter partidário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex^a fica inscrito em segundo lugar, Senador Hélio Costa, e como o próximo, no critério de alternância, uma vez que já utilizou esse dispositivo regimental o nobre Senador Leomar Quintanilha.

Concederei a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Marcos Guerra, do PSDB do Estado do Espírito Santo, e, em seguida, falará V. Ex^a, para uma comunicação inadiável.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recentemente, o Diretor-Geral do Cecafé – Conselho dos Exportadores de Café do Brasil, Guilherme Braga Abreu Filho, afirmou:

A globalização não é a causa dos problemas existentes no café. Impõe, na verdade, novo cenário sobre o qual precisamos aprender a trabalhar e dele extrair as vantagens. Requer, acima de tudo, eficiência.

Mais tarde, no mesmo dia, ao ler o jornal **A Gazeta**, de Vitória, senti uma grande satisfação com a reportagem de página inteira, intitulada “Novo Conilon chega para mudar a história”.

Permitam-me explicar, nobres colegas. Denomina-se Conilon a variedade de café trazida, em 1912, pelo então Governador do Espírito Santo, Jerônimo Monteiro, da cidade do Rio de Janeiro para o sul do Estado. Apesar de as primeiras sementes e mudas terem sido plantadas em Cachoeiro do Itapemirim, a expansão só se tornou mais expressiva, no final da década de 60, na região Norte do Espírito Santo.

É com muito orgulho, Sr^{as} e Srs. Senadores, que lhes informo ser o meu Estado uma das mais importantes regiões produtoras do café Conilon do mundo. Ele é também o maior produtor brasileiro e nas últimas safras tem representado entre 65% e 70% da produção total de café do País, já que, na safra de 2002/2003, a produção capixaba de Conilon ficou próxima de oito milhões de sacas.

Atualmente, o cultivo dessa variedade representa a mais importante atividade social e econômica do Estado, no setor agrícola, em cerca de 38 mil propriedades, atingindo 300 mil hectares de produção.

A partir de 1985, começaram as pesquisas de melhoramento genético e, nos últimos dez anos, a renovação das lavouras do Conilon tem empregado principalmente as variedades melhoradas desenvolvidas pelos técnicos do Incaper, o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural. Em 1999, por exemplo, foi recomendado o “Robustão Capixaba”, que possui boa tolerância à seca; em 2000,

o “Robusta Tropical”, de propagação por sementes, foi indicado ao cultivo em condições mais rústicas. A estimativa do Incaper é de que 30% do parque estadual de Conilon seja formado por variedades melhoradas, que respondem, hoje, por mais de 53% da produção de Conilon no Estado.

Sr. Presidente, após quase 20 anos de estudos e pesquisas, mais uma variedade de café está apurada, pronta para entrar no mercado, preocupar os concorrentes mundiais e, como afirma o jornalista Zenilton Custódio, “mudar a história da cafeicultura capixaba”. É a variedade mais produtiva já lançada pelo Incaper; 21% superior às outras cinco indicadas, a partir de 1993: o Conilon Vitória.

O nosso grande entusiasmo – meu e de todos os conterrâneos que conhecem o assunto – é que esta nova variedade apresenta as características de um supercafé: além da alta produtividade (70 sacas por hectare), é resistente à principal doença do café, a ferrugem, a pior ameaça às plantações do Estado, e também à doença que ataca as folhas da planta.

A produtividade, Sr. e Srs. Senadores, é um grande atrativo, uma vez que é 21% superior à média das outras variedades anteriormente lançadas pelo Incaper e quase 40% maior que a do Conilon Tropical. Já a resistência às pragas e doenças significa menor uso ou mesmo a dispensa de defensivos agrícolas, o que reduz o custo da produção e implica menor agressão ao meio ambiente.

O Conilon Vitória possui ainda outras características interessantes, como, por exemplo, os maiores grãos entre as plantas do Incaper e um percentual bem mais reduzido de grãos redondos de uma só semente, que depreciam o produto.

Sr. Presidente, Sr. e Srs. Senadores, no Espírito Santo a produtividade das lavouras tradicionais chegou a quase 15 sacas por hectare. A título de comparação, os produtores que utilizaram as novas tecnologias e variedades melhoradas atingiram mais de 40 sacas por hectare. O Conilon Vitória, no entanto, em condições normais, alcança 125 sacas por hectare; prevê-se que um plantio irrigado possa produzir índices superiores a 150 sacas por hectare. Além disso, não apresenta variação de uma espécie para outra.

Sr. e Srs. Senadores, este resultado e as possibilidades me entusiasma, porque venho de uma família que cultivou a terra capixaba, que ajudou a tornar o Município de Colatina o maior produtor de café do Brasil. Perdemos essa posição porque o Município recebeu quatro emancipações. O antigo território de Colatina compreende, hoje em dia, cinco Municípios. Mas Colatina ainda é um dos maiores em produção e, conseqüentemente, em geração de empregos.

Sr. Presidente, Sr. e Srs. Senadores, sinto-me orgulhoso e satisfeito por trazer essas informações a este Plenário, que analisa e discute graves problemas na maior parte do tempo. Estou muito feliz que do meu Estado do Espírito Santo tenha vindo uma solução tão eficiente para a questão do café quanto à criação do Conilon Vitória.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Marcos Guerra, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Marcos Guerra, cumprimento V. Ex^a pelo brilhantismo do seu pronunciamento, que trata de uma cultura muito importante, que, além de gerar empregos no nosso País, aumenta as nossas divisas e traz ao que eu chamo de bom debate um tema sobre o qual esta Casa vai se debruçar esta semana, que é a renda do brasileiro, que, se tivesse um salário maior, poderia ser um consumidor em potencial do nosso café.

Apresentei, há duas semanas, num debate com o Ministro Antonio Palocci, dados em que mostrei que, infelizmente, com o salário mínimo atual – do salário mínimo é preciso diminuir o correspondente à Previdência; dessa forma, de R\$260,00, sobram R\$238,00 –, um casal com dois filhos não consegue comprar para todos um cafezinho e um pãozinho seco, sem manteiga sem nada. Ou seja, eles não realizam as três refeições.

O meu aparte é para cumprimentar V. Ex^a, na esperança de que consigamos aprovar um salário mínimo maior, garantindo o mesmo percentual também para os aposentados e pensionistas, que são os que sustentam as pequenas economias, principalmente no interior do Nordeste. Com isso estaríamos contribuindo para que o café fosse consumido também internamente.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Obrigado, Senador Paulo Paim. V. Ex^a tocou num assunto, o salário mínimo, que realmente mexe com a opinião do País.

No Espírito Santo, a colheita do café está terminando. Temos regiões que empregam na colheita do café a grande maioria das pessoas do campo, que, muitas vezes, nem um salário fixo têm. Como venho do interior, sinto o sofrimento principalmente do homem do campo.

Nobre Senador, o café Conilon tem tudo para se tornar uma grande descoberta e veio do Estado do Espírito Santo. Com certeza, esse produto dará um grande impulso às exportações brasileiras.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito para uma comunicação inadiável, por cinco minutos, o nobre Senador Hélio Costa.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a proximidade dos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro faz com que mineiros e cariocas tenham uma relação bonita e importante do ponto de vista cultural, comercial e estratégico. Sempre que ocorre no Rio de Janeiro, lamentavelmente, algum fato relacionado à violência desmedida que o País inteiro observa, sentimos como se fôssemos cariocas e fluminenses os problemas do Rio.

Da mesma forma, quando o Rio dá um espetáculo de civismo, como ocorreu ontem com a corrida da tocha olímpica, nós mineiros temos que aplaudir e cumprimentar o povo do Rio de Janeiro. À tarde, quando começaram a chegar os mineiros que estavam no Rio de Janeiro e que presenciaram o espetáculo extraordinário que foi esse verdadeiro desfile de atletas brasileiros que disputaram as Olimpíadas desde 1920 ou que participaram de alguma forma com familiares presentes nas Olimpíadas, começamos a ver que retrato bonito se passou pela televisão, pelo rádio e pela imprensa de modo geral, que espetáculo maravilhoso foi o desfile da tocha olímpica pelos dezesseis bairros do Rio de Janeiro.

Tive a oportunidade, Sr. Presidente, hoje pela manhã, de fazer um retrospecto da participação dessas pessoas extraordinárias que fizeram o Brasil nas Olimpíadas. Lembrei-me, evidentemente, das participações de Adhemar Ferreira da Silva, que deu duas medalhas de ouro ao Brasil com o salto triplo; de Nelson Prudêncio, de João do Pulo... O Brasil conseguiu, na verdade, 54 medalhas: 12 de ouro, 13 de prata e 29 de bronze; e a melhor participação do Brasil deu-se nas Olimpíadas de Atlanta.

Desde 1920, quando Guilherme Paraense ganhou a primeira medalha para o Brasil no tiro, o nosso País, com o futebol, com o basquete, com o vôlei, com o iatismo, tem elevado o nome de atletas brasileiros.

Ontem, quando o mais extraordinário atleta que o Brasil já deu ao mundo, Edson Arantes do Nascimento, começou aquela caminhada, nós mineiros tivemos o maior orgulho de saber que esse jogador extraordinário, o mais completo atleta que o Brasil já produziu, emocionava-se, chorava ao carregar a tocha. Ele sabia que o Brasil, apesar de ter disputado e de não ter conseguido ser a sede da próxima Olimpíada, participava de coração com os seus atletas, fazendo um espetáculo emocionante como o ocorrido ontem.

Durante toda a tarde, todo o dia, vimos, além de Pelé, de Zico, de Romário, de Lars Graell – atleta da vela –, de Eder Jofre, um simples gari do Rio de Janeiro carregando a tocha, transmitindo a participação da população, que tem o Brasil no coração e que vê que o nosso País vai às Olimpíadas em agosto para mostrar a importância do esporte. Carregaram também a tocha olímpica um simples carteiro; o nosso Oscar, de tantas glórias; Zagallo, várias vezes campeão do mundo; Aurélio Miguel, do judô; a nossa esperança das próximas Olimpíadas, a ginasta Daiane; Joaquim Cruz, que tanto sucesso fez, que tanto elevou o nome do Brasil nos Estados Unidos e nas Olimpíadas; Marcelo Yuca, que representou os paraatletas e que mostrou a sua determinação de participar dos jogos olímpicos; o velho Nilton Santos, primeiro campeão do mundo na Copa de 1958 e posteriormente em 1962. Finalmente, além de Gustavo Borges, de Paula e de tantos outros, o nosso Ronaldo, “o fenômeno”, encerrou essa verdadeira parada de desportistas que representam o Brasil no exterior.

Sr. Presidente, na semana passada, a Comissão de Educação, Presidida pelo ilustre Senador Osmar Dias, do Paraná, aprovou projeto do atual Ministro dos Esportes, Agnelo Queiroz, relatado pelo próprio Presidente da Comissão, criando a Bolsa Atleta. Talvez seja por meio desse instrumento que o Brasil poderá fazer com que jovens de todas as classes sociais, principalmente os mais modestos, que vêm das famílias mais simples do País, mas com talento esportivo, participem e cresçam como atletas e que um dia representem o Brasil em um acontecimento tão importante como as Olimpíadas, certamente levando todos os brasileiros à emoção que sentimos ontem, quando Pelé chorava ao carregar a tocha olímpica.

Também me emocionei, Sr. Presidente. As lágrimas de Pelé molharam o coração de todos os brasileiros.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra, por permuta com o Senador Sibá Machado, ao próximo orador inscrito, o nobre Vice-Presidente da Casa, Senador Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, que dispõe de vinte minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, seguindo o entendimento firmado pelas Lideranças, dedicarei estes três dias – ou quatro se necessário – para vir à tribuna debater o salário mínimo e o benefício dos aposentados e dos pensionistas.

Recebo em meu gabinete muitas correspondências, aproximadamente duas mil por mês. Há correspondências que são enviadas à Casa para que sejam remetidas ao meu gabinete. Está-se criando, Sr. Presidente, uma enorme confusão.

Já chegou *e-mail*, Senadores Hélio Costa e Osmar Dias, sempre Senador Eurípedes Camargo, Senador Eduardo Siqueira Campos, perguntando se o Senado é mais caro que a Câmara. Dizem que, na Câmara, o custo da aprovação do salário mínimo foi R\$100 milhões e que, no Senado, chegará a R\$1,1 bilhão. É claro que respondo que a informação não procede. Mas a população, quando vê estampado nos jornais que no Senado a aprovação da medida provisória vai custar R\$1,1 bilhão, tem má impressão. Mas esse fato não existe.

Em primeiro lugar, trata-se de emendas legítimas dos Senadores, que não devem ter relação com a votação do salário mínimo. Seria um absurdo se um Senador votasse a favor ou contra o salário mínimo porque foram liberados milhões para sua base eleitoral. Isso não pode valer.

Outro absurdo que cria uma enorme confusão é o fato de Senadores ganharem viagens para o exterior. Vi até declaração de Líderes nos jornais, que teriam dito: “Não, cada Senador viaja quando quer. Não tem importância viajar para o exterior nesse momento exato da votação”.

Ora, eu não recomendaria. Não ficará bem para esta Casa que um Senador esteja em Paris, tomando um bom vinho, comendo um bom queijo, no dia da votação do salário mínimo, ou mesmo em Genebra, na Suíça. A melhor OIT é aqui. Já fui à reunião da OIT e nunca mais quis voltar. Não vou entrar em detalhes porque respeito a organização. Chegando à Genebra, é interessante assistir ao encontro da Organização Internacional do Trabalho, mas a melhor forma de representá-la é ficar e votar o salário mínimo, a favor ou contra. Mais difícil será dizer que o Senador está na Espanha, nos Estados Unidos, até mesmo no Havaí. Mas não acredito nesses boatos. Tenho certeza de que as Sr^{as} e Srs. Senadores estarão aqui. Também não acredito na transferência da votação para quinta-feira, porque, dizem, é festa de São João. Seria um outro desrespeito aos Senadores. Todos gostamos da festa de São João, mas duvido que haja algum Senador que vá a uma festa de São João e não venha aqui votar a favor ou não do salário mínimo.

Portanto, creio que, na quarta-feira, teremos, painel, Casa lotada, aposentados nas galerias. Sei que o Presidente desta Casa, Senador José Sarney, permitirá que todos assistam ao debate, se não aqui, ao menos na frente do Congresso. Aqui teremos 81

Senadores vindo à tribuna, expondo o seu ponto de vista, votando contra ou a favor. Esse é o caminho, por isso a minha tranqüilidade.

Quero participar dos debates. Todos aqui sabem que defendo um salário mínimo em torno de US\$100.00. Penso que deveríamos fazer um acordo de procedimento, votando nominalmente do maior para o menor, ou seja, a emenda de R\$300,00 – casualmente de minha autoria – seria votada. Caso venha a cair, votaremos a de R\$290,00 e assim as emendas de R\$270,00, de R\$275,00, não importa. Mas não podemos, equivocadamente, deixar de votar uma emenda por ser do Paim ou do PFL ou do PSDB. Ora, recentemente, todos votávamos, na Câmara dos Deputados e no Senado, com o apoio suprapartidário quando, segundo nossas consciências, resultava em melhoria para o trabalhador. Mas alegar que não vota o aumento de R\$280,00 porque a emenda não é do seu partido, ora, ou se acredita ou não que esse aumento é bom.

Devemos votar segundo nossa consciência, não porque a proposta é do Eduardo, ou do Eurípedes, ou de quem quer que seja. Temos de votar com muita consciência a favor dos R\$260,00, ou R\$300,00, ou R\$290,00, ou R\$280,00, ou R\$275,00, ou R\$270,00. Estou apenas expondo o meu ponto de vista.

Sr^{as} e Srs. Senadores e Senadoras, será bom debater o salário mínimo, pois as visões são diferentes. Tenho convicção de que o salário mínimo é o melhor instrumento de distribuição de renda, mas não só o mínimo, como o bolsa-família, o bolsa-escola, a educação, a saúde, o saneamento básico, tudo isso combate a pobreza. Mas, em minha opinião, o salário mínimo é um instrumento de fundamental importância.

Sr. Presidente, apesar de o meu pronunciamento ir por essa linha, não repetirei as fontes de recurso da Previdência. Lembro um economista famoso de São Paulo, Yoshiaki Nakano, ex-Secretário da Fazenda, em palestra na Federação do Comércio do Estado de São Paulo, que, em novembro do ano passado, ao falar sobre economia, sobre distribuição de renda, disse aos empresários: “O que dá dinamismo à economia capitalista é o fluxo de salários que vira consumo; é o fluxo do lucro que virá investimentos.” Ou seja, diz que salário, lucro e investimentos fazem muito bem para a economia.

Reporto-me a esse economista respeitadíssimo, Sr. Presidente, para que analisemos com calma, com tranqüilidade. Como fazer política de combate à fome neste País, como combater a violência, sem que o salário mínimo seja elevado? Como querer que as crianças aprendam, sem lhes garantir a alimentação? Como vestir, comprar remédios, pagar a passagem do ônibus, se está comprovado que de um salário míni-

mo de R\$260,00, retirada a contribuição obrigatória à Previdência, sobram R\$238,00?

Teremos de enfrentar esse debate com a maior tranquilidade, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Ouvirei o nobre Senador Hélio Costa, por quem tenho o maior respeito, pelas suas posições históricas, antes de falar da carta que recebi de 22 milhões de aposentados e pensionistas do País, em que descrevem a preocupação com o salário mínimo, principalmente quanto à proposta de praticamente metade do valor concedido ao salário mínimo.

Com a palavra o Senador Hélio Costa.

O Sr. Hélio Costa (PMDB – MG) – Senador Paulo Paim, antes, quero cumprimentar V. Ex^a pela coragem, pela posição firme, sempre em defesa do trabalhador e dos mais carentes. Como V. Ex^a, trabalhei na Constituinte e V. Ex^a sabe da minha posição em defesa do trabalhador. Fico cada dia mais emocionado com a sua defesa firme e intransigente dos direitos dos trabalhadores. Quero lembrar a reunião com o Ministro Palocci a que V. Ex^a esteve presente, na semana passada. Quando ouço V. Ex^a, fico desequilibrado, mesmo na função de Vice-Líder do Governo, porque ouço o Ministro Antonio Palocci dar explicações muito válidas, mas, quando ouço V. Ex^a, fico entre a cruz e a caldeirinha. Contudo, lembro que o que é possível tem que ser dito. Na década de 60, ao final do mandato de Juscelino Kubitschek, o salário mínimo no Brasil equivalia a US\$500. Se foi possível no passado, tem de ser no presente. Estou torcendo, Senador Paim para que V. Ex^a, com seu prestígio e com a sua disposição de luta, possa conseguir que o Governo volte a negociar uma possível melhora na proposta que está para ser votada. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeço o aparte – se me permite dizer – emocionado de V. Ex^a, Senador Hélio Costa. V. Ex^a acabou transcrevendo aqui exatamente o debate que tivemos com o Ministro Antonio Palocci. Até me senti elogiado, porque V. Ex^a, com a estatura do seu mandato, como homem público que aprendi a respeitar desde os tempos de Constituinte, quando, estando dividido, buscava o entendimento.

Quero dizer que V. Ex^a foi muito feliz. V. Ex^a, como Vice-Líder da Base do Governo, disse estar torcendo para um entendimento. Saiba V. Ex^a que a minha posição é a mesma. Não estou preocupado em aprovar os R\$300,00, R\$260,00 ou R\$280,00. O ideal é construir esse grande entendimento, por isso aposto muito.

Amanhã, às 8 horas e 30 minutos, participarei de uma reunião do Bloco e, às 15 horas e 30 minutos, de uma reunião convocada pelo PMDB, com os Líderes da Casa, que me remeteu o convite na perspectiva de

um entendimento, para que não fiquemos no jogo do cabo de guerra, do tudo ou nada.

Acredito muito nessa possibilidade, por isso, Sr. Presidente, lerei a carta de aposentados e pensionistas que recebi hoje:

CARTA ABERTA AO SENADO FEDERAL,
EM BRASÍLIA 11 DE JUNHO DE 2004

Senhores Senadores,

Por meio da carta aberta enviada ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no dia 6 de maio do ano em curso, expusemos os argumentos que defendemos e que evidenciam a justiça dos nossos pleitos e a rigidez da Seguridade Social, cujos dados preliminares de 2003 mostram que a mesma é superavitária.

Dados apontam que a receita da Seguridade Social em 2003 somou R\$180,44 bilhões, para uma despesa de 148,71 bilhões, apresentando, portanto, saldo positivo da ordem de 31,73 bilhões, considerado o RGPS. Se considerarmos o RGPS mais o regime próprio da União, esse saldo cai para 5,18 bilhões.

Numa projeção de 2000 a 2003, constata-se no primeiro caso: RGPS, um saldo de 122,81 bilhões. No segundo caso: RGPS mais regime próprio, o saldo é de 35,48 bilhões.

No que se refere às aposentadorias e pensões com valor acima do salário mínimo, o reajuste, neste ano, foi de 4,53%, portanto, o menor índice concedido, considerando o período de 1995 a 2003.

Estou lendo a carta dos aposentados, segundo a qual 4,53% foi o menor índice entre 1995 e 2003.

A tudo isto, acrescenta-se total inobservância à necessária clareza na aplicação dos índices. Ora é INPC, ora é IGPDI, ora nem mesmo se consegue encontrar o índice aplicado, que de qualquer maneira é sempre o menor possível.

O índice de reajuste do salário mínimo fez com que recentemente os aposentados fossem à Justiça e recebessem, de 1994 a 1997, o correspondente a R\$13 bilhões a ser pago pelo atual Governo, porque, se se utilizam índices diferentes, hoje ou amanhã, terá que responder na Justiça.

Por tudo isso, os números apontam para o mês corrente uma perda de 47,64% para os benefícios superiores ao piso.

O déficit da Previdência que freqüentemente se aponta se aproxima do dispêndio

com benefícios sem a competente contribuição e com as renúncias fiscais, o que obviamente nos leva a concluir que o equilíbrio das contas passa pelo equilíbrio do sistema, que é contributivo.

O reajuste das aposentadorias e pensões superiores ao piso, pelo mesmo índice do mínimo, conforme acordado, não se resumiria tão-somente em questão de bom senso e justiça, mas preservaria a estrutura financeira da previdência básica, com teto recém-retornado pelo Estatuto do Idoso, ao histórico valor de dez salários mínimos.

Esses dados, cujos demonstrativos passo às mãos dos senhores, ressaltando que a seguridade social é comprovadamente superavitária e que um elenco de atos legais ao longo desses anos comprovam o desvio desses recursos para outras áreas, evidenciam que não cabe ao aposentado pagar uma conta que não contraiu. Mais que isso, não é justa a imposição de mais sofrimento ao aposentado, com o aumento de suas perdas e a retirada de suas conquistas.

Em face do exposto, em nome de todos os trabalhadores brasileiros, ativos e inativos, pedimos bom senso e coerência na apreciação da MP e, nos termos do compromisso firmado, a reedição do Decreto nº 5.061, aumentando o salário mínimo para R\$280,00, prevalecendo o mesmo índice para as aposentadorias e pensões acima do piso salarial e ainda que se faça, como prometido, a correção da tabela do imposto de renda.

Vejam bem, a carta não é minha, mas da Cobap (Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas) e fala em R\$280,00, Eu falo em R\$ 300,00. Eles falam com muita clareza aqui que o acordo poderia ser R\$280,00.

Enfim, Senhores Senadores, os números aí estão e apontam para uma definição positiva tanto para o salário mínimo quanto para o reajuste de benefícios e pensões.

Temos a certeza de poder contar com a sensibilidade dos senhores, que falam e representam a população, que clama por melhores condições de vida.

Sem nenhuma dúvida, o nosso Presidente e o Senado Federal, que espero, sabidamente escolhemos, estarão sensíveis ao nosso pleito.

Digo sempre que somos uma grande economia no cenário mundial, em um País de miseráveis. Resta-nos agora ousar e, com otimismo e vontade, tentar mudar este contexto.

JUSTIÇA, EQUIDADE E PAZ SOCIAL SÃO OS NOSSOS COMPROMISSOS, EM RESPEITO ABSOLUTO AO SER HUMANO.

João Resende Lima, Presidente da Copap.

Sr. Presidente, ele nos envia tabela com dados do Siafi, órgão oficial do Governo, demonstrando que há um superávit na Seguridade Social; discrimina também toda a fonte de recursos aqui citadas.

Em outra tabela, mostra 47,64% de defasagem nos benefícios dos aposentados e também dos pensionistas, no período de 2000 a 2004.

Termino meu pronunciamento esperando que, na quarta-feira, votemos a matéria com toda a tranquilidade; estou convencido disso. Mas é um convencimento meu, mas respeito quem pensa diferente. Se cada Senador, ao votar, olhar para bem distante do Plano Piloto, para uma cidade-satélite, com certeza absoluta vai se posicionar pelo salário mínimo acima de R\$260,00. Agora, se se situar geograficamente apenas no Plano Piloto, ficará nos R\$260,00. Essa é a minha opinião.

Viajei neste fim de semana, conversei muito com os trabalhadores, com os aposentados e com os pensionistas, e V. Ex^{as} podem ter certeza que, para o trabalhador que percebe salário mínimo, R\$15,00; R\$20,00 fazem diferença. Se não fizesse, eu não brigaria pelo valor de R\$300,00.

Quem vai a uma padaria – e eu vou – e entra com R\$20,00 a mais, sai com dois, três, sacos de pão e com a possibilidade de saber que poderá tomar algumas xícaras a mais de café durante o mês. Então é claro que faz diferença.

Sr. Presidente, a minha infância foi muito dura. Digo isso sem demagogia. Sou do tempo em que se comprava fiado no armazém da esquina. Às vezes, nem queriam mais vender para nós por estarmos devendo. Como é triste voltar para casa sem meia dúzia de bananas a mais, sem meia dúzia de pãezinhos a mais ou um saquinho de leite! Eu pescava muçum e a minha mãe fazia polenta com esse lambari que eu pegava num riozinho talvez poluído. Sei o quanto é importante chegar em casa com uma dúzia de lambaris e comer a radiche que plantávamos na horta no nosso pátio. Polenta e lambarizinho frito na banha de porco. Matávamos o porco, tirávamos a banha e guardávamos, porque não tínhamos refrigerador. Para a carne não estragar, ficava embutida na banha. Conto um pedacinho dessa história para mostrar que R\$20,00,

R\$30,00, R\$40,00 para nós não faz falta nenhuma, mas para quem ganha salário mínimo é muito, muito importante.

Algumas pessoas se chocam quando falamos sobre isso, mas talvez seja necessário. Não quero chegar ao que fez Juscelino. Não quero falar do valor estimado pelos países de Primeiro Mundo: US\$1 mil. Proponho um valor inferior a US\$100 e penso que é possível pagar.

Tenho muito carinho pelo Presidente Lula. Se não fosse possível pagar esse valor, V. Ex^{as} pensam que eu viria à tribuna insistir no entendimento, no acordo? A meu ver, é possível, sim, pagar esse valor e ainda neste ano. Não foi possível, no primeiro ano, elevarmos um pouco mais o valor do salário mínimo e buscar uma saída para os 22 milhões de aposentados e pensionistas.

Sr. Presidente, haverá três ou quatro dias de debates que, sei, serão de alto nível. Não haverá ataque pessoal a ninguém, nem aos que pensam diferentemente de nós, o que é legítimo e natural. Por exemplo, alguns entendem que não é via salário mínimo, é via Programa Bolsa Escola. Respeito, mas acredito que é via salário mínimo e também via Programa Bolsa Escola. Estou convencido de que, no fim do bom debate, vai prevalecer grande entendimento.

Entretanto – tenho de dizer isto ao Presidente – não concebo que alguém venha me dizer que, se não for aprovado o salário mínimo de R\$260,00, o salário mínimo vai ficar em R\$240,00. Isso não é argumento decente; é um argumento indecente. Todos sabem que a própria Constituição determina, no arts. 201 e 202, que seja feita a correção da inflação. Queira ou não, a correção tem de ser dada e retroativamente a 1º de abril – se quiserem, não é que eu defenda essa data, defendo o dia 1º de maio, mas isso foi fruto do acordo do ano passado. Mas estão dizendo que, se não aprovarmos o valor de R\$260,00, o salário mínimo vai ficar em R\$240,00. Ora, isso é para crianças! Somos todos homens velhos, com cabelos brancos. Se o meu Governo não der a correção, a Justiça vai mandar dar. Todos sabem disso, não é necessário ser especialista em Direito.

Com toda a seriedade exigida pelo momento, Sr. Presidente, o bom debate vai se dar aqui. Não será uma ou outra notinha, com um argumento usado indevidamente, que vai prejudicar o bom debate. Vamos fazê-lo! Entretanto, pelo amor de Deus, os argumentos utilizados – que vão mandar Senador para o exterior, que no Senado Federal vai ser R\$1,1 bilhão, que na Câmara dos Deputados foram R\$100 milhões – desmerecem o debate e o Senado Federal. E, no meu entendimento, não têm procedência. Sobre esse

“argumentozinho chulo” – não sei quem o usou – de que, se o salário mínimo não for de R\$260,00, o seu valor será de R\$240,00, por favor, temos um pouquinho de idade para saber que teremos de adaptar aqui. Se não houver entendimento e aprovarmos o substitutivo, vai prevalecer o substitutivo. Se aprovarmos aqui, por exemplo, R\$280,00, a matéria vai para a Câmara dos Deputados, que vai referendá-la ou não. Não acredito que o Presidente vete. Não acredito. O Presidente Lula não vetaria o que fosse construído mediante entendimento entre o Executivo e o Legislativo.

Já passei do meu tempo, Sr. Presidente. Obrigada a V. Ex^a pela tolerância.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Concedemos a palavra ao nobre Senador João Ribeiro, do Tocantins.

S. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero utilizar este espaço regimental para fazer do registro do funeral de um grande amigo, João Batista Lopes, o conhecido “João Rosa”, uma reivindicação às autoridades brasileiras encarregadas de fazer implementar a legislação que coíbe a prática do insidioso trabalho escravo no Brasil. Lamentavelmente, Sr. Presidente, têm-se registrado ocorrências no mínimo equivocadas, quando são apuradas denúncias de existência de tal delito em centenas de propriedades rurais que, na verdade, ainda não modernizaram suas relações trabalhistas.

E agora isso chegou ao limite máximo. A forma inapropriada que representantes dos órgãos públicos têm adotado na execução de suas tarefas acabou por levar um cidadão honesto e cumpridor da lei, meu estimado amigo João Rosa, ao desvario de tirar a própria vida. Senador Osmar Dias, o fato se sucedeu na sua única propriedade, a pequena Fazenda Santa Rosa, no Município de Xambioá, no Estado do Tocantins, onde recentemente fiscais do Ministério do Trabalho e agentes da Polícia Federal, com base em infundada denúncia feita pela Pastoral da Terra, encontraram peões ou trabalhadores rurais que batiam pasto ou que roçavam pasto sob um contrato de prestação de serviço à moda antiga.

Sr. Presidente, é um costume rotineiro tudo o que ocorreu, inclusive com este Parlamentar. Nunca me manifestei sobre esse assunto porque estou respondendo na Justiça e aguardando uma decisão para depois me

pronunciar. Havia um contrato de prestação de serviço, ou seja, estavam ali a serviço de um empreiteiro que acertou a roçagem do pasto por tempo determinado e preço justo para os moldes locais, muito embora aqueles dezessete trabalhadores rurais ou peões, como são chamados na região, estivessem trabalhando nas condições tradicionais, que sempre foram adotadas sem nenhum tipo de cerceamento de liberdade. Digasse de passagem, eles não estavam efetivamente dentro dos principais parâmetros estabelecidos hoje pela legislação trabalhista, quais sejam, terem carteira de trabalho assinada e terem abrigo em uma construção moderna para o seu descanso, porque isso nós não temos nem na cidade. A grande maioria da população pobre vive em situação de miséria e de abandono na periferia das grandes e pequenas cidades.

Autuado e humilhado publicamente, João Rosa não foi poupado do fato de ignorar aquilo que a moderna legislação impõe, mas sua resposta veio no mesmo diapasão que marcou significativamente sua vida de homem probo, como sempre fez perante seus reais credores. Tratou, sim, de cumprir com o pagamento das pesadas multas e das altíssimas despesas com rescisões de contratos trabalhistas. Não os fez diretamente, mas o seu senso crítico não permitiria que agisse de modo diferente; mandou acertar e quitar todos os débitos, tudo aquilo que a legislação lhe impôs.

Infelizmente, para todos nós, amigos e parentes, não foi capaz de suportar o peso do escárnio público que a imprensa lhe dispensou – a imprensa local, sobretudo –, acusando-o insistentemente de uma prática de que jamais, em momento algum, foi partidário: o de escravizar seres humanos. Entrou em profunda depressão por causa da injusta incriminação e por ver seu nome divulgado como mau exemplo para toda a comunidade de Araguaína. Dizia recentemente aos mais íntimos que não via mais graça na vida que estava vivendo. Sua morte prematura causa comoção aos araguainenses e põe de luto sua honrada família, seus amigos e o setor agropecuário do Tocantins, que assistiram ao sepultamento de uma vítima da inconcebível truculência com que o Estado brasileiro vem tratando os produtores rurais que, como João Rosa, ainda não se adaptaram às novas exigências legais.

Sou partidário da regularização do trabalho rural, defendo os direitos de todos os trabalhadores e não deixei de atender as mesmas exigências que meu saudoso amigo João Rosa atendeu quando me vi envolvido em caso semelhante e que me custa, até agora, o silêncio, no qual vou permanecer até a Justiça se manifestar finalmente sobre o caso, mas não posso me calar diante desse lamentável fato.

João Rosa, humilde e respeitado agricultor, deixou esposa, filhos, netos e vários amigos e companheiros a chorarem sua precoce morte aos sessenta e seis anos de ilibada vida produtiva e a se perguntarem se seu derradeiro e desesperado ato não foi em vão.

Que as autoridades responsáveis pelo cumprimento das leis que elaboramos e defendemos intransigentemente no Senado da República, sobre o ótimo relacionamento entre capital e trabalho, se questionem sobre a postura que seus agentes têm adotado na apuração de supostas denúncias sobre a prática de trabalho escravo, para que não se repitam atos desesperados que, por fim, tirem a vida de homens trabalhadores.

Senhores fiscais do trabalho, complacência para com aqueles homens rudes do campo que ainda não se adaptaram aos novos tempos.

Sr. Presidente, faço, com tristeza, este registro lamentável, para falar do saudoso João Rosa, homem acostumado ao campo, desde criança, fazendeiro, proprietário de uma pequena fazenda no Município de Xambioá, conhecido nacionalmente pela guerrilha do Araguaia, próximo a Araguaína.

O saudoso João Rosa sofreu na pele as consequências de denúncias de que escravizava seres humanos. Na propriedade dele estiveram fiscais do Ministério do Trabalho, procuradores e policiais federais, que o levaram para a cidade de Araguaína, como se bandido fosse. Desde então ele passou a viver de forma diferente, cabisbaixo, achando que a vida não tinha mais sentido. A família o levou a um psicólogo da cidade para fazer tratamento, que, infelizmente, nada resolveu. Meu caro Senador Jonas Pinheiro, João Rosa chegou a esse fim terrível, lamentável. Ele dizia que não tinha coragem de olhar as pessoas nos olhos, porque lhe puseram essa pecha, porque o acusaram de estar escravizando seres humanos. Por isso, suicidou-se.

Desculpem-me por estar falando com dificuldade. Acabei de sair do dentista e ainda estou sob o efeito da anestesia, sem poder falar corretamente, como sempre faço.

O Sr. Marcos Guerra (PSDB – ES) – V. Ex^a permite-me um aparte, nobre Senador João Ribeiro?

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Pois não, nobre Senador Marcos Guerra.

O Sr. Marcos Guerra (PSDB – ES) – Nobre Senador João Ribeiro, ouço o discurso de V. Ex^a com atenção, e gostaria de fazer um comentário a respeito da legislação trabalhista, que, infelizmente, deixa a desejar, principalmente quando a colocamos em prática no campo. Em nosso Estado, no momento da colheita do café, que é um período curto, existe uma demanda

muito grande de mão-de-obra e fatos desagradáveis ocorrem. Pessoas que simplesmente levam refeições para os trabalhadores – geralmente filhos que levam comida para os pais – denunciam os patrões. As denúncias são acatadas pelo Ministério do Trabalho, e os patrões têm de indenizá-las simplesmente por levarem a refeição. Não pretendo retirar direitos do trabalhador, mas é preciso cautela. Muitas vezes, exigem que o agricultor construa no campo banheiros com duchas a fim de atender o trabalhador, como se fosse uma empresa. Existe essa dificuldade do homem do campo. Senador João Ribeiro, precisamos ficar atentos e propor algumas modificações nas leis trabalhistas, para melhorar a vida do homem do campo e tornar o emprego rural um pouco mais acessível. Ressalto que não se trata de tirar os benefícios, mas de melhorar a legislação trabalhista. Quero, mais uma vez, solidarizar-me com V. Ex^a pelo fato ocorrido em seu Estado.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Senador Marcos Guerra, agradeço-lhe o aparte, que incorporo ao meu discurso.

Concedo o aparte ao Senador Jonas Pinheiro, ruralista, homem acostumado à lida do campo.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Senador João Ribeiro, o que aconteceu com João Rosa é um exemplo do que está ocorrendo hoje no campo brasileiro. No projeto de lei que trata do trabalho escravo, que está na Câmara dos Deputados, deve ser definido o que é trabalho escravo. É lamentável o que aconteceu com João Rosa e com V. Ex^a. Em uma palestra numa das Comissões Especiais do Senado, o bispo de Goiás disse que V. Ex^a também é escravagista. Imagine só, V. Ex^a que é proprietário de pequena área...

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – De 160 alqueires.

O Sr. Jonas Pinheiro (PFL – MT) – ser considerado escravagista! Casos como o de V. Ex^a e o de João Rosa estão sendo muito comuns em Mato Grosso. Existe até um trabalho programado no Alto Xingu, Estado de Mato Grosso, para responsabilizar por trabalho escravo todos os proprietários daquela região. Consideram escravagistas produtores extraordinários que, em sua propriedade, dispensam toda a atenção e amparo social aos seus empregados. Há pouco tempo, houve lá uma operação chamada Pente Fino, com a participação inclusive de policiais do Estado do Tocantins. A primeira empresa que visitaram foi a da Granja Planalto, com sede em Uberlândia. Lá encontraram não sinais de maus-tratos aos empregados, mas uma arma antiga, que estava inativa, sem dar tiro, e prenderam o gerente, nosso amigo Maninho, que sofreu a maior humilhação que um homem podia sofrer. Na cadeia em Porto Alegre do Norte, no Estado de Mato

Grosso, Maninho quase tomou a mesma atitude que João Rosa. Não satisfeito com isso, foi visitar o maior empresário rural daquela região, Sr. Romão Flor, que é um líder às margens da BR-158, alguém que nasceu humildemente, filho de agricultor, trabalhou na vida junto com a sua família e tem uma ação extraordinária em benefício dos seus funcionários. Pois bem, o Sr. Romão Flor está escondido para não ser preso, porque hoje está decretada a sua prisão preventiva. Dono de um rebanho acima de 100 mil bovinos, implantou a lavoura nessa região, tornando-se ali o maior produtor, e não pode trabalhar exatamente em função dessa vontade que se tem de descobrir escravos e escravagistas no meio rural. Propaganda da OIT – que para o Brasil é uma vergonha – diz que no Brasil há 25 mil escravos no meio rural. Onde estão? Só no olho vesgo daqueles que querem transformar todo produtor rural em escravagista. Minha solidariedade a V. Ex^a.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Incorporo o aparte de V. Ex^a ao meu pronunciamento, Senador Jonas Pinheiro. Precisamos, sim, definir direito essa questão do chamado trabalho escravo, até porque é um absurdo muito grande alguém imputar essa pecha a um cidadão se o seu funcionário ou se o seu peão está dormindo em uma rede. Quer dizer, dormiu em rede é escravo. Senador Cristovam Buarque, infelizmente, essa é a versão dos fiscais, daqueles que estão implantando as atuais leis trabalhistas no campo.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador João Ribeiro, V. Ex^a me permite um aparte no momento adequado?

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Permitirei.

Na verdade, a Federação da Agricultura do Tocantins propôs – inclusive falei sobre isso semana passada – que se faça, primeiro, uma palestra para dar explicações, para orientar os trabalhadores e os proprietários rurais sobre essa situação. Não se pode, de forma agressiva, tratar um proprietário da fazenda como bandido, como marginal. Invadem a propriedade de um cidadão e levam-no preso muitas vezes. Foi o que aconteceu ao Senhor João Rosa. Ele não foi preso, mas foi detido para Araguaína, um homem de 66 anos, que infelizmente suicidou-se, tirou a própria vida.

Será que vamos ter que continuar assistindo a esse tipo de coisa? O Governo, bem como o Ministério do Trabalho, têm que tomar providências urgentes. Que se multe, que se execute o que estiver errado, mas não da forma agressiva como estão fazendo, humilhando sornateiramente os que trabalham. O setor que deu certo neste País, Senador Paulo Paim, foi a área rural, responsável pelo superávit e pela balança comercial de exportação sobretudo. Esse setor não pode ser tratado dessa forma.

Concedo um aparte a V. Ex^a, embora meu tempo tenha se expirado. Peço a complacência da Mesa.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador João Ribeiro, quero apenas cumprimentar V. Ex^a e dizer que é lamentável. Segundo a OIT, o Brasil é o país, não apenas na área rural – por isso, V. Ex^a demonstra a sua preocupação de um bom debate –, que tem o maior número de trabalhadores sob o regime de escravidão. Como podemos resolver isso? V. Ex^a aponta o caminho. Apresentei um projeto de resolução para que o Plenário do Senado possa ser transformado no que chamamos de comissão geral para fazer o debate dos grandes temas, entre eles a reforma trabalhista, a sindical, o salário mínimo. Até o momento, não fizemos no Plenário do Senado o grande debate, ouvindo todos os setores da sociedade sobre tema tão importante. Tenho certeza absoluta de que, mediante esse amplo debate, apontaremos caminhos, como haveremos de fazer na questão específica que insisto tanto em falar, a do salário mínimo, que haveremos de votar na próxima quarta-feira. Recebi hoje um dado que tem a ver com o seu pronunciamento e que diz o seguinte: o agronegócio está crescendo muito, mas, sem sombra de dúvida, o trabalho informal na área rural é muito grande, e para que esse trabalho não continue, temos que apontar caminhos. Como se apontam caminhos? Apresentando uma legislação adequada, mediante um amplo debate. Era isso, Senador.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Senador Paulo Paim, o que não se pode fazer é execrar publicamente um homem de bem, um proprietário rural. Eu não quero dizer com isso que não existem exageros na área rural. Sei que há. Que sejam punidos os exageros. E foi por isso que eu me calei até hoje, mas esse fato me fez vir à tribuna. Eu estava calado, aguardando o pronunciamento da Justiça. Apresentei a minha defesa e estou aguardando a decisão judicial. Mas, infelizmente, tive de entrar no debate hoje, em função do falecimento de um homem de bem, de 66 anos, que se sentiu envergonhado e humilhado por ser chamado de escravagista; por ter sido acusado de ter trabalho escravo em sua propriedade porque havia lá 17 peões, trabalhadores rurais que roçavam pasto. Ele havia empregado uma empresa particular.

Sr. Presidente, sei que terei de retornar em uma outra ocasião. Espero que não seja muito tarde para debatermos esse tema, para discutir inclusive o que ocorreu comigo em uma pequena propriedade de 160 alqueires que tenho no Pará e a forma como fui exposto na imprensa. O Senador Jonas Pinheiro, aliás, disse-me que um bispo estava aqui fazendo acusações contra mim. Realmente isso nos deixa tristes.

Senador José Agripino, V. Ex^a deseja fazer um aparte?

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço apenas um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Há vários oradores para falar, mas V. Ex^a tem a palavra.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Gostaria apenas de cumprimentar o Senador João Ribeiro por sua oportuna fala nesta tarde de segunda-feira. A reforma trabalhista e a reforma sindical são fatos que se impõem. V. Ex^a traz aqui um fato concreto. O País chamado Brasil se move por fatos concretos, principalmente aqueles que causam espécie, como esse que V. Ex^a relatou. É claro que este é um ano eleitoral e nós precisamos nos debruçar sobre essa questão das reformas sindical e trabalhista com toda parcimônia e realismo. Para trabalharmos com realismo, é preciso enxergar a realidade do Brasil como realmente é, não como se deseja que ela seja. O depoimento de V. Ex^a é uma contribuição muito importante, porque V. Ex^a vem de um rico pedaço do Brasil que se destaca no setor primário, de onde sai muito emprego e riqueza que é preciso preservar, com uma reforma trabalhista realista que consulte a realidade do Brasil. Parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento e pelo debate que abre sobre um assunto tão importante.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Eu agradeço a V. Ex^a, meu caro Líder José Agripino. Sabe V. Ex^a sabe da admiração e respeito que lhe tenho. Incorporo o seu aparte e todos os outros ao meu discurso. Agradeço à Mesa por me ter permitido ultrapassar um pouco o tempo.

Com certeza voltarei a esta tribuna porque, Senador Jonas Pinheiro, eu estou engasgado desde aquele dia em que fui acusado de atos que não pratiquei e não devo. Mas estou aguardando o pronunciamento da Justiça para discutir com mais liberdade e defender aqueles do campo que estão precisando muito não da nossa defesa, mas de os colocarmos no verdadeiro lugar que merecem. Quem produz neste País não pode ser tratado como bandido e como marginal. Repito: quem trabalha e produz neste País não pode ser tratado como bandido e como marginal. Portanto, o homem do campo merece respeito. Que a morte de nosso saudoso amigo João Rosa, um homem de bem, não tenha sido em vão! Que isso sirva de alerta para as autoridades brasileiras!

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Concedo a palavra ao eminente Senador José Agripino, como Líder, por cinco minutos, para comunicação

urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo rapidamente fazer uma comunicação do meu Partido, que chegou a consenso em torno do reajuste do salário mínimo e que está incomodado com a argumentação usada por aqueles que fazem o Governo, os quais estão reagindo à concessão de um aumento de R\$15,00 a mais do que os R\$260,00 propostos pelo Governo.

Falam em irresponsabilidade no valor! Senador Paulo Paim, falam em irresponsabilidade na proposta de R\$15,00 a mais! Falam em vetar! Falam em fazer recair sobre os que votarem a favor dos R\$275,00 a responsabilidade que seria ou que será do Presidente da República! Falam em vetar e manter em R\$260,00 o salário mínimo no Brasil!

Se formos chamados de irresponsáveis, creio que, no mínimo, temos que repor os fatos, fazer contas. Senador José Jorge, V. Ex^a é estatístico e eu sou engenheiro. Portanto, empato com V. Ex^a: somos ambos homens de contas.

Senador Cristovam Buarque, quem informa...

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – Eu também sou engenheiro.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – V. Ex^a também é engenheiro! Então, estamos em casa.

As contas do Governo – do Governo! – são de que, para aumentar de R\$240,00 para R\$260,00, o dispêndio do Governo será de R\$2,22 bilhões de reais. Vamos as fontes: se são R\$2,22 bilhões para aumentar R\$20,00 – ou seja, de R\$240,00 para R\$260,00 –, então para aumentar R\$15,00 para atingir R\$275,00, seria mais R\$1,65 bilhão. É uma regra de três simples.

Muito bem! É irresponsabilidade buscar esse valor, porque não há onde buscar esse um bilhão, seiscentos e cinquenta milhões a mais. Estou me movendo pelas contas feitas pelo Governo, a partir da conta feita e anunciada pelo Governo: para aumentar de R\$240,00 para R\$ 260,00, o dispêndio público cresce em R\$2,22 bilhões. Então, para aumentar de R\$260,00 para R\$275,00 cresce R\$1,65 bilhão a mais.

Vamos buscar esse dinheiro onde, para sermos responsáveis?

V. Ex^a sabe que uma conquista do trabalhador, produto da parceria do PFL com o PT – só que à época o PFL era Governo e o PT Oposição –, no Governo Fernando Henrique Cardoso, foi a antecipação de 1º de maio para 1º de abril a concessão do salário mínimo. A proposta do Governo é R\$260,00 não a partir de 1º de abril, mas a partir de 1º de maio. Volta para

1º de maio. Retrocede para 1º de maio. É retrocesso na conquista, é conquista com sinal trocado.

Ora, R\$2,22 bilhões significam quase R\$200 milhões por mês. Há um mês de ganho do Governo, que está concedendo um aumento para treze meses e não para doze. Há, portanto, aí uma economia de R\$200 milhões de reais.

Então, do R\$1,65 bilhão, vamos abater R\$200 milhões. Cai para R\$1,45 bilhão. V. Ex^{as} sabem, Senadores Pedro Simon, Jonas Pinheiro e Marcos Guerra, que um entendimento, como nunca foi feito nesta Casa, produziu a PEC paralela, que devolveu ao trabalhador algumas vantagens que a reforma da previdência havia subtraído, como, por exemplo, assegurar o direito aos idosos, com mais de 70 anos, portadores de doenças contagiosas, de não contribuírem para a Previdência; modificar a regra perversa de transição. O quanto isso significa?!

A PEC paralela até hoje não foi aprovada. Está represada na Câmara dos Deputados. Então, os benefícios para os velhinhos e os benefícios para aqueles que teriam o direito de se aposentar por uma regra de transição não estão acontecendo e a arrecadação está ocorrendo. Quanto significa isso? Não sei, mas são muitos milhões por mês.

De quem é a culpa? Da base do Governo, porque, pela Oposição, a PEC paralela já teria sido aprovada há muito tempo. Não somos nós os responsáveis. Não somos nós! De qualquer maneira, o Governo está faturando alto com a não vigência da PEC paralela que ele, Governo, pactuou conosco, Oposição, mas que ele, Governo, não ajuda a aprovar na Câmara dos Deputados.

Então, vão somar-se alguns milhões – não quero nem contar. Façamos de conta que o que o Governo está economizando com o não cumprimento da PEC paralela não entra nesta conta; entram só os R\$200 milhões do golpe dado, qual seja, o retrocesso de 1º de abril para 1º de maio. Vamos deixar a economia da PEC paralela, que seria e será uma segunda fonte, esquecida.

Aí vem a terceira. A economia – é manchete nos jornais há três ou quatro dias – voltou a crescer de 1,7% a 2%. Com o crescimento da economia, evidentemente as vendas voltam a crescer. E se crescem as vendas, cresce a arrecadação.

Fui Governador duas vezes, mas em tempos em que a inflação chegava a 40% ao mês. Meu terror eram as concessões de aumento salarial que eu dava de quatro em quatro meses. Eu tinha uma obsessão: pagar em dia os funcionários. Não admitia um só dia de atraso. Vejam o drama de um Governador que precisava conceder aumentos em tempos de inflação de

40% ao mês. Era preciso ousar para dar o aumento que o servidor esperava e cumprir o pagamento. Eram momentos de angústia a negociação e as greves que eu enfrentava de quatro em quatro meses até a concessão do aumento – o que eu sempre fazia. Mas eu ousava. Sabem o que ocorria? Sempre o aumento era concedido no segundo mês seguinte à concessão, com isso a arrecadação crescia por via de consequência. Era inevitável. Mas eu ousava: pagava para ver e acontecia.

Sr. Presidente, o Governo não está ousando. Não está percebendo que a economia, que está retomando um crescimentozinho, vai propiciar, é claro, aumento de vendas e aumento de arrecadação. E isso vai enfeitar um pedaço do R\$1,65 bilhão a mais, que nem quero considerar.

Parece que este Governo, Senador José Jorge, só ousa quando a ousadia afronta o trabalhador, como no caso da Previdência. Na reforma da previdência, é claro, o Governo foi ousado, topou a parada e passou por cima de nós da Oposição. Ele aprovou uma série de perversidades, mas foi uma ousadia. Ele ousou no aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Empresas, na Cofins e na não-correção da tabela do Imposto de Renda. Ele teve coragem de enfrentar o contribuinte e impor um aumento de carga tributária! Ele só não ousa na hora de beneficiar o trabalhador, com argumentos claros que a história mostra que acontecem!?

Mas não vou considerar. E não vou considerar os ganhos com a economia da PEC paralela nem aquela arrecadação adicional que irá acontecer inevitavelmente com a retomada do crescimento, que está “pequeninho” mas está acontecendo.

Eu quero ficar com o quarto ponto, porque aí entram os nossos números, Senadores Cristovam Buarque e José Jorge, os números dos engenheiros e dos estatísticos, os números que já aconteceram. O aumento de arrecadação de impostos e contribuições federais, conforme publicado hoje no Jornal **O Globo**, foi de R\$2,8 bilhões. Esse número é produto do aumento da arrecadação da Cofins de importados, da Cofins com o fim da cumulatividade, do PIS, da não-correção da tabela do Imposto de Renda e da sobrecarga ao prestador de serviço com a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. São R\$2,8 bilhões, que o Governo não esperava e que cresceram na arrecadação. Ora, se precisamos de R\$1,65 bilhão e já conseguimos R\$200 milhões com o “rapa” no mês de abril, maio, cai para R\$1,450 bilhão e há um disponível anunciado de R\$2,8 bilhões para cobrir R\$1,4 bilhão. É o dobro! Há o dobro disponível do que é preciso para conceder o

responsável aumento de R\$260 para R\$275. Número não mente!

Agora, o pior é o que está anunciado ao lado da receita de R\$2,8 bilhões a mais da sobrecarga de impostos, é o uso que pretendem fazer: querem destinar R\$1,1 bilhão para negociar com os Parlamentares – nós, senadores – liberação de emendas, querem nos dobrar. Não vão me dobrar! Perdoe-me, não vão dobrar. Vou ficar brigando pelo que eu brigava há dois, três anos quando eu era correligionário de Fernando Henrique Cardoso e brigava com o Governo para aumentar o salário mínimo acima da inflação. O valor de R\$1,1 bilhão é o que querem dar para o Governo negociar com Parlamentares, mudar o voto. Será que isso é verdade? E R\$1,7 bilhão para outras despesas. Tenha paciência! Chamo isso de escândalo puro.

Só para encerrar, Sr. Presidente: não contem conosco para honrar a meta do superávit primário à custa da traição ao trabalhador. Não contem. Temos uma tradição de luta. V. Ex^a, Senador Paulo Paim, que era, há três anos, Deputado Federal do PT, lembra-se do acordo que o PFL e o PT fizeram por um aumento real do salário mínimo. Invertemos os papéis. V. Ex^a continua coerente como eu: não vamos trair a História pretérita. Não vamos dizer “não” ao trabalhador. Vamos, com coerência e com responsabilidade, apontando as fontes, defender um mínimo de dignidade ao trabalhador do Brasil.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Valdir Raupp, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

S. Ex^a dispõe de até 20 minutos.

Com certeza, o Senador Cristovam Buarque fará um aparte, já que não permiti que S. Ex^a o fizesse anteriormente, pois havia passado quase cinco minutos do tempo do orador.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero fazer a minha inscrição para pronunciar-me pela Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Ideli Salvatti, com certeza absoluta, a Presidência concederá a palavra a V. Ex^a pela Liderança do PT logo após o pronunciamento do Senador José Jorge.

A Presidência esclarece que o Senador José Jorge falará por cessão do Senador Marco Maciel.

Com a palavra o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço ao Senador Marco Maciel.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os debates em torno da fixação do valor do salário mínimo já formam uma tradição à parte na história do Parlamento brasileiro. O fato é que o tema salário mínimo mexe com corações e mentes, enseja argumentos de exortações, dá margem a apelos à razão e a apelos à emoção.

Agora, quando discutimos no Senado Federal a medida provisória que fixa o novo valor do salário mínimo, já aprovada pela Câmara na forma que o Governo desejava, a história não será diferente. Mas não é à emoção que quero apelar hoje ao defender o aumento do salário mínimo para R\$275. É importante que se mostre claramente a razoabilidade dessa proposta.

Há, na verdade, muito mais paixão envolvida na discussão deste ano. Explicações para isso há várias, naturalmente. Entre elas as expectativas geradas, por um lado, pelas promessas do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, feitas ainda na campanha eleitoral, de dobrar o valor real do salário mínimo nos seus quatro anos de Governo. Por outro lado, pelo próprio fato de que temos agora o Governo do Partido dos Trabalhadores, chefiado por um ex-sindicalista, com uma história e uma trajetória que autorizaria pensar que este Governo poderia ser muito mais ousado do que outros já foram no que diz respeito à política do salário mínimo.

Essas expectativas, no entanto, frustraram-se todas. O aumento irrisório que o Governo propõe agora para o salário mínimo joga uma pá de cal sobre a promessa feita. Infelizmente precisamos mais do que uma biografia para apoiar e fundamentar as nossas decisões.

É assim, Sr^{as} e Srs. Senadores, com um olho voltado para o que deveria ser ou pelo menos para o que todos gostariam que fosse, e outro fixado naquilo que é nossa realidade e naquilo que podemos fazer, surgiu a proposta capitaneada pelos partidos de oposição de aumentar o salário mínimo para 265 reais em lugar dos 260 sugeridos pelo Governo. Portanto, um aumento de apenas 15 reais é o valor desse pequeno benefício aos trabalhadores, aos quatorze milhões de brasileiros que ganham o salário mínimo. É essa proposta que quero defender, lembrando os argumentos que a apóiam.*

Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, V. Ex^a lembra que, no tempo do Governo Fernando Henrique, quando éramos do Governo e V. Ex^a era da oposição, naquela

época do PT, estivemos juntos em muitos movimentos para apoiar o salário mínimo. Eu era o coordenador do movimento pelo salário mínimo de 100 dólares junto com a bancada do PFL. E votamos a favor do salário mínimo. Fomos derrotados pela máquina do Governo, mas votamos contra o aumento do salário mínimo proposto pelo Governo na época e a favor do salário mínimo de 100 dólares sob a liderança do Senador Paulo Paim.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Concedo o aparte ao Senador Cristovam Buarque, que já está esperando desde o pronunciamento do Senador José Agripino.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – Senador José Jorge, como se trata do mesmo assunto, dá até para falar de uma só vez com os dois Senadores. Não vou discordar dos números do Senador José Agripino, nem se é ou não possível dar o aumento de 275, nem se há recursos para tanto no Orçamento. Quero fazer uma pergunta a V. Ex^a, que é do PFL, já que não posso fazer ao líder. Em vez de dar 15 reais a mais, por mês, não seria melhor para o trabalhador, mantermos os 260 que o Presidente propõe e, com esses 1,6 bilhão, exatamente, contratarmos 500 mil trabalhadores desempregados para um programa de água e esgoto na casa dos trabalhadores que recebem salário mínimo? Concordo com V. Ex^a: é um absurdo termos um salário de 260 reais, mas mantenho-me coerente com o meu discurso de anos atrás, na época do Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando eu dizia: se não é possível dar aumentos maiores, e não tenho como justificar um aumento maior, por que não oferecer serviços públicos ao trabalhador? Quinze reais é muito pouco e, ao mesmo tempo, pesa na Previdência, como alega o Governo. E gostaria de dizer ao Senador José Agripino que pode ter um efeito quando ele dizia que, a cada quatro meses, aumentava o salário em 40%, aumentava a arrecadação, mas disparava o gatilho da inflação e tinha um efeito alimentador do processo inflacionário que o Presidente Fernando Henrique conseguiu acabar com o Plano Real, essa realimentação para mim foi o grande êxito do Plano Real. O aumento do salário, segundo o Governo, pressionará os preços porque, além de serem recursos do Governo, vai pressionar a Previdência. Quero reafirmar que não voto R\$260,00 puro, mas votarei sem problema se vier com um projeto acompanhando, dando ao trabalhador aquilo que ele tem direito: melhorando a escola e o piso salarial do professor, garantindo vagas para as crianças na escola. O simples fato de uma criança estar na escola, só de alimentação, corresponde a

R\$20,00. Gostaria de chamar o PFL para um debate sobre como melhorar a qualidade de vida do trabalhador sem necessariamente passar pelo aumento do salário mínimo, mas cobrando do Governo os serviços públicos que o meu Partido, o PT, prometeu na campanha e que não está cumprindo ainda.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

V. Ex^a é uma pessoa com muitas idéias boas, é crédula e, infelizmente, não sou tão crédulo como V. Ex^a o é. Gostaria de ser por entender que isso é uma virtude, mas o que verificamos nesse Governo é que não concede o aumento do salário mínimo que prometeu, e os programas sociais que ele mesmo cria opera muito mal. Um exemplo é o programa social do Primeiro Emprego em que a meta era de 250 mil empregos no primeiro ano; não se criaram nem mil. O Programa Fome Zero e todos esses programas sociais têm muito de *marketing* e pouco de ação efetiva. Então, na realidade, se aceitássemos uma sugestão como essa de V. Ex^a, só iríamos, de certa maneira, mudar a tônica do discurso, porque, no final, não confiaríamos que o Governo pudesse efetivamente cumprir essas promessas.

Já temos um exemplo típico disso na reforma da Previdência. A emenda paralela era para ter sido aprovada em janeiro, mas já estamos em junho – o Presidente até já comemorou o São João – e ainda não a aprovamos.

Vemos que todos os dias há dinheiro para comprar muitas coisas que não eram prioritárias. O Presidente gastou R\$176 milhões com avião de luxo, mais de R\$40 milhões para comprar motos; quer dizer, para tudo há dinheiro, só para o salário mínimo é que não há.

A proposta de V. Ex^a é inteligente. Concordo com V. Ex^a, em tese, que alguns programas sociais poderiam até, de uma certa maneira, viabilizar um salário mínimo menor, mas não confiamos que o Governo seja capaz de operá-los.

Creio ser interessante fazermos um breve esforço de memória para resgatarmos um pouco da intenção original por trás desta instituição que é o salário mínimo.

A idéia de fixar um salário mínimo desatrelado da produtividade do trabalho e do jogo das forças do mercado tinha na sua origem um alcance claramente social. O objetivo era garantir um limite inferior de renda à revelia dos mecanismos de mercado, garantindo, assim, a satisfação de requisitos mínimos de sustento dos indivíduos.

O salário mínimo foi instituído na perspectiva da inclusão social e sob a ótica distributiva. Hoje, no entanto, como aliás demonstram os debates em torno de

seu reajuste, a questão do salário mínimo foi engolida pelos problemas contábeis do equilíbrio fiscal e da capacidade de pagamento dos cofres públicos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não podemos deixar de levar em conta nenhuma destas duas perspectivas: a original, com sua ênfase na função social do salário mínimo; e a outra, que se organiza em torno do problema do equilíbrio fiscal. Esta última é especialmente relevante em nosso caso, dado que, no Brasil, o salário mínimo está diretamente atrelado à política de Previdência e Assistência Social.

Volto, então, à proposta que defendo. Tal proposta pretende, ao mesmo tempo, fazer alguma justiça à função original da instituição do salário mínimo e respeitar as limitações impostas pelo imperativo do equilíbrio das contas públicas. Dentro desses limites, parece mais justa, sem deixar de ser realista, a proposta de reajustar o valor do salário mínimo para R\$275,00, em vez dos R\$260,00 fixados pelo Governo.

Alguém poderia perguntar: que diferença fazem R\$15,00 por mês? O que significa cerca de R\$0,50 por dia a mais no bolso do trabalhador? Certamente faz muita diferença, Sr. Presidente. Mais ainda se compararmos esse valor com algumas despesas criadas recentemente pelo Governo do PT. O Presidente Lula tem demonstrado uma predileção toda especial pelas chamadas “mordomias do poder”. Gastou R\$176 milhões com um avião de luxo, pago à vista. Normalmente, todo avião é financiado em dez anos. As próprias fábricas contam com uma estrutura a fim de financiar a compra de aviões, Senador Pedro Simon. Esse avião foi comprado à vista e pago antecipadamente. Já foram pagos quase R\$40 milhões, e o avião somente será entregue no final do ano. É um caso inédito. Estou até fazendo um requerimento de informação para saber por que o avião foi comprado à vista e se o Governo tinha dinheiro sobrando para pagá-lo de uma vez só.

Gastou com um avião de luxo, com novas motocicletas importadas para a sua escolta e ainda com novíssimos capacetes importados de alta tecnologia, equiparados aos dos pilotos de caça. Cada um deles custará ao contribuinte R\$44 mil, mais caro que um carro bom hoje, cujo valor está em torno de R\$30 mil. Esses são os gastos prioritários do Palácio, enquanto o salário mínimo, apesar de ser promessa de campanha, fica relegado a segundo plano.

Mas, mesmo assim, a nossa proposta de aumento para R\$ 275,00, Sr. Presidente, é ainda modesta. Todos concordamos com isso e todos gostaríamos de poder fazer mais. No entanto, não podemos ignorar os limites impostos pela necessidade do equilíbrio, que não foram de forma alguma esquecidos pelo nobre Deputado Rodrigo Maia, que defendeu, em seu pare-

cer sobre a medida provisória na Comissão Mista, o valor de R\$ 275,00 para o salário mínimo.

Resumo aqui, Sr. Presidente, as razões que apresentou. Aumentar o valor do salário mínimo de R\$240,00 para R\$275,00 implica um aumento líquido de R\$3,4 bilhões nas despesas previdenciárias e assistenciais. Acrescentando-se a isso o passivo previdenciário, considerado em seu fluxo, para os meses restantes de 2004, que é de R\$1,3 bilhão, temos R\$4,7 bilhões a cobrir para justificar o valor de R\$275,00.

Ora, a Lei Orçamentária anual de 2004 já reservou R\$1,8 bilhão para o reajuste do salário mínimo. Além desses recursos, podemos contabilizar mais R\$1,7 bilhão de excesso de arrecadação em relação à Lei Orçamentária. Cerca de R\$500 milhões de remanejamento de dotações orçamentárias e R\$700 milhões correspondentes à redução da necessidade de superávit fiscal pela queda do PIB em 2003. Somando tudo, temos R\$4,7 bilhões, o suficiente para cobrir aquele aumento sem nenhuma pressão inadequada para a capacidade de pagamento dos cofres públicos que pusesse em risco o equilíbrio das contas.

Portanto, é viável e realista, respeitando os limites orçamentários e o imperativo do equilíbrio fiscal, a proposta de aumentar o valor do salário mínimo para R\$275,00. Essa é uma proposta razoável e responsável, que não desconhece demagogicamente as dificuldades, ao mesmo tempo em que tenta, na medida do possível, aproximar-se do que seria mais justo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se há algo que não devemos perder de vista neste momento é que, ao decidirmos o novo valor do salário mínimo, estaremos intervindo diretamente na vida de mais de 30 milhões de trabalhadores e de mais de 14 milhões de beneficiários da Previdência e da Assistência Social. São 44 milhões de brasileiros que estaremos afetando diretamente com a nossa decisão. Muitos mais são afetados indiretamente, e muitos deles contam apenas com a renda do salário mínimo para sustentar não apenas a si mesmos, mas a suas famílias.

Na próxima quarta-feira, depois de amanhã, teremos essa importante votação no Senado. Nós da Oposição, juntamente com diversos Senadores da Base do Governo, estamos fazendo um trabalho para garantir, nesta Casa, a vitória do valor de R\$275,00 para o salário mínimo, um trabalho democrático, procurando um a um, convencendo-os da necessidade desse aumento de R\$ 260,00 para R\$ 275,00.

Todo dia lemos nos jornais que o Governo criará uma delegação para viajar ao exterior, que oferecerá liberação de emendas parlamentares – tem R\$1 bilhão de excesso de arrecadação – para aprovar o salário mínimo de R\$ 260,00.

Creio que Senadores não serão influenciados em relação a seu voto por uma viagem, nem que seja para Paris ou Nova York. Também penso que é obrigação do Governo fazer liberação de emendas, e nenhum Senador mudará seu voto por causa da liberação da emenda “a”, “b” ou “c” – eu pelo menos não mudarei o meu.

Vamos contar com a vitória do valor de R\$275,00, pois necessitamos mostrar ao Governo que ele deve utilizar os recursos públicos da maneira mais econômica possível, só gastando o absolutamente necessário.

Para pagar juro e mordomia não falta dinheiro, mas, quando chega a hora de aprovar um salário mínimo que ainda assim é mínimo, o dinheiro desaparece.

É nosso dever fazer o melhor que podemos, dados os limites que conhecemos.

Creio que, na atual circunstância, aumentar o salário mínimo para R\$275,00 é o melhor que podemos oferecer. Portanto, é nosso dever aprovar pelo menos esse aumento, contra o proposto pelo Governo. É o apelo que faço ao Senado.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra à Líder do PT, Senadora Ideli Salvatti, por cinco minutos. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Osmar Dias.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Como Líder. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos acompanhando atentamente a reunião da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento – Unctad, que está sendo realizada em São Paulo. Pela primeira vez na história, nosso País recebe uma conferência de tal porte com esse objetivo.

Na semana passada foi divulgada uma pesquisa feita em preparação à Conferência. Esse relatório apontou o Brasil como o segundo país mais atraente do mundo para investimentos externos, com 60% da preferência entre os investidores. O Brasil perde apenas para a China, com 78% da preferência. Foram consultadas as maiores empresas multinacionais sobre as suas perspectivas de oportunidade de investimentos estrangeiros entre 2004 e 2005. Essa pesquisa preparatória da Unctad aponta, ainda, México, Argentina e Chile com respectivamente 40%, 36% e 34% da preferência. Portanto, o Brasil está em segundo lugar, com 60%, e o México em terceiro, com 40%.

A divulgação dessa pesquisa reforça um conjunto de análises positivas para a economia brasileira,

apontando para um ciclo sustentável e ascendente de crescimento econômico em nosso País.

As matérias publicadas nos últimos dias seguem nessa mesma linha. **O Estado de S. Paulo** traz várias reportagens e afirma em sua edição de hoje, sob a manchete “Brasil voltou a receber recursos externos”: “No último trimestre de 2003, fluxo bancário para o País foi positivo, segundo relatório do BIS” (Banco Internacional de Compensações). Esse fluxo foi positivo no último período, e há muito tempo não tínhamos um saldo positivo. Além disso, em 2003, as aplicações cresceram 32% e a expectativa é de avanço ainda maior.

Quanto às Parcerias Público-Privadas, diz o jornal:

As Parcerias Público-Privadas [projeto que está no Senado e para o qual temos urgência em negociar para que seja deliberado] estão atraindo uma categoria de investimentos que havia praticamente sumido no Brasil depois do estouro da bolha de ações de empresas de tecnologia em 2000. No ano passado, pela primeira vez desde 2000, os fundos de participações cresceram no País por causa de investimentos em infra-estrutura. Nos próximos anos, com a aprovação da PPP federal, além de leis semelhantes estaduais, a tendência deve se fortalecer.

Em 2003, foram investidos US\$450 milhões nessa modalidade, um aumento de 32% em relação ao ano anterior.

Portanto, a pesquisa preparatória da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Comércio apenas corrobora essas mudanças, essas alterações no fluxo de recursos externos para investimentos no País.

Faço questão de ressaltar também outra matéria muito importante do jornal **O Estado de S. Paulo**, publicada em 13 de junho: “Indústria vai puxar o crescimento a partir de 2005”. Já está previsto, estabelecido, computado e visto que, embora a indústria, nos últimos anos, tenha ficado atrás do crescimento do agronegócio, o PIB industrial cresceu e terá alta maior. O BNDES prevê expansão mais equilibrada entre setores, exatamente porque, como já tivemos oportunidade de aqui nos referir, nesses primeiros dois anos do Governo Lula, o BNDES deu um salto significativo de investimentos – e parou de gastar os seus recursos em privatização: no ano passado, R\$37 bilhões; neste ano, R\$47 bilhões; e a previsão para o ano de 2005 é exatamente de R\$60 bilhões em investimentos, dobrando praticamente em dois anos o investimento, fundamentalmente na área da indústria.

Outra notícia bastante animadora – e quero saudar o Senador Saturnino Braga, porque diz respeito ao Rio de Janeiro – é a seguinte matéria do jornal **O Globo**, publicada neste fim-de-semana:

Emprego formal ressurgiu no Rio.

O mercado de trabalho fluminense está recuperando, em ritmo acelerado, a formalidade. É o que mostra estudo realizado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), com base no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho. Segundo a pesquisa, o número de empregos com carteira assinada cresceu 271% de janeiro a abril deste ano, em relação ao mesmo período do ano passado. No primeiro quadrimestre de 2003, foram abertas apenas 7,6 mil vagas, contra 28,2 mil em 2004.

A mudança na tendência é motivo de comemoração, já que, até então, a indústria, por exemplo, vinha poupando na contratação de mão-de-obra e investindo na automação e na terceirização dos serviços [...]

V. Ex^a sabe onde o emprego cresceu fundamentalmente, Senador Saturnino Braga? Exatamente na indústria naval. Só o estaleiro Eisa, localizado na Ilha do Governador, contratou, somente este ano, 300 trabalhadores, assim expandindo uma indústria que todos sabemos ter como característica empregar mão-de-obra volumosa e especializada; não se trata de mão-de-obra com pouca formação.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senadora, V. Ex^a me permite somente um aparte brevíssimo?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pois não.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Era exatamente isso que eu queria dizer. Esse fato é real e auspicioso para o meu Estado. Há uma comemoração e uma expectativa de que isso se confirme; e vai se confirmar. Entretanto, é importante reconhecer que esse crescimento se deve à atuação do Governo Federal.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Exatamente. À política econômica adotada.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Por meio da Petrobras, de toda a atual legislação referente à Marinha Mercante, do Porto de Sepetiba, que são esforços do Governo Federal no Estado do Rio de Janeiro, desmentindo completamente essa versão que se procurou difundir de que o Governo Lula não gostava do Rio de Janeiro.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Disseram que o Governo não cuida do Rio de Janeiro. Cuida muito bem!

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Essa é a prova evidente de que isso não é verdade.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Para completar, Senador Roberto Saturnino – e peço um pouco de tolerância à Mesa –, estamos fazendo questão de divulgar estudo referido em 2 de junho último pela **Folha de S.Paulo**, feito pelo nosso querido economista Marcio Pochmann, que atua de forma muito competente na Prefeitura de São Paulo, juntamente com a nossa querida Prefeita Marta Suplicy.

O economista fez um estudo cujo resultado é o de que o emprego acompanhou o crescimento do PIB em ritmo não usual.

A correlação entre o crescimento do Produto Interno Bruto e o aumento do nível de emprego, nos primeiros três meses deste ano, foi a mais forte desde 1989, na comparação com trimestres em que se observou reação na atividade econômica no Brasil.

Se o País mantiver esse ritmo de crescimento neste ano, serão geradas nada menos que 1,2 milhões de vagas com carteira assinada até o final de 2004. Tradicionalmente, segundo o economista, a relação observada é: a cada 1% de crescimento do PIB, há 0,4% de crescimento do nível de emprego.

“Essa correlação do primeiro trimestre deste ano é muito forte, não tem paralelo do final de 1989 para cá. A recuperação que ocorreu, por exemplo, de 1993 a 1996, foi com baixíssima estimulação do emprego formal”.

Ou seja, o crescimento do emprego se deu na mesma proporção do crescimento do PIB, quando o normal seria menos da metade.

Talvez esse estudo e todas essas notícias de aumento de emprego formal, do fluxo de investimentos, toda essa sinalização – incluindo o próprio relatório para a Conferência da ONU, que considera o Brasil o segundo na lista das preferências para investimentos no próximo período – tenha provocado as declarações.

Passo a comentar agora outra notícia importante publicada também pela **Folha de S.Paulo**, no dia 9 de junho.

O economista Edmar Bacha, um dos formuladores do Plano Real e tucano assumido [do alto tucanato], afirmou ontem que seu partido, o PSDB, poderá perder as eleições de 2006 [...]

“Como tucano de bom bico, eu não devia dizer isso: talvez nem vá dar para a gente em 2006, se as coisas continuarem desse jeito”, disse Bacha durante o seminário “Brasil: Propostas de Desenvolvimento” [realizado há poucos dias na Câmara dos Deputados].

Ela foi feita no final do evento, quando ele explicava a trajetória de queda dos juros que o Brasil paga sobre a sua dívida. No ano passado, o pagamento de juros foi de 10% do PIB, que é alto, e este ano ficará em torno de 8%, que ainda é alto, e, se tudo correr como está previsto, no próximo ano ficará em 6%, com uma das maiores quedas de taxas de juros em relação ao PIB.

Então, todos estes dados, todos estes indicativos, todas estas pesquisas e informações são muito importantes para que nós derrubemos de vez este clima pessimista, a sensação de que o Brasil não está indo bem, que nós não temos perspectivas, quando elas estão aí, sendo consolidadas, sendo demonstradas por todos esses indicadores positivos. É claro que não é o crescimento dos nossos sonhos, que não é tudo aquilo que gostaríamos de estar realizando já no segundo ano do Governo Lula, mas, indiscutivelmente, para um “tucano” do alto calado dar uma declaração como esta do Edmar Bacha, é porque, realmente, as perspectivas são muito positivas para o nosso País, para o nosso povo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim –PT-RS) – Concedo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Jonas Pinheiro e, em seguida, ao Senador Pedro Simon.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a oportunidade de estar nesta tribuna.

Eu gostaria, inicialmente, de comentar um assunto que considero de máxima importância. Aprovamos, no dia 05 de agosto de 2003, a Lei nº 10.711, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças. Conhecida como Lei de Sementes e Mudanças, ela foi publicada no dia 6 de agosto de 2003.

Ela estabelece que o Poder Executivo deveria regulamentá-la no prazo de 90 dias. Decorridos agora dez meses, portanto trezentos dias, até a presente data ela não foi regulamentada. Segundo informações, o Decreto estaria na Casa Civil.

Como consequência da sua não-regulamentação, estamos em um vácuo legal, pois a lei anterior foi revogada. Estamos com a paralisação de todo o processo de fiscalização e certificação de sementes

e mudas. Isso é muito ruim para o País, que deseja encontrar mercados e cuidar da sua sanidade na área da agricultura. Estamos sem uma regulamentação que permita a fiscalização e certificação das nossas sementes e mudas. Isso causa prejuízo para o setor de produção de sementes e mudas e também para os produtores rurais, principalmente diante da nova safra, cujo plantio será iniciado no mês de setembro. A comercialização já deveria estar sendo feita de acordo com a Lei nº 10.711, mas isso não está acontecendo até o presente momento. Daí o meu apelo à Casa Civil para que regulamente de imediato a Lei nº 10.711, de 05 de agosto de 2003.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto que abordo diz respeito à carreira de Perito Federal Agrário, da qual fazem parte os engenheiros agrônomos do Incra. Ao fazê-lo, reconheço a importância dessa categoria na execução de atribuições constitucionais da União, especialmente no que diz respeito à fiscalização do cumprimento da função social da propriedade e da competência de intervir, via desapropriação, nos imóveis rurais que não a cumpram, incorporando-os, portanto, ao processo de reforma agrária. Isso está especificado nos arts. 184, 185 e 186 da Constituição Federal.

Conforme ditames da Lei nº 8.629/93, a vistoria **in loco** é de responsabilidade técnica do Perito Federal Agrário. Nesta condição, cabe a ele realizar detalhado levantamento de dados que permitirão aferir o aproveitamento racional e adequado do imóvel rural, a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis, a preservação do meio ambiente, a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e a exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e trabalhadores.

A par dessa fiscalização, que possibilitará avaliar o cumprimento das funções sociais da propriedade rural, uma série de outras informações de caráter agrônomo é coletada, como tipo de solo, clima, relevo, dentre outras. O conhecimento desses dados permite à União, caso o imóvel não esteja cumprindo sua função social, decidir quanto a sua desapropriação e destinação ao assentamento de trabalhadores rurais.

O processo de desapropriação também requer os serviços profissionais exclusivos do Perito Federal Agrário, pois exige avaliação do imóvel, de modo a permitir a indenização ao expropriado. Outrossim, nesse aspecto sua atuação é capital, pois compete a ele definir o justo valor do mercado do imóvel, promovendo e responsabilizando-se legalmente por avaliações que muitas vezes extrapolam em vários milhões de reais o valor real do imóvel e atuando como Assistente Técnico nas perícias agrárias decorrentes de ações judiciais

envolvendo a União e o Incra. O Perito Federal Agrário é elemento fundamental na defesa do Erário, estando sujeito a pressões de vários grupos de interesse, nem sempre legítimos e pacíficos.

Além do exercício de funções típicas do Estado, o Perito Federal Agrário tem participação indispensável em todas as outras atividades exigidas pelos procedimentos de reforma agrária. Sua atuação vai desde o planejamento do Projeto de Assentamento até a consolidação do mesmo, envolvendo estudos e pareceres técnicos de diferentes naturezas, como ambientais, socioeconômicos e de sustentabilidade produtiva. Também nas demais atribuições regimentais do Incra – regularização fundiária, colonização e gerenciamento da estrutura fundiária – a participação desse profissional é indispensável.

No caso da regulamentação fundiária, a destinação das áreas devolutas federais discriminadas e arrecadadas processa-se a partir de uma vistoria, a cargo do Perito Federal Agrário, que conferirá direito legal de posse e de regularização ao ocupante para atender aos requisitos necessários. A elaboração do Plano de Destinação e a alienação das terras em projetos de regularização fundiária também fazem parte de suas atribuições.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as atribuições e as responsabilidades do perito federal agrário ganham proporções ainda maiores quando verificado o volume de recursos aplicados pelo Incra em programas que estão vinculados ao trabalho dessa categoria. Os dados que retratam o orçamento do Incra para execução desses programas em 2004, conforme proposto no Plano Plurianual, são elucidativos:

– recursos previstos para o Programa de Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais: R\$481,3 milhões;

– recursos previstos para o Programa de Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária: R\$89 milhões;

– recursos previstos para o Programa de Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária: R\$28,8 milhões.

Enfim, o Incra tem muita responsabilidade nesse trabalho, e é o perito federal agrário que responde por ele.

Pasmem, Sr^{as} e Srs. Senadores, o vencimento básico máximo dos peritos federais agrários, que realizam todas as ações do processo de desapropriação de áreas e do processo de reforma agrária, é de apenas R\$548,08. Embora recebam algumas gratificações, a remuneração fica muito aquém do que se paga em atividades correlatas aos agrônomos do Incra.

Por exemplo, o seu vencimento básico de R\$548,00 é bem inferior ao funcionário similar do Iba-ma, que é de R\$5.151,00. O perito federal agropecuário ganha R\$548,00, enquanto um procurador federal ganha R\$5.693,00.

Podemos fazer outras comparações que elucidam muito mais esse baixo vencimento dos peritos federais agrários. Os fiscais federais da agropecuária, os fiscais do Ministério da Agricultura têm como vencimento básico R\$3.554,77. Na semana passada, houve um reajuste desse vencimento, e o perito federal agropecuário continua percebendo apenas R\$548,00.

Por essa razão, venho fazer um apelo a esta Casa e a todo o Governo Federal para que tenham consideração com esse quadro de engenheiros agrônomos que fazem um trabalho extraordinário, essencial, numa carreira exclusiva do Estado, e para que verifiquem com bons olhos que esse quadro não pode ficar restrito a um vencimento tão baixo, que pode levar a muitas dúvidas. Ele não tem como viver.

Ainda mais, o Incra está numa situação muito difícil, pois não tem recursos para comandar o custeio dessas ações. Portanto, esses agrônomos, junto com sua família e com seus amigos, com recursos próprios, estão bancando o seu próprio serviço.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DO INCRA – ASSINAGRO

OF.ASSINAGRO / SE / Nº138 / 04

A Sua Excelência
O ilustre **JONAS PINHEIRO**
Senador Federal
Ala Senador Teotônio Vilela - Gabinete 06
Senado Federal
70.165-900 – Brasília/DF

ASSUNTO: Carreira de Perito Federal Agrário.

Ilustre Senador,

A Lei Nº 10.550/2002 estruturou, no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - **INCRA**, a Carreira de **Perito Federal Agrário**, composta dos cargos efetivos de **Engenheiro Agrônomo** da autarquia.

Ao fazê-la, estabeleceu o reconhecimento formal, por parte dos Poderes Executivo e Legislativo, a importância dessa categoria na execução de atribuições constitucionais da União, especialmente as que tratam da fiscalização do cumprimento da função social da propriedade e da competência de intervir, via desapropriação, nos imóveis rurais que não a cumpram, incorporando-os ao processo de reforma agrária (artigos 184 a 186 da Constituição Federal).

Conforme ditames da Lei Nº 8.629/93 a vistoria “*in loco*” é de responsabilidade técnica do **Perito Federal Agrário**. Nesta condição, cabe a ele realizar detalhado levantamento de dados que permitirão aferir o aproveitamento racional e adequado do imóvel rural, a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis, a preservação do meio ambiente, a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e a exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e trabalhadores.

Vi em Mato Grosso, enquanto o Incra estava em greve, agrônomos deslocando-se para fazer perícia e avaliação em propriedades que terão de ser desapropriadas se forem improdutivoas. Vi fazerem o seu trabalho com seu próprio carro e pagando pelo combustível. Portanto, essa classe tem que ser reconhecida, visto que, sem ela, evidentemente, o Governo não tem condição de tocar a reforma agrária que quer e que o Brasil merece.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa é a reclamação sobre os dois aspectos da regulamentação da “Lei de Sementes e Mudanças”.

Comovido por ser ex-colega dos agrônomos do Incra, como técnico agrícola que fui daquele órgão, faço este apelo para que o seu salário, o seu ganho para sustentar a sua família e para fazer um bom trabalho seja reconhecido como muito baixo.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JONAS PINHEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida: “Carta da Associação Nacional dos Engenheiros Agrônomos do Incra – Assinagro.”

Brasília, 9 de Junho de 2004

A par dessa fiscalização, que possibilitará avaliar o **cumprimento da função social da propriedade rural**, uma série de outras informações de caráter agrônômico são coletadas, como tipo de solo, clima, relevo, dentre outras.

O conhecimento desses dados permite à União, caso o imóvel não esteja cumprindo sua função social, decidir quanto à sua desapropriação e destinação ao assentamento de trabalhadores rurais.

O processo de desapropriação também requer os serviços profissionais e exclusivos de **Perito Federal Agrário**, pois exige avaliação do imóvel, de modo a permitir a indenização ao expropriado. Outrossim, nesse aspecto sua atuação é capital, pois compete a ele definir o justo valor de mercado do imóvel, promovendo e responsabilizando-se legalmente por avaliações que, muitas vezes extrapolam em vários milhões de reais o valor real do imóvel, e atuando como Assistente Técnico nas perícias agrárias decorrentes de ações judiciais envolvendo a União e o **INCRA**. O Perito Federal Agrário é elemento fundamental na defesa do erário, estando sujeito a pressões de vários grupos de interesse, nem sempre legítimos e pacíficos.

Além do exercício de funções típicas de Estado, o **Perito Federal Agrário** tem participação indispensável em todas as outras atividades exigidas pelos procedimentos de **reforma agrária**.

Sua atuação vai desde o planejamento do Projeto de Assentamento até a consolidação do mesmo, envolvendo estudos e pareceres técnicos de diferentes naturezas, como ambientais, socioeconômicos e de sustentabilidade produtiva. Também nas demais atribuições regimentais do **INCRA** - regularização fundiária, colonização e gerenciamento da estrutura fundiária - a participação desse profissional é indispensável.

No caso da regularização fundiária, a destinação das áreas devolutas federais discriminadas e arrecadadas processa-se a partir de uma vistoria, a cargo do Perito Federal Agrário, que conferirá direito legal de posse e de regularização ao ocupante que atender aos requisitos necessários. A elaboração do Plano de Destinação e a alienação das terras em projetos de regularização fundiária também fazem parte de suas atribuições.

Na colonização, processo de redistribuição de terras, hoje em desuso, mas ainda previsto na legislação, grande parte dos procedimentos técnicos é de caráter, basicamente, agrônômico, exigindo servidores com formação específica nessa área. Já na ação de gerenciamento da estrutura fundiária, a participação do Perito Federal Agrário é indispensável, pois a ele compete a responsabilidade legal de fiscalizar, "*in loco*", os dados cadastrais declarados pelo detentor do imóvel rural, ação que é efetivada por meio de uma vistoria, cujo laudo, assinado pelo Perito, embasará legalmente a alteração "*ex-officio*" da Declaração de Propriedade, base do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR.

As atribuições e responsabilidades do **Perito Federal Agrário** ganham proporções ainda maiores quando verificado o volume de recursos aplicados pelo **INCRA** em programas que estão vinculados ao trabalho dessa categoria. Os dados abaixo, retratando o orçamento do **INCRA** para execução desses programas em 2004, conforme proposto no Plano Plurianual, é elucidativo:

Programa 0135 - Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais

- Recursos previstos para o Programa: **R\$ 481,3 milhões**
- Recursos do Programa cuja aplicação depende diretamente do trabalho do Perito Federal Agrário, e está sob sua responsabilidade legal (Obtenção de Imóveis Rurais / vistoria e avaliação): **R\$ 412,3 milhões**
- Recursos do Programa cuja aplicação decorre de trabalhos com a participação indispensável do **Perito Federal Agrário** (Implantação de Projetos de Assentamento; Assistência Técnica e Capacitação de Assentados): **R\$ 52,9 milhões**

Programa 0137 - Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

- Recursos previstos para o Programa: **R\$ 86,8 milhões**
- Recursos do Programa cuja aplicação decorre de trabalhos com a participação indispensável do Perito Federal Agrário (Recuperação, Qualificação e Emancipação de PAs; Fomento; Assistência Técnica e Capacitação de Assentados; Consolidação e Emancipação de PAs): **R\$ 70,7 milhões**

Programa 0138 - Regularização e Gerenciamento da Estrutura Fundiária

- Recursos previstos para o Programa: **R\$ 28,8 milhões**
- Recursos do Programa cuja aplicação depende diretamente do trabalho do Perito Federal Agrário, e está sob sua responsabilidade legal (Regularização Fundiária de Imóveis Rurais; Fiscalização Cadastral "*in loco*"): **R\$ 5,0 milhões**
- Recursos do Programa cuja aplicação decorre de trabalhos com a participação indispensável do **Perito Federal Agrário** (Reconhecimento e Titulação de Áreas de Quilombos): **R\$ 4,0 milhões**

Na análise destes dados, observa-se que do total de recursos previstos para as ações finalísticas do **INCRA**, da ordem de R\$ 596,90 milhões, 91% dos mesmos, ou seja, R\$ 544,9 milhões, são aplicados a partir de trabalhos desenvolvidos pelo **Perito Federal Agrário**.

O reconhecimento dessa categoria funcional no exercício de ações típicas de Estado e nas demais atribuições do **INCRA**, dado pela Lei N° 10.550, de 13 de novembro de 2002, não trouxe, porém, a devida compatibilidade entre responsabilidades e remuneração. Atualmente, o vencimento básico máximo dos Peritos Federais Agrários é de **R\$ 548,08** e sua remuneração máxima, incluindo vencimento e gratificações, é de **R\$ 4.090,59**, inferior a qualquer remuneração já concedida a outras carreiras estruturadas, inclusive de nível intermediário, como mostra o **Anexo I**.

A relevância social do programa de reforma agrária é indiscutível e coloca-se como um dos principais compromissos do Governo Federal. Os desafios para implementá-lo com sustentabilidade são gigantescos. Até 2006 o INCRA deverá promover o assentamento de 400 mil famílias e a regularização fundiária de outras 500 mil. Por isso, se considerarmos a importância e o mérito das atribuições legais do **Perito Federal Agrário** nesse processo, suas responsabilidades; as condições de trabalho a que é submetido no exercício de suas funções, inclusive com riscos à integridade física e à saúde; seu papel como executor de uma atribuição constitucional da União; a defesa que faz do erário, fica evidenciada a necessidade de realinhamento de seu salário, em patamares dignos e compatíveis com o cargo.

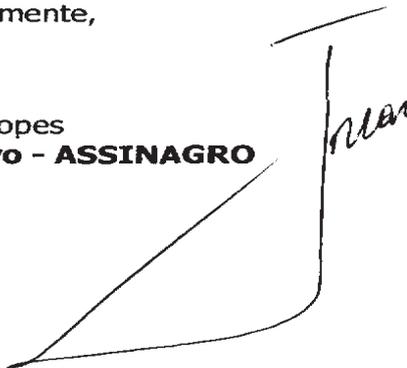
Assim sendo, tomando-se como referência a remuneração paga aos **Procuradores Federais do INCRA**, cujas responsabilidades dentro da instituição e do próprio programa de reforma agrária não são, em hipótese alguma, superiores àquelas conferidas aos **Peritos Federais Agrários**, solicitamos, via **Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo**, a correção dos valores do vencimento básico da carreira de Perito Federal Agrário, estabelecidos no Anexo II da Lei N° 10.550/02, para níveis coerentes com a política de remuneração das demais carreiras estruturadas do serviço público, conforme **Anexo II**. Além disso, o valor da Gratificação de Desempenho de Atividade – GDAPA, também deverá ser corrigido para até 30% do vencimento básico.

O impacto orçamentário dessa correção implica numa quantia ínfima de tão somente **R\$ 53,7 milhões/ano**, valor irrisório se comparado ao impacto orçamentário de **R\$ 1.124 milhões/ano** que acontecerá em decorrência da reestruturação dos cargos das auditorias federais e da alteração do pro labore dos cargos das carreiras da AGU e Procuradores e Defensores Públicos, conforme já proposto pelo Governo Federal por meio do PL 3501/04.

Na certeza da justiça e coerência de nossa proposição, e certos de que a mesma se respalda na agenda positiva de uma Gestão Pública para um Brasil de Todos, solicitamos de Vossa Excelência o imprescindível apoio ao nosso pleito.

Respeitosamente,

Emival Lopes
Secretário Executivo - ASSINAGRO



ANEXO I

OBS: o Vencimento Total, em todas as tabelas, inclui a Vantagem Pecuniária Individual, no valor de R\$ 59,87.

1 - Quadro comparativo da remuneração básica e total dos Engenheiros Agrônomos do INCRA da carreira estruturada de Perito Federal Agrário (máximo de 100 pontos da GDAPA, quando regulamentada a Lei nº 10.550), com os da carreira de Procurador Federal (GDAJ de até 30%), na ativa, conforme a SRH/MP:

Perito Federal Agrário (INCRA)			Procurador Federal		
Classe Padrão	Vencimento Básico (R\$)	Vencimento Total (R\$)	Categoria Padrão	Vencimento Básico (R\$)	Vencimento Total (R\$)
Especial - III	548,08	4.090,59	Especial - III	5.693,33	7.461,20
Especial - II	512,82	3.995,30	Especial - II	5.549,93	7.274,78
Especial - I	479,22	3.904,45	Especial - I	5.410,87	7.094,00
C - VI	472,11	3.882,59	Primeira - V	5.104,60	6.695,85
C - V	458,47	3.843,84	Primeira - IV	4.965,08	6.514,47
C - IV	445,28	3.806,37	Primeira - III	4.829,38	6.338,06
C - III	432,46	3.769,96	Primeira - II	4.697,38	6.166,46
C - II	420,02	3.735,14	Primeira - I	4.568,99	5.999,56
C - I	407,95	3.699,75	Segunda - VII	4.310,37	5.663,35
B - VI	396,22	3.667,07	Segunda - VI	4.216,94	5.541,89
B - V	384,86	3.634,83	Segunda - V	4.125,55	5.423,09
B - IV	373,80	3.603,43	Segunda - IV	4.036,13	5.306,84
B - III	363,07	3.572,99	Segunda - III	3.948,66	5.193,13
B - II	352,65	3.543,44	Segunda - II	3.862,99	5.081,76
B - I	342,55	3.514,77	Segunda - I	3.779,34	4.973,01
A - V	332,74	3.486,96	-	-	-
A - IV	323,21	3.459,95	-	-	-
A - III	271,01	3.332,06	-	-	-
A - II	263,25	3.299,77	-	-	-
A - I	255,70	3.278,10	-	-	-

2- Quadro comparativo da remuneração básica e total dos Engenheiros Agrônomos do INCRA da carreira estruturada de Perito Federal Agrário (máximo de 100 pontos da GDAPA, quando regulamentada a Lei nº 10.550), com as das carreiras de Nível Superior do IBAMA, na ativa, conforme a SRH/MP:

Perito Federal Agrário (INCRA)			Nível Superior do IBAMA		
Classe Padrão	Vencimento Básico (R\$)	Vencimento Total (R\$)	Categoria Padrão	Vencimento Básico (R\$)	Vencimento Total (R\$)
Especial - III	548,08	4.090,59	Especial - III	5.151,00	5.210,87
Especial - II	512,82	3.995,30	Especial - II	4.970,41	5.030,28
Especial - I	479,22	3.904,45	Especial - I	4.790,03	4.849,90
C - VI	472,11	3.882,59	B - V	4.403,49	4.463,36
C - V	458,47	3.843,84	B - IV	4.223,10	4.282,97
C - IV	445,28	3.806,37	B - III	4.042,72	4.102,59
C - III	432,46	3.769,96	B - II	3.862,33	3.922,20
C - II	420,02	3.735,14	B - I	3.681,94	3.741,81
C - I	407,95	3.699,75	A - V	3.295,41	3.355,28
B - VI	396,22	3.667,07	A - IV	3.115,02	3.174,89
B - V	384,86	3.634,83	A - III	2.934,64	2.994,51
B - IV	373,80	3.603,43	A - II	2.754,25	2.814,12
B - III	363,07	3.572,99	A - I	2.573,86	2.633,73
B - II	352,65	3.543,44	-	-	-
B - I	342,55	3.514,77	-	-	-
A - V	332,74	3.486,96	-	-	-
A - IV	323,21	3.459,95	-	-	-
A - III	271,01	3.332,06	-	-	-
A - II	263,25	3.299,77	-	-	-
A - I	255,70	3.278,10	-	-	-

3- Quadro comparativo da remuneração básica e total dos Engenheiros Agrônomos do INCRA da carreira estruturada de Perito Federal Agrário (máximo de 100 pontos da GDAPA, quando regulamentada a Lei nº 10.550), com a da carreira de Fiscal Federal Agropecuário (com até 50% da GDAFA), na ativa, conforme a SRH/MP:

Perito Federal Agrário (INCRA)			Fiscal Federal Agropecuário		
Classe Padrão	Vencimento Básico (R\$)	Vencimento Total (R\$)	Categoria Padrão	Vencimento Básico (R\$)	Vencimento Total (R\$)
Especial - III	548,08	4.090,59	Especial - III	3.554,77	5.392,03
Especial - II	512,82	3.995,30	Especial - II	3.437,46	5.216,06
Especial - I	479,22	3.904,45	Especial - I	3.324,02	5.045,90
C - VI	472,11	3.882,59	C - VI	3.154,50	4.003,00
C - V	458,47	3.843,84	C - V	3.050,40	4.635,47
C - IV	445,28	3.806,37	C - IV	2.949,74	4.484,48
C - III	432,46	3.769,96	C - III	2.852,39	4.338,46
C - II	420,02	3.735,14	C - II	2.758,27	4.197,28
C - I	407,95	3.699,75	C - I	2.667,24	4.060,73
B - VI	396,22	3.667,07	B - VI	2.531,21	3.856,69
B - V	384,86	3.634,83	B - V	2.447,68	3.731,39
B - IV	373,80	3.603,43	B - IV	2.366,91	3.610,24
B - III	363,07	3.572,99	B - III	2.288,80	3.493,07
B - II	352,65	3.543,44	B - II	2.213,27	3.379,78
B - I	342,55	3.514,77	B - I	2.140,24	3.270,23
A - V	332,74	3.486,96	A - V	2.031,08	3.106,49
A - IV	323,21	3.459,95	A - IV	1.964,06	3.005,96
A - III	271,01	3.332,06	A - III	1.899,24	2.433,92
A - II	263,25	3.299,77	A - II	1.836,56	2.814,71
A - I	255,70	3.278,10	A - I	1.775,96	2.723,81

4- Quadro comparativo da remuneração básica e total dos Engenheiros Agrônomos do INCRA da carreira estruturada de Perito Federal Agrário (máximo de 100 pontos da GDAPA, quando regulamentada a Lei nº 10.550), com a da carreira de nível intermediário de Policial Rodoviário Federal, na ativa, conforme a SRH/MP:

Perito Federal Agrário (INCRA)			Policial Rodoviário Federal		
Classe Padrão	Vencimento Básico (R\$)	Vencimento Total (R\$)	Categoria Padrão	Vencimento Básico (R\$)	Vencimento Total (R\$)
Especial - III	548,08	4.090,59	A - III	375,24	5.816,04
Especial - II	512,82	3.995,30	A - II	359,61	5.573,03
Especial - I	479,22	3.904,45	A - I	344,59	5.343,44
C - VI	472,11	3.882,59	B - VI	330,22	5.123,78
C - V	458,47	3.843,84	B - V	316,46	4.913,43
C - IV	445,28	3.806,37	B - IV	303,31	4.712,38
C - III	432,46	3.769,96	B - III	290,70	4.519,57
C - II	420,02	3.735,14	B - II	278,61	4.334,71
C - I	407,95	3.699,75	B - I	267,07	4.158,22
B - VI	396,22	3.667,07	C - VI	255,99	3.988,75
B - V	384,86	3.634,83	C - V	245,42	3.827,06
B - IV	373,80	3.603,43	C - IV	235,28	3.743,69
B - III	363,07	3.572,99	C - III	225,57	3.742,74
B - II	352,65	3.543,44	C - II	216,27	3.741,80
B - I	342,55	3.514,77	C - I	207,38	3.740,87
A - V	332,74	3.486,96	D - V	198,88	3.739,99
A - IV	323,21	3.459,95	D - IV	190,71	3.739,12
A - III	271,01	3.332,06	D - III	157,54	3.737,45
A - II	263,25	3.299,77	D - II	151,09	3.736,66
A - I	255,70	3.278,10	D - I	144,89	3.735,89

ANEXO II**TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO (Em R\$)**

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO
	ESPECIAL	III	5.697,68
		II	5.569,58
		I	5.444,36
	C	VI	5.327,17
		V	5.212,50
		IV	5.100,30
		III	4.990,51
		II	4.883,09
		I	4.777,98
	B	VI	4.675,13
		V	4.574,50
		IV	4.476,03
		III	4.379,68
		II	4.285,41
		I	4.193,17
	A	V	4.106,93
		IV	4.022,46
		III	3.939,73
II		3.858,70	
I		3.779,34	

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, por vinte minutos, e, em seguida, ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, votaremos nesta semana – tudo leva a crer – a medida relativa ao salário mínimo no Senado. Aprovado até com facilidade na Câmara dos Deputados, chega a esta Casa esse projeto, e as notícias são as mais desconstruídas com relação à fórmula como tramitará nesta Casa.

Mas chama atenção a certa falta de devido cuidado, de devido resguardo com que alguns parlamentares ou com que alguns homens do Governo têm dado informações em relação ao está ocorrendo nesta Casa. Falam, por exemplo, da Liderança do Governo, da Liderança do PT na Casa. Contam que, para aprovar o projeto, muitos parlamentares não virão ao Senado. “Ninguém é obrigado a vir!”, diz a notícia. Ninguém é obrigado a estar presente, logo muitos não virão! Citam até os nomes dos parlamentares, dizendo que fulano e sicrano, do PMDB e de tal partido, são contra o projeto, mas serão inclinados ou a viajar – segundo a Líder, viagem sempre é algo muito importante na vida do Parlamentar e não há Parlamentar que não tenha razão para viajar –; ou, mesmo não viajando, a não estar presente na hora da votação.

Não sei, mas ultimamente os projetos que têm sido votados na Câmara dos Deputados e no Senado Federal têm sido acompanhados de uma série de insinuações acerca de uma intervenção do Poder Executivo que nada deixa a desejar àquilo que comentávamos – e como comentávamos – do Governo anterior. Era talvez – eu insistia muito desta tribuna nessa crítica – a parte mais dolorosa do Governo Fernando Henrique Cardoso, que procurava mais cooptar que orientar, que esclarecer, que convencer a pessoa pela lógica e pelo raciocínio, ouvindo que se tem razão.

Para a cooptação, valia qualquer preço. Tivemos o exemplo clássico da votação da emenda da reeleição. Tratava-se de uma emenda desgastante. Na Constituinte, ela não passou, foi rejeitada. Cinco anos depois, tivemos a revisão da Constituição. Eu era Líder do Governo Itamar e, falando em nome do seu Governo, fomos radicalmente contra a emenda da reeleição. Naquela altura, o Governo ia muito bem. Onde se ouviu falar que um Ministro da Fazenda seria candidato e ganharia a Presidência da República? Naquela hora, não se falava que o Ministro da Fazenda seria candidato a Senador por São Paulo. Ele pensava em sua candidatura a Deputado Federal, porque não havia chance de reeleição; mas, de repente, o Plano

Real o fez candidato. Com a credibilidade dada pelo Plano Real e muita gente falando que o Itamar tinha todas as condições de ser candidato à reeleição, o Sr. Fernando Henrique foi claro e disse: “Na Constituinte, votei contra a reeleição. Nós, o Governo, somos contra a reeleição”. Lembro-me, estava na reunião do Palácio, quando os Líderes e os Ministros debatiam, e o Fernando Henrique foi o primeiro a dizer: “Claro, não estão vendo, somos radicalmente contra a reeleição”. Ele opinou contra a reeleição radicalmente.

Depois, quando chegou a sua vez, votou a favor, quer dizer, ele era Presidente da República, orientou a favor. O que é normal. Mudar de posição também é normal. Fernando Henrique falar de uma emenda da reeleição para que o Itamar fosse reeleito é diferente de Fernando Henrique, Presidente da República, falar de emenda da reeleição. Entendo a mudança. O que não entendo é o método, a forma como foi feito.

A emenda da reeleição, falando em nome do Governo, sendo radicalmente contra, perdeu por pouco, quase passou a emenda da reeleição, porque os governadores queriam, faziam questão da reeleição. A diferença foi de meia dúzia de votos.

Quando chegou a vez do Fernando Henrique, para ganhar aquela emenda da reeleição, gastou-se uma fortuna. A imprensa publicou – aliás, não deixar criar aquela CPI foi um escândalo – a quantia de dinheiro, quanto o Deputado tal ganhou em espécie; tantos mil reais foram entregues ao Sr. Deputado Fulano de tal... Tudo isso foi publicado.

Esse passou a ser o estilo do Presidente Fernando Henrique. A máquina PMDB/PSDB e, quando precisavam, iam ao PFL, iam ao PP buscar os votos necessários para que se votasse tudo o que bem entendessem. A história cuidará desse governo.

Fico com vontade de rir quando vejo notícias de que o Sr. Fernando Henrique voltará a ser Presidente da República. Duvido, porque, se ele for candidato – até bom seria se fosse –, virão a claro, por exemplo, as privatizações das estatais, o escândalo da privatização da Vale do Rio Doce etc.

Passou a ser esta a rotina para que passassem as matérias. Os ministros faziam as contas: para bancada tal, isso, para a outra, aquilo, muda aqui, muda lá, dá uma verba aqui, um favor lá, dá uma vantagem ali adiante, e as coisas passavam. Isso marcou o Governo do Sr. Fernando Henrique Cardoso. Esse estilo marcou o Governo do Sr. Fernando Henrique.

O que estamos vendo agora, meu Deus do Céu? É mais ou menos o mesmo estilo, a mesma fórmula, o mesmo jeito. Há até menos categoria do que houve no Governo Fernando Henrique. Durante o Governo de Fernando Henrique, todo o Governo ia junto. Nas últi-

mas votações, metade do Governo foi para um lado e a outra, para o outro. O companheiro do meu Partido, o Ministro das Comunicações, virou-se, correu, trabalhou para votar o salário mínimo do Governo. Outros membros do meu Partido, em outros cargos, trabalharam em sentido contrário, ou seja, para derrotar a medida do Governo. Estou fazendo confusão, peço-lhes desculpas. Falo da votação da emenda da reeleição dos Presidentes da Câmara e do Senado. Na reeleição dos Presidentes da Câmara e do Senado, os homens do PMDB, dentro do Governo, se dividiram: uns estavam de um lado e outros, do outro. Dizem até que o Chefe da Casa Civil era favorável e costurava a reeleição dos Presidentes da Câmara e do Senado, enquanto o Líder político tramava pela derrota da emenda.

Assim iremos votar amanhã. Estou com um filho adoentado – graças a Deus, está bem – e não pude viajar para o Rio Grande do Sul. No último final de semana, eu tinha de ir a Porto Alegre. Neste momento, a Executiva do meu Partido, do qual sou Presidente, está reunida. Como viajaria, tomei as providências. Iria na sexta-feira, voltaria amanhã pela manhã, porque a reunião da Executiva se realizou à tarde. Então, lembrando que há dias os aviões só levantam vôo às 16 horas em Porto Alegre, resolvi não ficar. Decidi voltar de carro para Brasília, porque não teria como explicar, caso a votação acontecesse na terça-feira, que eu estava em Porto Alegre.

Meus amigos, o noticiário está tão infeliz que não podemos deixar de estar aqui quando da votação. Não importa se a favor, contra, ou até omitir, pode fazer o que bem entender. O Senador é livre. O voto é dele. Ele não tem que dar satisfação, mas tem que estar aqui.

A imprensa não tem autoridade para publicar nem alguns Líderes para dar nomes de quem não virá ou de quem é até favorável, mas não virá. Onde estamos? O Parlamento tem uma vida agitada, cheia de projetos e de questões complexas e diferentes que nem sempre a sociedade acompanha, ainda que haja a TV Senado, e nem sempre o cidadão tem a obrigação de acompanhar e de estar presente. Mas há momentos e momentos; há projetos e projetos.

Desta vez, da maneira como foi colocado, o Senador, desculpem-me, não pode deixar de estar aqui. Vote como quiser, mas ausente não pode estar.

A querida Líder falou, de maneira muito ingênua, que “não comparecer não quer dizer nada. É um direito do Senador não comparecer”. Não é um direito. Perdoe-me, mas não é um direito. É uma obrigação do Senador comparecer à sessão em que se aprecia matéria dessa natureza. Principalmente quando se está a especular que a ausência é exatamente um acordo feito nesse sentido.

Um grande amigo meu, empresário no Rio Grande, que lá ocupa cargo no Governo Estadual, alguém da mais alta capacidade técnica e da maior dignidade, ao telefone, fez um apelo – aliás, o único que recebi – no sentido de que meu voto deveria ser favorável ao salário mínimo do Governo. Disse-lhe que eu até poderia votar assim, pois não tenho obrigação de votar de um ou de outro lado. Voto de acordo com a minha consciência. Mas recomendei que ele reparasse nos noticiários dos jornais os argumentos que estão sendo usados para não se votar esse salário. Há promessa disso, daquilo, mais isso e aquilo. Você acha, meu irmão e amigo, que posso mudar o meu voto? Ele me respondeu que eu não poderia. Não me deram uma chance para mudar o meu voto. Houve a pressão, a coação, isso ou aquilo.

Eu não venho à tribuna falar isso agora, para influenciar a maneira de se votar. Eu venho à tribuna nesta hora chamar a atenção dos meus amigos do PT e de modo especial do Presidente Lula. Eu volto a dizer, a repetir que dois foram os princípios, os baluartes que fizeram com que aquele partido romântico e sem expectativa nenhuma, o Partido dos Trabalhadores, chegasse à Presidência da República, tendo à frente o Presidente Lula. Eles conseguiram, nos anos de Oposição, dar uma sublimação a algo que se chama ética num País como o nosso, em que tudo está desmoronando, onde os princípios sociais, morais, de dignidade, de família, de Constituição praticamente desapareceram. O mundo disse que para fazer negócio com o Brasil é preciso ter cuidado, porque a corrupção é institucionalizada. Neste País, onde se olha para qualquer canto e lugar e se sente, vê-se que essas coisas estão acontecendo, o PT era a nossa consciência, o PT era a consciência da Nação, no sentido de apontar, de orientar, de dizer: “É por aqui!”

Isso era importante. A base número um do PT foi sua consciência, sua ética. Quando denunciava, diziam que ele era a pedra que se atirava nas vidraças, que era o estilingue e que exagerava. Pode ter sido! Mas nada que passava ele deixou de denunciar. Era a favor das boas causas. Era a favor das causas justas, corretas, talvez até sublimadas, utópicas, sonhadoras e impossíveis. Mas eram as causas que tinham a credibilidade, o respeito, a esperança da Nação. Nisso se sustentou o PT.

Defendia também as causas sociais. O PT era o Partido que defendia a importância do social, o significado do social. Mostrava a diferença fantástica. O Lula dizia: “Como o Presidente da República dorme, pagando uma dívida externa escandalosa como esta?!” E o Dr. Tancredo Neves, eleito Presidente, que, como morreu, não assumiu, disse, em sua primeira entrevista

como Presidente eleito: “Não pagarei a dívida à custa do sangue e do suor dos trabalhadores brasileiros.” A preocupação com o social era importante. Está ali o Senador Paulo Paim. Foi importante a greve da fome para elevar o salário, levar os produtos de mercado para mostrar como o salário não tinha valor nenhum. Os episódios mais impressionantes, mais significativos, mais rudimentares, mas que impressionavam, eram usados pelo PT para chamar a atenção para o drama social, que era o drama número um.

Hoje, às vésperas da votação do salário mínimo, vemos, em São Paulo, a reunião da qual participa o Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, para mim, um homem fantástico, talvez o homem público mais importante no Brasil e no mundo. Quando o americano quis destroçar, desmoralizar a ONU, pensando que a havia destruído, ele ficou ali quase morto. Mas Annan se refez, renasceu das cinzas. De certa forma, está aí a ONU tentando aparecer, mostrando que os Estados Unidos ficaram desmoralizados e ridicularizados; que a ONU estava certa, pois não era ocasião de intervir no Iraque. O Conselho de Segurança da ONU teve coragem, apesar de pressões e coações, de votar contra a intervenção americana no Iraque. E a intervenção foi ao ridículo. E está aí o resultado: o Tony Blair recebeu uma desmoralização, uma derrota fantástica jamais vista nas eleições municipais na Inglaterra. Parece que é o que espera o Sr. Bush dentro de poucos meses.

Então ali está o Sr. Annan mostrando as desigualdades mundiais, mostrando que as nações em desenvolvimento devem bater na mesa e buscar as posições, defendê-las, analisar as posições reais, concretas na busca de um objetivo; mostrando que o mundo gastou US\$1 trilhão em armamentos este ano, 11% a mais do que o valor despendido no ano passado. Metade dessa verba acabaria com a fome no mundo. E não acontece nada.

O Brasil pagou no ano passado e pagará este ano US\$150 bilhões em juros. E não acontece nada.

O Líder do PFL esteve na tribuna. Até considerei exagerada a fala, mas S.Ex^a disse a verdade. Comprar um avião de luxo é uma realização que não fica bem para o Governo do PT. Fernando Henrique, que era o Fernando Henrique, estava doido para comprar o avião. Ele, sim, Fernando Henrique é um homem que nasceu para entrar no avião do Presidente dos Estados Unidos. É um homem preparado, mas não teve peito para comprar o avião. Seus auxiliares disseram para não fazer isso, porque o povo não iria aceitar. Falaram para ele andar na lata velha que tinha, mas não fazer a compra. E ele não fez. Entretanto, o nosso amigo Lula compra um baita de um avião e levará seis meses

para recebê-lo, porque serão feitas enormes reformas e adaptações.

Agora a última. O Presidente comprou motos a preço de um avião e capacetes a preço de um automóvel. Nem os americanos, pelo que estou vendo, terão a pose, a pompa e a sustentação que terá o nosso amigo Lula, com motos espetaculares e capacetes brilhando com as luzes do céu. Meu Deus! Meu Deus! E isso quando estamos aqui discutindo o salário mínimo!

Vamos fazer justiça ao PFL, que está querendo um salário mínimo de R\$275,00. A proposta do PFL não é como as do PT de antigamente, em que o valor era lá na Lua, para não ser aprovado. Perdoe-me o Senador Paulo Paim, mas, na verdade, o PT fazia uma proposta daquelas, que o Governo não tinha condições de aprovar. Não é o que o PFL está fazendo. O PFL está propondo R\$15,00 a mais.

O próprio Senador Paulo Paim mostra que é somente olhar o que os bancos não estão pagando, é somente olhar a sonegação dos bancos. É claro que o Presidente do Banco Central não vai olhar. Essa não é a visão dele. Ele está acostumado a olhar os bancos com um outro olhar, um olhar de Presidente do Banco de Boston e não um olhar de brasileiro.

Então, estamos vivendo um momento que considero muito sério.

Ao Presidente Lula, meus cumprimentos. Desejo felicidade ao Presidente e à sua esposa pelos trinta anos de casamento. Os dois lutaram, esforçaram-se e são um casal digno do respeito de toda a sociedade brasileira. Não há dúvida nenhuma. Fizeram a festa que tinham de fazer, uma festa caipira. Nós somos um povo caipira mesmo. Penso que a festa foi justa, lá onde as festas sempre são orientadas pelo Itamaraty. Aquela foi uma festa bem rústica, de Brasil. Mas Sua Excelência tem que pensar.

Vejo que o Lula mantém a credibilidade, e isso é muito interessante.

No Governo anterior, o Fernando Henrique tinha mais desgaste do que o seu Governo; e aquele Governo tinha Ministros de grande credibilidade: o próprio Ministro da Fazenda, o Presidente do Banco Central, o Ministro José Serra, da Saúde – excepcional, diga-se de passagem. E o Fernando Henrique Cardoso tinha um poder encantador. Eu sempre dizia que ele era um homem que fazia as pessoas se dobrarem a seus argumentos; todo mundo saía do Palácio aceitando o que dizia. Apesar disso, foi levado ao desgaste, ao imenso desgaste, que, a meu ver, foi o maior fator da derrota de José Serra; não tenho nenhuma dúvida.

Mas hoje isso não ocorre. Hoje, o Governo num todo está vivendo um mau momento; quanto a Lula, há uma interrogação, há uma angústia. Eu diria que

estão todos olhando, rezando, torcendo para que dê certo. E o Presidente, com o seu linguajar singelo, fala coisas que gostaríamos de ouvir, só que não correspondem à realidade.

Antes de esse projeto ser votado na Câmara, usei a tribuna no Senado para fazer um apelo ao Presidente. Convidei alguns Parlamentares, mas infelizmente não encontrei eco. Sugeri que reuníssemos alguns Líderes para falar com o Ministro da Fazenda ou até com o Presidente da República, a fim de encontrarmos um entendimento a respeito do valor do salário mínimo. Em vez de tentar colocar a faca no peito do Senador Paulo Paim, com a ameaça de expulsá-lo, propus a busca de um entendimento, uma forma em que todos saíssem com dignidade. No entanto, isso nunca foi feito; essa tentativa não foi feita. Alguns que me procuraram disseram que era bobagem porque o Presidente do Senado e o Presidente da Câmara haviam falado com o Presidente da República a fim de evitar a expulsão do jornalista americano, mas saíram falando sozinhos. O Governo não teve a grandeza de compreender, de aceitar e de entender a sugestão e disse “não” aos Presidentes das duas Casas. Porém, uma semana depois, o Governo voltou atrás por conta própria.

Teria sido um gesto muito bonito se o Presidente da República tivesse tomado tal atitude juntamente com os Presidentes da Câmara e do Senado. Na verdade, não houve uma palavra de entendimento, apenas a palavra de dobrar. E dobraram.

Vejo aqui os meus irmãos de outros Estados. Neste momento, dirijo-me ao Senador Paulo Paim, que está na Presidência. No Rio Grande do Sul, é diferente. Perdoem-me os companheiros de outros Estados, mas no Rio Grande do Sul a política é diferente. O Senador Paulo Paim é PT desde que nasceu. Eu era do PTB; quando fecharam esse Partido no Rio Grande do Sul, todos fomos para o PMDB. E estou nessa vida até hoje. Brigas internas, divergências, conflitos os mais diferentes, mas sou do meu Partido. Nós defendemos, abraçamos e lutamos pelas nossas posições. No Rio Grande do Sul, se questionarem sobre qualquer assunto importante, sobre qualquer político de qualquer partido, se forem lá e perguntarem como é o Senador Paulo Paim ou o Senador Pedro Simon, eles dirão: O Paim é assim. O Pedro Simon é assim. Essa é a tradição do Rio Grande.

Nesse Rio Grande, dessa tradição, o **Zero Hora** fez uma enquete sobre como votariam os Deputados do Rio Grande do Sul e divulgou o resultado no domingo: todos os Deputados do PT votariam contra o Governo na questão do salário mínimo; na terça-feira todos votaram a favor. Até hoje o Rio Grande do Sul

não entende. Nunca aconteceu um fato dessa natureza no meu Estado e num Partido como o PT! Perdoem-me a sinceridade: se fosse outro Partido...

Disseram que a Direção do Partido foi de um lado para outro, negociou isso e aquilo. Mas no PT? Foi algo que até hoje o pessoal do Rio Grande se pergunta como aconteceu.

Teve razão, não sei se o Lula ou o Chefe da Casa Civil, quando disse que aquela vitória do salário mínimo na Câmara não era para ser festejada. Não era; mas festejaram. E aí vejo a diferença entre o PT no Governo e o PSDB de Fernando Henrique. Pelo menos, o PSDB do Fernando Henrique tinha uma coordenação, um comando; ia daquele jeito e sabíamos o que era. Agora, por exemplo, estamos vendo o que está na imprensa. Há uma certa ciúmeira porque o Ministro Aldo estaria dando certo como coordenador político. Ele teve a primeira vitória derrotando a emenda da reeleição para as Presidências da Câmara e do Senado, que coordenou, e agora o salário mínimo lá. A votação do salário mínimo aqui seria uma espécie de novo teste: como votará o Senado o valor do salário mínimo?

São essas questões que entendo muito dolorosas para o nosso querido PT. Sempre admirei o PT. No Rio Grande do Sul, os meus amigos do MDB me olhavam com certa mágoa, mas sempre tive carinho por pessoas como meu amigo Tarso Genro e o Senador Paulo Paim, com quem tenho mantido amizade ao longo tempo. Não nego que gosto, mas não gosto do que estou vendo aí. De repente, o PT vai comprar a melhor sede de partido político da América Latina: um prédio na Avenida Paulista. Pode até ter dinheiro, pode até ter condições, mas vá pro inferno! Por que não compra um prediozinho, uma casinha simples, singela, uma coisa mais modesta e não essa pompa? O prédio mais bonito de um partido político na América Latina será do PT.

Mesmo nos Estados Unidos, o Partido Democrata e o Partido Republicano não têm prédio e, sim, alguns andares de determinado edifício. No Watergate, quando foram invadir a sede do Partido Democrata, invadiram andares – três andares eram daquele Partido. Pois o nosso Partido dos Trabalhadores vai ter como sede um prédio bonito, moderno, na Avenida Paulista!

O Presidente do nosso Partido disse que a campanha municipal vai ter uma conta centralizada. Essa história de cada Município do Partido fazer tesoureiro para acompanhar Caxias, Bento Gonçalves, Garibaldi, Foz do Iguaçu, Rio, Bahia, não sei o que não vai haver; será uma conta coordenada. O PT vai ter uma conta geral, que depois será distribuída entre eles.

Fizeram um acordo não sei de quantos milhões com uma empresa de informática no sentido de fazer

um levantamento técnico de todos os dados do Partido. É uma coisa tão espetacular, em termos de modernidade, que não há Partido algum no mundo que tenha atingido isso que o PT vai fazer! Vai ter uma tecnologia tal que estará tudo no computador. Vai ter todo o conhecimento do que é, do que não é; de como está, de como não está; tudo estará organizado.

Pombas! E para aumentar o salário mínimo não dá? E para fazer e ver o que desenvolveu não existe? Eu não sei, tchê! Juro que não sei!

O PSDB é um Partido de vaidosos. Dizem que o Fernando Henrique aceitou o tucano em função de sua plumagem, das suas cores, que ele se identificava muito com a ave. O Fernando Henrique é vaidoso e é o primeiro que reconhece. Ele diz que até teria condições de ser vaidoso, pois é professor universitário, fala várias línguas, mas que não o é (não é pouco, digo eu).

O PT, nessa altura, concordo...

É verdade que só podia entrar na festinha que ele fez... Aquilo é o PT. A “festa na roça” é algo que caracteriza um partido como o PT. O maior prédio, comprado pelo partido mais moderno da América Latina, não sei... Juro que não sei.

Dizem alguns que Fernando Collor de Mello se organizou e, se o esquema tivesse dado certo, ele montaria uma engrenagem para durar não sei quanto tempo. E podia ter durado. Collor rompeu com os militares, não queria falar em militar, não queria político e não queria empresário. Ele usou aquele discurso, com que ganhou espetacularmente a eleição. O mal é que continuou desprezando os políticos e a sociedade. E, quando houve a CPI... Vou contar a V. Ex^{as} uma coisa...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) Já encerro, Sr. Presidente. Passei a respeitar o Collor por causa daquela CPI. Quando vejo o Governo do PT impedir a criação de uma CPI para apurar as denúncias referentes ao bingo, reconheço que o Presidente Collor agiu com a maior dignidade. A CPI funcionou. Collor determinou que o Banco Central, a Polícia Federal, a Receita Federal, a Procuradoria da República colaborassem. E colaboraram dando todos os dados para a CPI funcionar. É verdade que ele nunca imaginou que as investigações fossem terminar nele. Nem nós imaginamos isso. Nunca pensamos que a CPI terminaria no Collor, mas de repente apareceu aquele motorista. E vejam que a CPI terminou no Collor por valores infinitamente menores do que esses que dizem que estão roubando. Terminou nele porque o motorista disse que, com o cheque tal, cheque fantasma, foi a Goiás e comprou o carro em nome do Presidente da República.

E lá estava o carro em nome do Presidente da República. Havia as contas fantasmas e havia a secretária fulana de tal, que lhe dava as contas da primeira-dama e da casa da Dinda, e ele pagava tudo.

Mas o Presidente Collor não movimentou uma palha, não tomou uma atitude contra a CPI. Ele foi cassado, mas não há um ato dele tentando impedir os trabalhos da CPI.

Ele imaginava construir um arcabouço, que ruíu porque não tinha alicerce. O mesmo aconteceu com Fernando Henrique. O Serjão, nosso querido Serjão, que fez falta quando faleceu, estava armando um arcabouço para, no mínimo, doze anos. Agora se diz que, de certa forma, ocorre isso. Só que o PT está mais preocupado com o arcabouço do partido e da engrenagem do que com o Governo. A melhor maneira para um partido como o PT se reeleger duas ou três vezes é fazer um grande governo, um governo popular, social e ético. Essa seria a fórmula para o PT conquistar o povo e ganhar credibilidade. Com seriedade, ele avançaria e teria o respeito da população. Querer o partido mais bem organizado da América Latina, a sede mais importante da América Latina... É doloroso ver o que está acontecendo. É triste ver, na distribuição das verbas, que o PT, com 10% das prefeituras, recebeu do Governo Federal mais do que o PFL, o PMDB e o PSDB, que têm muito mais prefeituras. Não é assim que o PT vai desempenhar o grande papel ao qual ele foi destinado.

Digo isso, Sr. Presidente, pensando na votação do salário mínimo, que ocorrerá amanhã ou depois. Quero abrir a discussão neste sentido: que cada Senador tenha condições de sustentar a sua palavra, mas que volte para casa de cabeça erguida. Talvez uma derrota aqui seja muito melhor para o Dr. Lula do que uma vitória conseguida aqui como aconteceu na Câmara. Talvez a derrota aqui o faça reunir-se com a gente dele e entender que não é isso que ele quer, não é esse o seu partido, não foi para isso que ganhou a eleição, não é esse o seu compromisso. Será lamentável ver uma vitória no pior estilo das costuras, como parece que estão querendo.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – V. Ex^a permite-me um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Com prazer, se o Presidente o permitir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam Buarque, sinto que todo o Plenário, em silêncio, ouve o pronunciamento do Senador Pedro Simon. Não tive coragem de interrompê-lo em nenhum momento. Permitirei a V. Ex^a que, no prazo de um ou dos minutos, faça seu aparte.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – Senador Pedro Simon, sou o único Senador do PT aqui no plenário, pois o Senador Paulo Paim está na Presidência. Minha obrigação, como militante do Partido dos Trabalhadores, seria a de tentar defender o Partido de suas posições. Quero dizer que a melhor defesa que posso fazer é distribuir o meu discurso para toda a militância do meu Partido. Assim, provocarei dentro do Partido, entre todos nós, um debate para saber se V. Ex^a está equivocado e, sobretudo, para tirar proveito. Não há melhor aliado do que o aliado crítico, do que o aliado leal. Creio que V. Ex^a está trazendo muitos pontos. Não podemos dizer que não são verdadeiros como descrição. Sobre aquilo de que discordo seria muito bom se pudéssemos fazer um debate. Não tenho dúvidas de que seria bom se pudéssemos fazer um acerto de contas com o nosso discurso do passado. Estamos precisando descobrir qual é, com clareza, a herança que queremos deixar para o Brasil. Em vez de rebater o que V. Ex^a está dizendo, o que eu não teria condição de fazer, quero dizer que oxalá tivéssemos outras pessoas que, com sua lealdade, fizessem as críticas que V. Ex^a faz com o intuito de melhorar o Governo e o Partido dos Trabalhadores.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço muito o aparte de V. Ex^a, que é um homem de linha reta. Desde que começou sua vida pública e até hoje, V. Ex^a é considerado um sonhador. Na universidade, alguns diziam: “Ele é um ótimo teórico, um homem perfeito, mas, entre o ser e o realizar, há diferença”. V. Ex^a mostrou que pôde fazer. V. Ex^a esteve no Governo e mostrou que pôde fazer e manter essa linha.

O Presidente Lula é um dos meus melhores amigos. A minha esposa é apaixonada pelo Lula, vibra quando ouve os pronunciamentos dele. Não nego que, no final da campanha do Lula, achei que havia chegado a vez do Brasil. Pensei: chegou a nossa vez, o povo tem direito, chegou a sua hora, chegou a sua oportunidade de encontrar o caminho. Vamos começar, mas vai ser difícil.

Eu não pensava nos milagres. Não me passaram pela cabeça os dez milhões de empregos. Não pensava nisso. Eu pensava em começar a seguir uma trilha diferente, e o resto viria atrás.

Nem V. Ex^a, nem eu, nem muitos que estão aí, nem o Celso Furtado... Na sua grandeza, mas na sua singeleza, o Celso era homem a ser consultado e não a ser colocado de lado. O PT devia ouvir um pouco mais aqueles que não são os “oba-oba”, os que batem palma, os que estão no Governo e dizem amém. ‘

Uns estão embevecidos. Acho o presidente do PT uma pessoa extraordinária pelo fato de haver passado por aquilo por que passou, pelas lutas que enfrentou.

Não digo agora que está no poder, mas, quando estava na Oposição, tinha disposição de mudar, de não guardar mágoa nem ressentimento, de buscar conversar com os militares, fazer um entendimento com um grupo de militares que queria mais abertura. Ele teve uma atuação realmente da maior importância.

Mas cá entre nós: o nosso querido Genoíno está embevecido. Não é o Presidente do PT que imaginávamos hoje. O Presidente do PT era uma pessoa que tinha inclusive de discordar do Presidente da República e dizer-lhe: olha, Presidente, o senhor me desculpe, esse negócio está ficando muito mal. Nós botamos para a rua a Senadora Heloísa Helena e outras pessoas sem reunir o Partido para discutir conteúdo e matéria, o que é ou o que não é. Fechamos questão em torno do nada. Está fechada a questão em torno da decisão que o Partido tiver. E qual será a decisão? Vamos ver depois.

Isso não existe nem em partido de direita, nem em partido radical, quanto mais num partido democrático.

Acho que o Genoíno, que é um homem de bem, íntegro, que tem passado, que tem biografia, podia começar a ouvir mais V. Ex^a, Senador Cristovam. Em vez de pensar em botar na rua, devia ouvir um pouco melhor a sua gente.

Como brasileiro torço para que o meu País vá bem. Já estou chegando no final da minha caminhada e poderia dizer, como São Paulo, que combati o bom combate, que fiz o que devia.

As idéias de São Paulo foram exatamente as de Cristo. Muitos consideram São Paulo quase um Cristo. Os dois grandes homens da humanidade, Sócrates e Cristo, não escreveram uma palavra. Sócrates teve suas idéias difundidas por meio dos Diálogos de Platão e Cristo, claro, pelos evangelistas; mas, basicamente, pelas Epístolas de São Paulo, que as propagou de tal forma que as idéias foram sendo levadas.

Eu não posso dizer isso. Eu posso dizer que combati o bom combate. Mas nem as idéias de Pasqualini, que é meu líder, de quem eu gosto, por cujas idéias sociais sou apaixonado, nem as idéias do Sr. Pasqualini eu consegui implantar. Publiquei-as, debati na faculdade, durante vinte anos, quando lecionei para vinte gerações. Mas não consegui.

Mesmo assim eu diria que torço. Sou um crente, rezo. Acreditem, meus irmãos, rezo pela minha família e pelo Governo do Presidente Lula. Eu rezo para que ele encontre o caminho, o lugar, a linha, para que entenda, acorde...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Para que ele faça aquilo que estamos esperando.

Obrigado pela tolerância até demasiada de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A tolerância da Presidência foi a tolerância do Plenário.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu queria que V. Ex^a informasse ao Plenário, ou pelo menos a mim, porque talvez já tenha informado ao Plenário, se a matéria do salário mínimo está na Ordem do Dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A matéria do salário mínimo está na Ordem do Dia de amanhã, quando iniciaremos a discussão e a provável votação na terça-feira. Mas fui informado de que há um acordo para a votação na quarta-feira.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra, por dez minutos, ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho, que sei ter entendido o brilhante discurso do Senador Pedro Simon, e a Mesa teve a tolerância que o Plenário, em silêncio, entendo ter correspondido.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, entendi a tolerância, mas agora não estou entendendo a minha ousadia de vir falar depois do Senador Pedro Simon, justamente sobre o salário mínimo. Mas, incentivado pela experiência do Senador Antonio Carlos Magalhães, ousei dizer que a discussão sobre o salário mínimo deve passar, sobretudo por um momento como este, quando ouvimos a palavra do Senador Pedro Simon.

Cheguei aqui, Sr. Presidente, em 1991, para exercer o mandato de Senador. Já naquele tempo, as minhas atenções se voltavam justamente para a atuação do Senador Pedro Simon. Eu tinha, como tenho ainda hoje, o Senador Pedro Simon como um daqueles Senadores que devem ser não apenas exemplares – não se trata apenas de seguir o seu exemplo –, mas um daqueles que precisam ser rigorosamente imitados. Não estou dizendo isso simplesmente por dizer, porque, ao longo da minha presença aqui no Senado já tive oportunidade de manifestar essa opinião.

Acredito que o Presidente Lula deveria mandar os seus assessores convidarem o Senador Pedro Simon para ter uma conversa a respeito do salário mínimo. O risco que haveria nesta conversa seria o Senador Pedro Simon convencer o Presidente da República. Na verdade, confesso que os argumentos do Senador Pedro Simon podem não ter aquela base – desculpe-me o Senador Pedro Simon –, aritmética, racional, mas S. Ex^a fala com tal autoridade e convencimento a respeito da história deste País que nós só podemos nos inclinar diante de tudo isso que S. Ex^a vem dizendo da tribuna, principalmente diante do que S. Ex^a disse hoje.

Eu mesmo, Senador Pedro Simon, confesso que estou meio balançado. O Senador Antonio Carlos Magalhães conversou comigo a esse respeito. Sou um Senador da Base do Governo que procura ajudar e ser coerente. Não adianta ser um Senador da Base do Governo e, num momento crítico, decisivo, abandoná-la. Não considero isso tão simples. Não tenho a história que tem o Senador Pedro Simon, nem a mesma autoridade.

Podem ficar certos os Senadores que me conhecem – muitos não me conhecem bem – de que não tenho nenhum apreço por qualquer medida que o Governo venha a tomar em meu benefício. Nem acredito que o Governo o fará. Não peço isso. Se tiver de votar a favor do Governo, votarei, porque penso que, neste momento, o Governo precisa contar com esse salário mínimo.

Sr. Presidente, a matéria que traria hoje a este Plenário feneceu, esmaeceu. Traria uma contribuição como fruto de estudos que vêm sendo feitos pela Comissão de Assuntos Econômicos, por ser Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Creio que o salário mínimo precisa ser estudado o ano inteiro. O salário mínimo não pode ser aquela questão que pegue de surpresa os Senadores, deixando alguns deles verdadeiramente aturdidos, como alguns se mostram. Ele tem de ser uma questão estudada.

Agora, por ocasião da Lei de Diretrizes Orçamentárias, é que vejo como não se presta atenção ao Orçamento Federal, como não se presta atenção à LDO, como se discutem tantas questões aqui que poderiam não ter a prioridade que a LDO e o Orçamento têm. Somente agora vejo como o Congresso Nacional poderia ser mais fiscalista e exercer com maior autoridade suas prerrogativas. Mas ele não exerce.

Há saídas no Orçamento, inclusive para o salário mínimo – pelo menos, há saídas para que se discuta uma política gradual de recuperação do salário mínimo. Então, pelo amor de Deus, por que não se discute isso? Eu não entendo. Não vejo por que não

se discute. É claro que vejo o Governo querendo fugir dessa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Senador Garibaldi Alves Filho, prorrogo a sessão por mais 15 minutos, para que V. Ex^a tenha direito a mais cinco minutos, pelo menos, já que a Mesa será tolerante, e para que o Senador Mão Santa tenha dez minutos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Agradeço a V. Ex^a. Vou marcar o tempo.

Antes de encerrar, eu queria ouvir o Senador Antonio Carlos Magalhães, que só fará enriquecer meu discurso, certamente.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– Senador, V. Ex^a é das pessoas que mais respeito e estimo. Quero dizer isso publicamente porque temos tido mais intimidade agora do que no passado. Longe de mim querer trazer V. Ex^a para esta ou aquela posição. V. Ex^a tomará a decisão que sua consciência indica. Apenas acho que o salário, mesmo o defendido pelo PFL, de R\$275, não é ainda um salário desejável. Com o Senador Paulo Paim, desde 1995, sem faltar um ano, eu lutei pelos US\$100. Até mesmo quando meu Partido era contra o aumento do salário para agradar a área econômica do Governo passado, sempre mantive meu voto a favor do maior salário mínimo. Acho que é um dever patriótico – embora respeite a opinião de V. Ex^a, patriótica como a minha – encontrarmos o caminho para melhorar a situação dramática em que vive o trabalhador brasileiro. Falo isso com a autoridade de quem, mesmo na sua casa residencial – aqui, na Bahia, ou em qualquer parte – nunca paga menos de quatro salários mínimos a seus servidores. De modo que dou o meu exemplo e, conseqüentemente, acho que uma coisa não se pode fazer – e o Senador Pedro Simon chamou a atenção para isto: não se pode abster-se de votar. Essa seria uma atitude que eu não consideraria corajosa – para não utilizar a palavra “covarde”. Desse modo, creio que cada um deve manifestar o seu voto. É importante que pensem no que ganhamos, nas vantagens extras que os Parlamentares têm, e no trabalhador brasileiro com R\$260. Muito obrigado, Senador Garibaldi Alves Filho. Sem dúvida, V. Ex^a é uma das melhores figuras desta Casa.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães. V. Ex^a, além de bondoso, hoje está jeitoso. Eu estava esperando que V. Ex^a falasse justamente da “atitude covarde”, mas realmente fez questão de não utilizar a expressão mais dura, mais contundente.

Terminarei o meu pronunciamento, já que o tempo se extinguiu, manifestando o meu pleito de homenagem ao Senador Pedro Simon e dizendo que há

uma fórmula que está sendo estudada, não apenas por mim mas também por alguns outros Senadores, para fazer com que o salário mínimo afinal tenha uma política de reajuste e de recuperação. Vamos discutir se essa fórmula é ou não a melhor e a mais viável no fórum adequado, que é a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, durante a discussão da LDO. Há caminhos.

Claro que, como eu disse aqui, podendo o Governo ter as mãos livres, ele não vai ter as mãos atadas. Não vai ter uma política que contemple o fato de o salário mínimo ter uma base mínima, baseada no período da inflação, no reajuste do Produto Interno Bruto. Podemos levar o Governo, principalmente um Governo como o do Presidente Lula, a concordar que um salário mínimo não pode ser discutido assim. Ele tem que ser discutido permanentemente, como o faz o Senador Paulo Paim, um homem que não esquece o salário mínimo, que não deixa de trazer propostas e alternativas, porque o Senador Paulo Paim não é a favor de um salário mínimo maior apenas por ser a favor. S. Ex^a o é porque encontra alternativas para que o Governo se dobre aos seus argumentos.

Agradeço ao Senador Papaléo Paes, que preside a sessão. É claro que todos nós voltaremos a esse assunto.

Agradeço ainda o aparte de V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Durante o discurso do Sr. Garibaldi Alves Filho, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, como orador inscrito, lembrando a V. Ex^a que a sessão foi prorrogada até às 18 horas e 45 minutos. Portanto, V. Ex^a terá nove minutos para fazer o seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros que assistem a esta sessão aqui ou pelo Sistema de Comunicação do Senado, primeiro trato do lado bom do Congresso: a Sudene, filha de Juscelino Kubitschek que fez esta Brasília e que trouxe o otimismo.

Quero aqui manifestar o meu aplauso à Comissão Especial da Câmara destinada a emitir parecer ao PLP nº 7603 do Poder Executivo, que recria a Sudene. A Câmara aprovou, por unanimidade, o substitutivo do Deputado Zezéu Ribeiro, do PT, da Bahia – decisão importantíssima no caminho da reinstituição da

Sudene, fruto de um longo trabalho e da realização de várias reuniões por todos os Estados do Nordeste. Queremos louvar o empenho dos Deputados Zezéu Ribeiro, do PT da Bahia, Armando Monteiro, do PTB de Pernambuco, Raul Jungman, do PPS de Pernambuco, Roberto Pessoa, do PL do Ceará e outros para a realização desse trabalho.

Entendo que enfim é hora de fazermos ressurgir a Sudene, aquele fruto de inspiração de Juscelino Kubitschek, que imaginou o desenvolvimento deste País. No Sul, colocou o parque industrial; no centro do País, Brasília; e, para formar o tripé, no Nordeste, a Sudene.

Queria lamentar e acordar o Executivo, Senadores gaúchos, sobretudo advertindo a feia história do casuísmo na política brasileira!

Se analisarmos a política dos Estados Unidos e revivermos a convenção para a indicação do Presidente da República Abraham Lincoln e analisarmos as convenções de hoje, dos dias de Bush e Bill Clinton, veremos que são idênticas. No Brasil, há esta mania de, às vésperas das eleições, mudarem-se as regras do jogo. Não é de agora, não! No período ditatorial, houve isso demais! Pedro Simon, V. Ex^a se lembra do golpe, em 1978, que o Regime Militar deu para a indicação de Senador. O segundo mais votado foi esse que permitiu, por exemplo, o Fernando Henrique Cardoso chegar ao Senado. O segundo mais votado afastou o suplente que havia sido eleito.

Nas últimas eleições, a verticalização; e agora esse imbróglcio do número de Vereadores. É ridículo o nosso Poder Judiciário! Ridículo! Tanto tempo, e nós acobertamos isso! As regras têm que ser cumpridas e este Parlamento tem que marcar doravante um prazo limite!

Venho do interior, onde estão todos perplexos, marcadas as convenções, que dependem do número de candidatos a Vereadores. É ridículo para a nossa história. É hora do melhor procedimento de bom senso, e de acabar, para sempre, com o casuísmo, useiro e vezeiro, que envergonha nossa história política. Que isso não se repita. Que criemos leis boas, justas e firmes, que evitem transtornos como esse. É uma vergonha, Senador Papaléo Paes! O Conselheiro José Antônio Saraiva, que criou Teresina e foi Ministro, criou leis melhores para se eleger e impugnar candidaturas. Portanto, há um retrocesso. Senador Pedro Simon, o Conselheiro Saraiva elaborou um código eleitoral melhor do que o atual, que é indefinido.

Finalmente, o salário. Estamos conscientes de que o Senado Federal deve escrever a mais bela página da história. Estamos conscientes de que o PT deve acordar, o PT deve ter aulas de democracia com

o Professor Cristovam Buarque, que afastaram. A mágoa e a inveja comovem os corações. Afastaram, com inveja da sabedoria.

Eu apenas queria ensinar o PT que pensa que vai submeter esta Casa à vergonhosa condição de aprovarmos o mais indigno salário mínimo da História do Brasil.

Há mais de sessenta anos, Senador Papaléo Paes – V. Ex^a é muito novo –, vi muitas vezes Getúlio Vargas, no dia 1º de maio, em cadeia nacional, como pai dos trabalhadores, dos pobres, dizer inicialmente assim, Senador Paulo Paim: “Trabalhadores do Brasil...” e anunciava um salário digno. O equivalente que ele anunciava, hoje, seria de R\$600,00, de acordo com dados atualizados pela Fundação Getúlio Vargas. E hoje, está ali o painel. Que vergonha, Lula! Que vergonha! Quatorze de junho. Senadora Heloísa Helena, este Congresso que avançou, que fazia a lei funcionar em abril, além de o Executivo ficar parado, fez com que déssemos marcha à ré. Junho, passou o Dia dos Namorados, e as namoradas dos trabalhadores...

Com a palavra a Senadora Heloísa Helena.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP. Fazendo soar a campainha.) – Senador Mão Santa, informo que a sessão será prorrogada por mais cinco minutos para que V. Ex^a possa encerrar o seu pronunciamento e a Senadora Heloísa Helena possa fazer o aparte.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O trabalhador brasileiro agradece a generosidade e a sensibilidade de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Está contando o tempo.

A Sr^a Heloísa Helena (Sem Partido – AL) – Senador Mão Santa, quero saudar o pronunciamento de V. Ex^a em relação à Sudene, porque infelizmente o Governo Lula se comprometeu com a criação de um instrumento que pudesse minimizar as desigualdades regionais. Não foi feito isso na reforma tributária, porque infelizmente essa foi muito mais uma farsa do que um instrumento para superar as desigualdades regionais, para implementar um modelo de federalismo cooperativo e para desonerar o setor produtivo. De fato, ela foi só a reedição de dois monstros arrecadatórios, criados pelo Governo Fernando Henrique – a CPMF e a DRU –, que, por sua vez, saqueiam 20% dos cofres das áreas de políticas sociais e públicas para encher a pança dos banqueiros internacionais e esvaziar o prato, o emprego e a dignidade do povo brasileiro. Mas, no caso do salário mínimo, quero saudar as observações feitas por V. Ex^a. Tive a oportunidade de acompanhar todo o discurso do Senador Pedro Simon, o alerta que ele faz, com a sua típica benevolência cristã, e

até um apelo, para que o Palácio possa utilizar a sua capacidade auditiva menos para a Base governista, de bajulação, e mais para a angústia e para o sofrimento daqueles que estão vivenciando uma realidade de dor e sofrimento espalhados pelo Brasil. Agora, sinceramente espero, do mesmo jeito que V. Ex^a – conheço o voto de V. Ex^a, bem como o do Senador Papaléo Paes e o de outros Senadores –, que esta Casa tenha a altivez de cumprir a sua obrigação constitucional. Falo daquilo que é tão sagrado e nobre para o aprimoramento da democracia representativa: a independência entre os Poderes. A situação é muito feia, é vexatória. Lá no Estado de Alagoas, as encostas estão caindo, bem como as barreiras, e estão matando crianças, pais de família, porque o Governo não investe em habitação, em saneamento. Em vez disso, legítima a verborragia da patifaria neoliberal com o superávit. A situação é dramática no Estado de Alagoas! Passei os últimos quatro dias lá. No sertão há uma seca insuportável. As pessoas nem plantaram, Senador Papaléo Paes, a agricultura familiar, o pequeno e o médio produtores. Hoje, os plantadores de cana da Zona da Mata estavam absolutamente tontos porque o subsídio que o Governo Federal deveria repassar não foi repassado. A cidade de Maceió está completamente alagada, todas as grotas, a periferia. A situação é absolutamente dramática, terrível! Infelizmente, agora o negócio dos ministros é encontrar Senadores para pressionar. São dois ministros por Senador. A pressão é para não virem. Antes, o balcão de negócios sujos era montado e se distribuíam cargos, prestígio, poder para votar de determinado jeito. Agora, já estão oferecendo vantagens para a pessoa não vir. Realmente, está muito difícil. Espero que uma Casa como a nossa não aja assim. Para se candidatar, o mais novo tem que ter 35 anos. Esta Casa não tem nem idade para imaturidade, para vender a alma por conveniência e por cargo. Espero que o Senado dê uma demonstração ao povo brasileiro. O Senado da República sempre foi visto como uma Casa conservadora, das oligarquias, e tem tido demonstrações, ultimamente, até de mais independência do que a suposta juventude da Câmara dos Deputados. Espero isso realmente. Sei como vão votar V. Ex^a e o Senador Papaléo Paes. Nós, do Nordeste e do Norte, sabemos o que significa o aumento do salário mínimo. É lógico que não é o salário mínimo que queríamos. O Senador Paulo Paim e outros Senadores têm a proposta de U\$100, tenho a de R\$320,00 e vários outros Senadores têm propostas diversas. Alguém pode dizer que R\$15,00 não é o que funciona, mas uma mãe de família sabe o que é R\$15,00 na mão. Há gente que sabe o significado de não ter R\$1,00, R\$2,00, R\$3,00. Para um Senador R\$15,00 pode não ser nada, mas é

muito para uma mãe ou pai de família desesperado, como a grande maioria – 66% dos benefícios da Previdência são salário mínimo. Isso dá um impacto na Previdência de apenas 32%. Sabemos qual o significado disso para o Norte e o Nordeste. A dinamização da economia local tem mais relação com o salário mínimo recebido por aquele beneficiado pela Loas (Lei Orgânica da Assistência Social): o idoso que não contribuiu, o deficiente físico. O beneficiado pela Loas ou o aposentado tem muito mais impacto na dinamização econômica do que mesmo o Fundo de Participação dos Municípios. Então, se R\$15,00 não são muita coisa, espero que o Senado tenha vergonha, porque não há mais quem agüente a repetição dessa cantilena enfadonha e mentirosa de que quebra a Previdência. É uma infâmia repetir essa cantilena enfadonha e mentirosa, como fizeram aqui nos debates sobre a reforma da Previdência, para jogar na lama da especulação a popança dos trabalhadores do setor público. Mentiram com a PEC paralela. Vários servidores, Senador Papaléo Paes, inclusive do Senado, não se aposentaram aguardando a PEC paralela, que, por sua vez, já era insignificante diante do impacto da retirada de direitos dos trabalhadores do setor público, como foi feito na reforma da Previdência. Não diziam que era a panacéia, que resolveria todos os males? Fernando Henrique disse isso em 1998 e mentiu; Fernando Henrique disse isso em 1999 e mentiu; Lula disse no ano passado e mentiu. Agora, mais uma vez, falam do impacto na Previdência, que vai quebrar! Se fosse de R\$315,48 o impacto seria de R\$5 bilhões. Durante o ano são R\$145 bilhões para os banqueiros nacionais e internacionais. Senador Mão Santa, realmente eu espero que este Senado tenha a altivez necessária. Isso não significa votar contra ou a favor do Governo, e sim votar a favor de milhões de brasileiros. Esses R\$15,00 serão muito na casa de quem não tem absolutamente nada. Espero que realmente esta Casa tenha vergonha e vote pelo menos essa proposta. É pouco, é verdade; é quase insignificante e vergonhoso votar isso. Mas é melhor dar R\$15,00 a mais do que passar essa imagem, que não tem nada a ver com a Previdência ou com quem é contra ou a favor do Governo, e sim de quem se vendeu ou não. Será ainda mais grave. Eles estão falando tanto, na imprensa. Os Líderes da base de bajulação dizem que R\$275,00 é demagogia e irresponsabilidade. Ninguém ouse falar em demagogia e irresponsabilidade aqui amanhã, porque terá uma resposta bem à altura, daquelas que eu gosto, dizendo que R\$260,00 é vigarice. Então, eu espero que o debate seja programático, com os dados sendo apresentados bem objetivamente, porque se vierem para ofender, verão aquela história: venham quente que eu

estou fervendo. Não façam isso, porque não tem sentido ter esse tipo de atitude. O pior é que eles mesmos dizem que o Senador que está criticando é o que está valorizando o seu passe e negociando o seu preço. Isso é coisa que se diga? Pronto! Isso acaba reforçando, no imaginário popular, a idéia de que os votos se dividirão entre os daqueles que deixam e os dos que não deixam colocar uma etiqueta na testa mostrando o seu preço. É por isso que eu realmente espero que o Senado faça um debate com serenidade, à luz dos interesses mais belos e legítimos. Ainda são poucos e insignificantes, mas R\$15,00 na mão de uma mãe ou pai de família é muito. Somente sabe disso quem já passou pela necessidade e muitas vezes não teve R\$1,00 ou R\$2,00 para comprar o leite e o pão para alimentar os seus filhos. Então, eu espero que esta Casa tenha vergonha. Desculpe-me ter prolongado o meu aparte ao discurso de V. Ex^a. Ao Senador Papaléo Paes eu agradeço a sensibilidade que tem, regimentalmente. Mas eu espero que haja vergonha e nós possamos ao menos aprovar os R\$275,00.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Deus escreve certo por linhas tortas e colocou na Presidência o Senador Papaléo Paes.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, eu quero fazer uso do Regimento e dizer a V. Ex^a que a sessão está prorrogada até às 19 horas. Porém, há expediente a ser lido. Então, peço a V. Ex^a que encerre seu pronunciamento em três minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senadora Heloísa Helena, eu disse antes que V. Ex^a, do P-SOL, é mais do que o sol. V. Ex^a tem hoje uma força neste País, ilumina mais do que o sol, que só aparece de dia, e V. Ex^a, de dia e de noite. Senti a repercussão lá no Piauí. V. Ex^a não lidera aqui não só o Senador Eduardo Suplicy, a mim também. Senadora Heloísa Helena, há poucos dias, o Piauí ficou feliz com a visita da Liderança extraordinária que V. Ex^a representa. Chegando aqui, V. Ex^a dizia: “Senador Mão Santa, deixe Adalgizinha ser candidata”. Senadora Heloísa Helena, não o desejava, porque acredito no amor, e o Presidente acredita na Josélia. Então, como o Presidente quer a Josélia a cada dia, a cada hora, a cada minuto, quero Adalgizinha comigo. Mas refleti muito sobre o apelo feito por esta mulher extraordinária, que traduz os anseios de todo o povo do Brasil e, hoje, do meu Piauí. Analisei Teresina, à qual devo muito. Não nasci lá. Ninguém nasce onde quer e eu queria nascer da minha própria mãe. Mas lá venci todos os pleitos majoritariamente. Não fui eleito; fui consagrado. Então, ofereci ao meu amor o que era mais caro a mim: a candidatura à Prefeitura de Teresina. Senadora Heloísa Helena, com a

sua persuasão V. Ex^a não fez somente a cabeça do Suplicy, mas também a minha.

As minhas últimas palavras, Senador Antonio Carlos Magalhães, são para dizer que esse PT é duro de aprender as coisas. Foi o nome mais bem usado: ele é duro; não entra. Não é de miolo, não, é de osso.

Senador Pedro Simon, aquilo que o Professor Cristovam disse foi um cabedal histórico, de que todos nos orgulhamos, mas eu gostaria de citar um igual. Mitterrand, Senador Antonio Carlos Magalhães, já sem forças, com câncer, fez um livro com um amigo que ganhou o Prêmio Nobel de Literatura, auxiliando.

Assim, Senadora Heloísa Helena, mande essa mensagem, pois o Lula não aprende. Mitterrand disse isto, Senador Pedro Simon, atentai bem. Ele foi, por quatorze anos, Presidente da França. E o povo foi às ruas e gritou “liberdade, igualdade e fraternidade”, de Montesquieu, que criou esses Poderes harmônicos: o Legislativo, para fazer leis boas e justas; os guardiões da lei e da juridicidade, e o Executivo para administrar.

Senador Rodolpho Tourinho, deixo uma mensagem aos governantes. Mitterrand disse que se algum dia fosse poder, iria fortalecer os outros poderes, os contrapoderes. E Lula quer desmoralizar, quer desrespeitar esta Casa.

A Comissão Mista presidida pelo extraordinário líder brasileiro Tasso Jereissati – e o Senador Paulo Paim estava lá de fato, de espírito, de coração e com amor – estudou, devassou as contas, os orçamentos, as possibilidades e propôs um salário mínimo de R\$275,00, o menor da América Latina.

Presidente Lula, mire-se em Hugo Chávez. Na Venezuela, o salário mínimo é de US\$159,00.

E esse “trator” virá amanhã tentar comprar-nos. A mim mesmo tentaram comprar, oferecendo-me uma diretoria da Sudene, para votar com eles a infernal PEC nº 67.

Lembrem-se de Mitterrand e respeitem-no.

Senadores Pedro Simon e Heloísa Helena, eu queria ter o ardor poético do baiano Castro Alves e de Rui Barbosa, que disse que a salvação é dar primazia ao trabalho e aos trabalhadores, que produzem a riqueza, e não fazer como Lula, que se ajoelha para o Banco Mundial, para o BID e para o Bird, traindo toda a nossa história.

Portanto, eu queria ter a inspiração de Castro Alves diante da escravidão. Deus, olhai para essa desgraça e para essa infâmia! Deus, feche este Congresso se nos humilharmos e cedermos à indignidade desse salário mínimo, o mais vergonhoso da América!

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Os Srs. Senadores Marcos Guerra e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa para serem publicados na

forma do disposto no art. 203 combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ao analisar os fatores que transformaram Ayrton Senna em um personagem-mito da cultura nacional, o antropólogo Gustavo Lins Ribeiro afirmou: “*O Brasil tem carências de heróis*”.

Acredito que essa carência de heróis, que leva o nosso povo a endeusar figuras populares como Pelé e Senna, se deva ao fato de, felizmente, nosso País se situar muito distante dos cenários das guerras mundiais e dos conflitos mais recentes.

Entretanto, Sr. Presidente, se nos faltam figuras guerreiras, e se, graças a Deus, não costumam ocorrer catástrofes naturais, nos quais a coragem e o auto-sacrifício se destaquem, emergem do nosso cotidiano vultos cujo valor pessoal, colocado a serviço da comunidade, basta para criar uma aura de magnetismo e sabedoria.

Uma dessas figuras que despertam admiração e respeito, no meu Estado, é a do Desembargador Amim Abiguenem, que se aposentou, compulsoriamente, do Tribunal de Justiça (TJES), ao completar 70 anos no dia 15 deste mês de maio. Antes disso, no dia 14, recebeu a comenda Jerônimo Monteiro, juntamente com o Juiz Elpidio José Duque; a solenidade foi uma homenagem do Poder Executivo ao Judiciário, em agradecimento à colaboração e esforço no “trabalho de reconstrução ética e administrativa do Espírito Santo”, conforme consta no convite encaminhado pelo Governador Paulo Hartung aos Desembargadores.

Essa comenda, nobres Colegas, é a insígnia de grau mais elevado conferida pelo Governo capixaba; a mesma oferecida ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, quando de sua visita ao Estado.

Sr. Presidente, embora o desembargador Amim Abiguenem não seja pessoa de minhas relações pessoais, acompanhei com admiração sua trajetória, assim como a população do Estado, já que ele tomou parte em importantes momentos da política capixaba, destacando-se pelas opiniões e atitudes firmes.

Fiel aos princípios éticos que sempre o caracterizaram, na última sessão de que participou, no dia 13, Amim Abiguenem votou pelo afastamento do Prefeito de Itapemirim, Alcino Cardoso, suspeito de superfaturamento na licitação para compra de equipamentos escolares.

Dessa forma, Sr^{as} e Srs. Senadores, encerra-se a vida pública de um homem, cuja integridade e nobreza de caráter se constituem em exemplos para a população, principalmente para os jovens, sempre

tão expostos às influências negativas divulgadas pelos meios de comunicação de massa. Estou certo de que, com seu dinamismo e hombridade, o cidadão Amim Abiguenem continuará sua trajetória dedicada ao bem comum, enquanto viver.

Ocupará a vaga desse capixaba ilustre o Juiz titular da 4ª Vara Cível de Vitória, Carlos Roberto Mignone. É o coroamento de uma carreira de quase trinta anos a serviço da Magistratura. Ao novo Desembargador, Sr^{as} e Srs. Senadores, endereço os meus votos de muito sucesso e de que suas decisões contribuam sempre para que a justiça e a ordem estejam cada vez mais presentes na vida do povo do Espírito Santo.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, tenho aqui em minhas mãos o Balanço Social da Fundação Bradesco 2003, na qual pude verificar as diversas realizações relevantes que esta Instituição sem fins lucrativos desenvolveu em prol da sociedade brasileira durante o ano passado.

Esse sumário sobre as atividades sociais do Bradesco começa com uma introdução em que nos é dito que o estímulo do desenvolvimento econômico é a principal missão do banco, e ressalta que conceder crédito aos empreendedores a juros acessíveis, obter bons rendimentos para os investidores, investir em tecnologia, treinamento de funcionários, expansão da rede de atendimento, tudo isso faz parte da função social da instituição.

De fato, como líder na concessão de crédito, entre as instituições financeiras privadas do País, o Bradesco tem ajudado muitas pessoas e famílias a realizarem o sonho da casa própria, do computador, do automóvel e, também, muitas empresas a adquirirem o trator, o maquinário, o ponto comercial etc. Essa, realmente, é uma importante forma de atuação econômica, mas também social, que o banco realiza a favor do desenvolvimento de nossa Nação.

Na área educacional, são ainda mais notórios os benefícios oriundos das atividades dessa instituição.

Com a inauguração de sua trigésima nona escola, em Boa Vista, Roraima, a Fundação Bradesco passa a contar com pelo menos uma instituição de ensino em cada estado brasileiro. A Fundação atendeu, em 2003, 105 mil alunos, entre crianças, jovens e adultos, nas diversas modalidades de ensino que oferece – educação infantil, ensino fundamental e médio, educação profissional básica e técnica, e educação de jovens e adultos por meio da teleeducação.

Os investimentos financeiros nessa área foram de R\$138 milhões, oriundos exclusivamente da Organização Bradesco.

O critério para a instalação das escolas é o grau de carência socioeconômica da região escolhida. Na rede da Fundação, os alunos da educação básica recebem alimentação, material didático, uniformes e assistência médica e odontológica. A eficiência das escolas mede-se pelos altos índices de aprovação e pela baixa evasão escolar. Os casos de evasão geralmente são por motivo de mudança de residência da família do aluno.

Em seus 47 anos de atuação, são cerca de meio milhão as pessoas formadas pelos bancos escolares da Fundação Bradesco. Os alunos não recebem apenas conhecimento teórico. As atividades envolvem questões relacionadas à cidadania, empreendedorismo, trabalho voluntário, defesa do meio ambiente, diversidade e solidariedade. Tudo isso visando formar cidadãos completos, aptos a transformar a sociedade em que vivem. É uma verdadeira revolução social acontecendo nas regiões mais remotas do País, embora ocorra lentamente – como todo processo consistente de mudança social –, à medida que os valores vão sendo absorvidos pelos jovens. Por fim, os valores apreendidos haverão de florescer plenamente, através de ações concretas, quando esses jovens chegarem à idade adulta.

Entre os programas educacionais da Fundação Bradesco, quero destacar apenas um, por sua altíssima relevância social, chamado de *Alfabetização Solidária*, que abrange 19 Municípios no Nordeste e que já atendeu, desde o seu lançamento, em 1998, 68 mil alunos e capacitou 2 mil 750 professores.

No total, foram 105 mil alunos atendidos pela Fundação Bradesco em 2003. Desses, cerca de 56 mil são jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos. São mais de 130 opções de cursos de curta duração nas áreas de gestão, turismo, informática, lazer e desenvolvimento social, agropecuária, imagem pessoal, entre outras áreas profissionais. Além disso, há as telessalas de aula no sistema prisional do Estado de São Paulo, que vêm contribuindo significativamente para a reabilitação e a reintegração social dos sentenciados matriculados no programa.

Só pela contribuição na área educacional que a Fundação Bradesco dá ao País, já é evidente seu profundo comprometimento com a sociedade brasileira.

Mas não pára por aí. Em seguida, vêm suas contribuições na área cultural.

Através de uma verdadeira rede capilar de agências, o Bradesco é capaz de conhecer e identificar as tradições e o folclore de regiões remotas do País. O apoio dessa instituição não se dá apenas a festas, mas também a feiras agrícolas e comerciais, rodeios, congressos e conferências, entre outros. Em 2003, com

investimentos da ordem de 1,5 milhão de reais, o Bradesco patrocinou 567 eventos comunitários.

Podemos citar dois casos que servem de exemplo entre a vastidão dos eventos patrocinados pelo Bradesco. O primeiro é o Festival Folclórico de Parintins, festa conhecida em todo o País, e que ocorre em junho, na ilha de Tupinambaranas, a 420 quilômetros de Manaus. O segundo, a Festa de São João de Caruaru, que atrai para a cidade pernambucana nada menos do que um milhão de visitantes e dura 30 dias. É a maior festa de São João do Brasil.

O Bradesco investe, ainda, maciçamente em arte e cultura. Dança, música, artes plásticas, literatura, cinema, arquitetura, preservação e informação histórica são alguns dos temas que recebem o apoio dessa instituição. Em todas essas áreas, são proporcionadas ocasiões para que as pessoas aumentem seus conhecimentos e tenham contato com riquezas culturais que, muitas vezes, só são acessíveis a quem pode viajar ao exterior.

Em resumo, o total de investimentos sociais externos – que abrangem, entre outras, as áreas de educação, cultura, saúde e saneamento, esporte, combate à fome e segurança alimentar – ultrapassa a soma de R\$2 bilhões! Realmente, é de grande vulto a contribuição social trazida por essa instituição à sociedade brasileira.

Ainda há as atuações na área esportiva, na de solidariedade e cidadania e os investimentos nos recursos humanos que essa instituição promove para o bem do progresso e do desenvolvimento sociocultural da Nação. No entanto seria extenuante listá-los todos durante este breve pronunciamento. Cabe apenas ressaltar a vastidão das ações sociais que vem desenvolvendo o Bradesco, as quais são dignas de nosso mais sincero aplauso e apoio.

Sr. Presidente, nobres Colegas, diante das realizações sociais desenvolvidas por essa Instituição, chego a pensar que o gesto simples de cada cidadão em prol do seu semelhante tem um alcance maior do que leis, CPIs, resoluções e outros adventos legislativos que possamos deliberar nesta Casa.

De fato, algumas vezes chego à conclusão de que aquilo de que este País precisa não é mais leis. Já as temos tantas, e, no entanto, muitas são tão ineficazes! Sim, não se pode negar a importância das leis para regulamentar relações trabalhistas, comerciais, econômicas, políticas e coisas do gênero. Mas percebo que aquilo de que a sociedade mais necessita são ações como essa da Fundação Bradesco. Ações de solidariedade, ações de amor e fraternidade.

Penso que muitas leis e muitas medidas governamentais seriam mais eficazes se tivéssemos uma cultu-

ra mais humanitária difundida na sociedade brasileira. Exemplos de solidariedade, de trabalho voluntário e de cooperativismo, tais como as atividades que o Bradesco vem promovendo, levam a um aumento dos níveis de ética, auto-estima, cidadania e co-responsabilidade social, que trazem benefícios imensuráveis em todos os níveis e aspectos da vida de cada um de nós.

Tenho consciência de que, se pudermos, através de nossa atuação parlamentar, incentivar mais ações sociais como essas que o Bradesco desenvolve, se estimularmos o brasileiro a sensibilizar-se quanto à importância da participação comunitário-social, isso será muito mais eficaz que todo o restante, pois estaremos contribuindo para o desenvolvimento do que há de mais sólido na constituição de uma verdadeira Nação: os valores éticos relacionados à co-existência social.

Parabéns ao Grupo Bradesco pelo brilhante trabalho que vem desenvolvendo no sentido de tornar este País mais humano!

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 182, DE 2004
(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.*)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 182, de 2004, que *dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2004, e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador César Borges

2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, DE 2003
(*Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 698, de 2004, art. 336, II*)
(*Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2002*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2003, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs, que *dispõe sobre o registro, fiscalização e con-*

trole das organizações não-governamentais e dá outras providências.

Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 246, DE 2002
(*Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 698, de 2004, art. 336, II*)
(*Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2003*)

Projeto de Lei do Senado nº 246, de 2002, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que *estabelece condições para o registro, funcionamento e fiscalização das organizações não-governamentais e dá outras providências.*

Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

4

REQUERIMENTO Nº 557, DE 2004
(*Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 340, III, do Regimento Interno*)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 557, de 2004, da Senadora Heloísa Helena e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 336, inciso III, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2003, que *dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.*

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 55-A, DE 2001

Segunda sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 55-A, de 2001 (nº 574/2002, na Câmara dos Deputados), que *modifica a redação do art. 29A e acrescenta art. 29B à Constituição Federal para dispor sobre o limite de despesas e a composição das Câmaras de Vereadores e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 502, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, com votos contrários, em separado, do Senador Antero Paes de Barros, e vencido, do Senador Jefferson Péres.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 17, DE 2004

(Desmembrada da Proposta de Emenda à Constituição nº 228/2004, oriunda da PEC nº 41/2003, na Câmara dos Deputados e nº 74-A/2003, no Senado Federal)

Segunda sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 17, de 2004 (nº 228/2004, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências* (distribuição

a Estados e ao Distrito Federal do produto da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE).

Parecer favorável, sob nº 460, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 3 minutos.)

(OS:14166/04)

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Emenda
AO
PROJETO DE LEI
N.º 22/2004-CN

MENSAGEM
N.º 00082, de 2004 – CN
(Nº 00273/2004, na origem)

Ementa: Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito especial no valor global de R\$ 20.491.034,00 (vinte milhões, quatrocentos e noventa e um mil, trinta e quatro reais), para os fins que especifica.

Índice de Emendas

PLN: 022/2004 EMENDA

		Total por Parlamentar
CORONEL ALVES	00003	1
GERALDO RESENDE	00001	1
PEDRO CHAVES	00002	1
WILSON SANTIAGO	00004 a 00009	6
Total de Emendas:		9

EMENDA - 00001**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****PL 022/2004-CN**

Mensagem 0082/2004-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI 22	PÁGINA 01 DE 01
----------------------------	--------------------------	------------------------

TEXTO

Cancelar o cancelamento de crédito suplementar no Programa de Trabalho do Fundo Aeronáutico, no seguinte subtítulo:

CANCELAR O CANCELAMENTO (ANEXO II)

U.O.: 52.911 FUNDO AERONÁUTICO

F.P. 05.781.0631.106Z.0101 - CONSTRUÇÃO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AERÓDROMO BONITO-MS - NO MUNICÍPIO DE BONITO-MS

GND: 3 MOD. APLIC.: 30 FONTE: 250

VALOR: R\$ 79.620,00

GND: 4 MOD. APLIC.: 30 FONTE: 250

VALOR: R\$ 1.500.000,00

CANCELAR AS SUPLEMENTAÇÕES (ANEXO I)

U.O.: 52.911 FUNDO AERONÁUTICO

F.P. 05.781.0631.108B.0101 - CONSTRUÇÃO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AERÓDROMO DE CAMETA-PA - NO MUNICÍPIO DE CAMETA-PA

GND: 3 MOD. APLIC.: 90 FONTE: 250

VALOR: R\$ 79.620,00

GND: 4 MOD. APLIC.: 30 FONTE: 250

VALOR: R\$ 750.000,00

F.P. 05.781.0631.107W.0101 - AMPLIAÇÃO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AERÓDROMO DE SÃO JOAQUIM-SC - NO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM-SC

GND: 4 MOD. APLIC.: 30 FONTE: 250

VALOR: R\$ 350.000,00

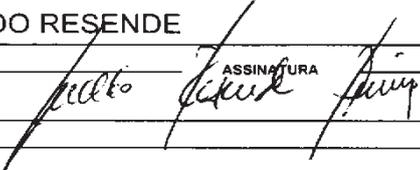
F.P. 05.781.0631.108G.0101 - CONSTRUÇÃO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AERÓDROMO DE PIMENTA BUENO-RO - NO MUNICÍPIO DE PIMENTA BUENO-RO

GND: 4 MOD. APLIC.: 30 FONTE: 250

VALOR: R\$ 400.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A falta de infra-estrutura tem afugentado do Brasil um número muito grande de turistas internacionais. Bonito tem atraído um número cada vez maior de turistas estrangeiros que encontram na região o lugar sonhado para o turismo ecológico contemplativo e de práticas de esportes radicais. Atualmente a cidade tem 18 mil habitantes e recebe aproximadamente 70 mil turistas/ano. A cidade promove vários eventos culturais durante o ano, com destaque para o Carnaval de Rua. Nesta época a cidade quaduplica o número de pessoas que a compõe. Toda essa movimentação turística e cultural necessita de investimento no aeródromo, que hoje tem poucos voos de Campo Grande, devido a precariedade que se encontra. A cidade tem se tornado referência internacional em ecoturismo e turismo contemplativo, por isso necessitamos de oferecer uma melhor infra-estrutura ao turista estrangeiro e brasileiro, sob pena de perdermos mercado e atrairmos cada vez menos turistas interessados em visitar o Brasil e suas belezas naturais. Neste momento, que precisamos desenvolver a economia e gerarmos empregos, a ampliação do aeródromo de Bonito é fundamental para o desenvolvimento do Estado do Mato Grosso do Sul e da própria cidade de Bonito.

CODIGO	NOME DO PARLAMENTAR GERALDO RESENDE	UF MS	PARTIDO PPS
DATA 2/6/2004	ASSINATURA 		

EMENDA - 00002**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****PL 022/2004-CN**
Mensagem 0082/2004-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PLN - 22/2004 - CN	PAGINA 01 DE 01
---------------------	--------------------------------------	--------------------

TEXTO

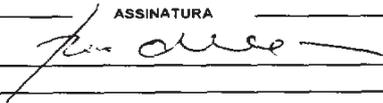
INCLUIR ONDE COUBER NO ANEXO I DO PRESENTE PROJETO DE LEI - CONSTRUÇÃO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AERODROMO DE SÃO DOMINGOS - GO.

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIDADE: 52911
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 05.781.0631.108D.0101
GND: 4
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 30
FONTE: 250
VALOR R\$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

AO APRESENTAR ESTA EMENDA, PROCURO DAR MINHA CONTRIBUIÇÃO AS ANTIGAS E JUSTAS REIVINDICAÇÕES DA CIDADE QUE ME SERVIU DE BERÇO. O MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, LOCALIZADO NO NORDESTE GOIANO, FAZENDO DIVISA COM O ESTADO DA BAHIA, NECESSITA COM URGENCIA DA CONSTRUÇÃO DESSE AEROPORTO, HOJE, A POPULAÇÃO LOCAL, PARA SE DESLOCAR A BRASÍLIA OU A GOIANIA, ONDE O ÚNICO MEIO DE LIGAÇÃO É A VIA TERRESTRE, OU SEJA, EM CASO DE URGENCIA TEM QUE ENFRENTAR AS ESTRADAS COMPLETAMENTE EMBURACADAS. ASSIM SENDO, PROCURO DAR MINHA CONTRIBUIÇÃO PARA REDUZIR ESSE MEIO DE LIGAÇÃO ENTRE A CAPITAL GOIANIA E O MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO PEDRO CHAVES	UF GO	PARTIDO PMDB
DATA	ASSINATURA 		

EMENDA - 00003

EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL

PL 022/2004-CN

Mensagem 0082/2004-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI 22/2004	PÁGINA 1 DE 1
---------------------	---------------------------	------------------

TEXTO

INCLUA-SE: FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 05.781.0631.5222.XXXX - AMPLIAÇÃO DO AEROPORTO DE OIAPOQUE/AP.

GND-4, MODALIDADE - 30, FONTE 250, (RP-2).

VALOR: R\$ 1.000.000,00 (UM MILHÃO DE REAIS)

CANCELAMENTO: FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 05.781.0631.107W.0101 - AMPLIAÇÃO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AERODROMO DE SÃO JOAQUIM NO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM/SC.

GND-4, MODALIDADE - 90, FONTE 250, (RP-2).

VALOR: R\$ 350.000,00 (TREZENTOS E CINQUENTA MIL DE REAIS)

CANCELAMENTO: FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 05.781.0631.108B.0101 - CONSTRUÇÃO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AERODROMO EM ARRAIAS/TO.

GND-4, MODALIDADE - 90, FONTE 250, (RP-2).

VALOR: R\$ 350.000,00 (TREZENTOS E CINQUENTA MIL DE REAIS)

CANCELAMENTO: FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 05.781.0631.108F.0101 - CONSTRUÇÃO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AERODROMO EM JUARÁ/MT.

GND-4, MODALIDADE - 90, FONTE 250, (RP-2).

VALOR: R\$ 300.000,00 (TREZENTOS E CINQUENTA MIL DE REAIS)

JUSTIFICAÇÃO

A MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA E A AMPLIAÇÃO DO AEROPORTO DA CIDADE DO OIAPOQUE É DE EXTREMA IMPORTÂNCIA PARA A SEGURANÇA NACIONAL, UMA VEZ QUE É O LOCAL MAIS APROPRIADO PARA RECEBER TROPAS FEDERAIS EM CASO URGÊNCIA.

ACRESCENTA-SE QUE A SUA POSIÇÃO ESTRATÉGICA EM ÁREA DE FRONTEIRA COM OUTROS PAÍSES JUSTIFICA O REMANEJAMENTO DO CRÉDITO ESPECIAL EM FAVOR DAQUELE AEROPORTO, POIS ALÉM DO SUPRACITADO, TAMBÉM É O LOCAL QUE PERMITE A MAIS RÁPIDA LOCOMOÇÃO, EM PERÍODOS CHUVOSOS E EM SITUAÇÃO DE CALAMIDADE PÚBLICA, COM AS DEMAIS LOCALIDADES DO PAÍS.

CÓDIGO 1128	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO CORONEL ALVES	UF AP	PARTIDO PL
----------------	---	----------	---------------

DATA 3/6/2004	ASSINATURA
------------------	------------

EMENDA - 00004

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 022/2004-CN

Mensagem 0082/2004-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PLN - 22-2004 - CN	PÁGINA 01 DE 01
----------------------------	---	---------------------------

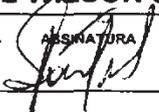
TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA/ATIVIDADE DO ANEXO I - 05.781.0631.107W.0101 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DA PISTA DE POUSO DO AEROPORTO DE PATOS, NO ESTADO DA PARAÍBA.

CANCELAMENTO:
 ÓRGÃO: 52000
 UNIDADE: 52911
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 05.781.0631.107W.0101
 GND: 4
 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 30
 VALOR R\$ 300.000,00
 FONTE: 250

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA REFORMAR E AMPLIAR A PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AEROPORTO DE PATOS, NO ESTADO DA PARAIBA. TRATA-SE DE UM AEROPORTO QUE HÁ MUITO NECESSITA DE REFORMA E, CONSEQUENTEMENTE A SUA AMPLIAÇÃO, PARA MELHORAR O ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO QUE UTILIZA ESSE AEROPORTO DIARIAMENTE. COM ESTA EMENDA, PROCURO DAR MINHA CONTRIBUIÇÃO A REIVINDICAÇÃO DA POPULAÇÃO DESSE MUNICÍPIO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO FEDERAL WILSON SANTIAGO	UF PB	PARTIDO PMDB
DATA 09 de 2004	ASSINATURA 		

EMENDA - 00005**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 022/2004-CN

Mensagem 0082/2004-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PLN - 22-2004 - CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--------------------------------------	--------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA/ATIVIDADE DO ANEXO I - 05.781.0631.107W.0101 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DA PISTA DE POUSO DO AEROPORTO DE ITAPORANGA, NO ESTADO DA PARAÍBA.

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 52000

UNIDADE: 52911

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 05.781.0631.107W.0101

GND: 4

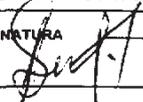
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 30

VALOR R\$ 300.000,00

FONTE: 250

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA REFORMAR E AMPLIAR A PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AEROPORTO DE ITAPORANGA, NO ESTADO DA PARAÍBA. TRATA-SE DE UM AEROPORTO QUE HÁ MUITO NECESSITA DE REFORMA E, CONSEQUENTEMENTE A SUA AMPLIAÇÃO, PARA MELHORAR O ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO QUE UTILIZA ESSE AEROPORTO DIARIAMENTE. COM ESTA EMENDA, PROCURO DAR MINHA CONTRIBUIÇÃO A REIVINDICAÇÃO DA POPULAÇÃO DESSE MUNICÍPIO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO FEDERAL WILSON SANTIAGO	UF PB	PARTIDO PMDB
DATA 09/06/2004	ASSINATURA 		

EMENDA - 00006**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 022/2004-CN

Mensagem 0082/2004-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PLN - 22-2004 - CN	PAGINA 01 DE 01
---------------------	--------------------------------------	--------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA/ATIVIDADE DO ANEXO I - 05.781.0631.107W.0101 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DA PISTA DE POUSO DO AEROPORTO DE CONCEIÇÃO, NO ESTADO DA PARAÍBA.

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 52000

UNIDADE: 52911

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 05.781.0631.107W.0101

GND: 4

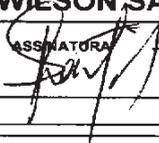
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 30

VALOR R\$ 300.000,00

FONTE: 250

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA REFORMAR E AMPLIAR A PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AEROPORTO DE CONCEIÇÃO, NO ESTADO DA PARAIBA. TRATA-SE DE UM AEROPORTO QUE HÁ MUITO NECESSITA DE REFORMA E, CONSEQUENTEMENTE A SUA AMPLIAÇÃO, PARA MELHORAR O ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO QUE UTILIZA ESSE AEROPORTO DIARIAMENTE. COM ESTA EMENDA, PROCURO DAR MINHA CONTRIBUIÇÃO A REIVINDICAÇÃO DA POPULAÇÃO DESSE MUNICÍPIO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO FEDERAL WILSON SANTIAGO	PB	PMDB
DATA	ASSINATURA		
09/06/2004			

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00007

PL 022/2004-CN

Mensagem 0082/2004-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PLN - 22-2004 - CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--------------------------------------	--------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA/ATIVIDADE DO ANEXO I - 05.781.0631.107W.0101 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DA PISTA DE POUSO DO AEROPORTO DE CAJAZEIRAS, NO ESTADO DA PARAÍBA.

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 52000

UNIDADE: 52911

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 05.781.0631.107W.0101

GND: 4

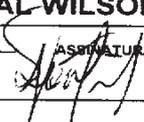
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 30

VALOR R\$ 300.000,00

FONTE: 250

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA REFORMAR E AMPLIAR A PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AEROPORTO DE CAJAZEIRAS, NO ESTADO DA PARAÍBA. TRATA-SE DE UM AEROPORTO QUE HÁ MUITO NECESSITA DE REFORMA E, CONSEQUENTEMENTE A SUA AMPLIAÇÃO, PARA MELHORAR O ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO QUE UTILIZA ESSE AEROPORTO DIARIAMENTE. COM ESTA EMENDA, PROCURO DAR MINHA CONTRIBUIÇÃO A REIVINDICAÇÃO DA POPULAÇÃO DESSE MUNICÍPIO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO FEDERAL WILSON SANTIAGO	PB	PMDB
DATA	ASSINATURA		
04/06/2004			

EMENDA - 00008

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

PL 022/2004-CN
Mensagem 0082/2004-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PLN - 22/2004 - CN	01 DE 01
---------------------	--------------------------------------	----------

TEXTO

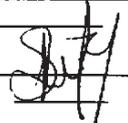
INCLUIR NO PROGRAMA/ATIVIDADE DO ANEXO I - CONSTRUÇÃO DA PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AEROPORTO DE UIRAÚNA, NO ESTADO DA PARAIBA.

CANCELAMENTO:
 ÓRGÃO: 52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA
 UNIDADE: 52911
 FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 05.781.0631.108-B. 0101
 VALOR R\$ 50.000,00
 M.A: 30
 FONTE: 250
 GND: 4

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDE-SE COM A PRESENTE EMENDA, DOTAR RECURSOS FINANCEIROS PARA A CONSTRUÇÃO DO AEROPORTO DE IRAUNA, NO ESTADO DA PARAÍBA. A BANCADA DA PARAIBA, AO ELABORAR SUAS EMENDAS ANUAIS, TENTOU DE TODAS MANEIRAS JUNTO AO RELATOR SETORIAL E, COM O RELATOR GERAL, INSERIR RECURSOS FINANCEIROS COM ESSE OBJETIVO MAS, OS RELATORES NÃO FICARAM SENSIVEIS AS NOSSAS PONDERAÇÕES E REIVINDICAÇÕES. ASSIM SENDO, COM ESTA EMENDA, PROCURO ATENDER OS OBJETIVOS DE TODA A POPULAÇÃO DE UIRAUNA.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR DEPUTADO FEDERAL WILSON SANTIAGO	UF PB	PARTIDO PMDB
--------	---	----------	-----------------

DATA 05/06/2004	ASSINATURA 
--------------------	---

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00009

PL 022/2004-CN

Mensagem 0082/2004-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PLN - 22-2004 - CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--------------------------------------	--------------------

TEXTO

INCLUIR NO PROGRAMA/ATIVIDADE DO ANEXO I - 05.781.0631.107W.0101 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DA PISTA DE POUSO DO AEROPORTO DE SOUSA, NO ESTADO DA PARAÍBA.

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 52000

UNIDADE: 52911

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 05.781.0631.107W.0101

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 30

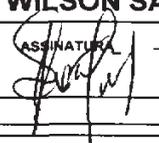
VALOR R\$ 300.000,00

FONTE: 250

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA REFORMAR E AMPLIAR A PISTA DE POUSO E DECOLAGEM DO AEROPORTO DE SOUSA, NO ESTADO DA PARAÍBA.

TRATA-SE DE UM AEROPORTO QUE HÁ MUITO NECESSITA DE REFORMA E, CONSEQUENTEMENTE A SUA AMPLIAÇÃO, PARA MELHORAR O ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO QUE UTILIZA ESSE AEROPORTO DIARIAMENTE. COM ESTA EMENDA, PROCURO DAR MINHA CONTRIBUIÇÃO A REIVINDICAÇÃO DA POPULAÇÃO DESSE MUNICÍPIO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO FEDERAL WILSON SANTIAGO	PB	PMDB
DATA	ASSINATURA		
07/06/04			

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 78 , DE 2004

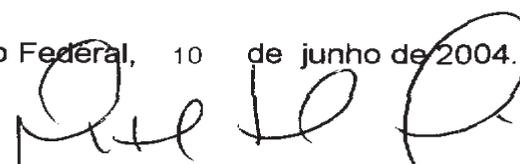
O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

I – Designar a servidora SONIBEL PRESTANA PEREIRA RABELO, matrícula 5545, para integrar como membro a Comissão Especial instituída pela Portaria Diretor-Geral nº 52, de 2004, desta Diretoria-Geral, incumbida de elaborar projeto de criação e funcionamento de Núcleo Central de Pesquisa e produção de pautas da Secretaria de Comunicação Social.

II – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Senado Federal, 10 de junho de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 079 , DE 2004

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

I - Prorrogar por 90 (noventa) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial instituída pela Portaria nº 02, de 2004, do Diretor-Geral do Senado Federal, incumbida de elaborar manual de procedimentos que estabeleçam rotinas de registros, indexação e inclusão de documentos na base de dados do Senado Federal.

II – Designar para compor a Comissão os servidores John Kennedy Oliveira Gurgel, matrícula 5125, José Eduardo Cruz Leão, matrícula 5522 e Valter de Azevedo Gonçalves Júnior, em substituição aos membros Cláudio Silva Miranda, matrícula 5631 - SEI, José Edmilson G. Figueiredo, matrícula 3111 e Márcia Latife E. Kalume, matrícula 2703.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com os seus efeitos a partir de 12 de junho de 2004.

Senado Federal, 14 de junho de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1008 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008539/04-9,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **FABIANO CHAVES SANTOS**, matrícula n.º 33243, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Primeira-Secretaria.

Senado Federal, em 10 de junho de 2004.

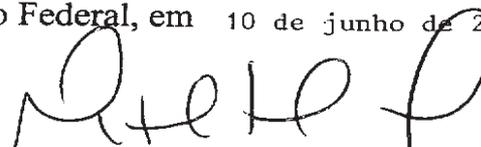

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1009 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008539/04-9,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ÁUREA JULIÃO VIEIRA PAIVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira-Secretaria.

Senado Federal, em 10 de junho de 2004.

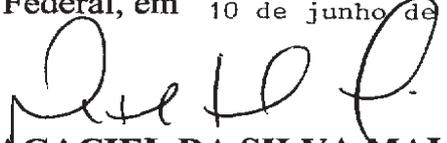

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1010, DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008510/04-0,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **PEDRO AMORIM ÁVILA JÚNIOR**, matrícula n.º 32140, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Diretoria-Geral, a partir de 10/05/2004.

Senado Federal, em 10 de junho de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1011, DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Artigo 10, § 3º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008530/04-1,

R E S O L V E exonerar, a pedido, na forma do disposto no Art. 35, Inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **NARCISO FERNANDES BARBOSA**, matrícula n.º 31919, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Gabinete da Senadora Heloísa Helena, a partir de 08/06/2004.

Senado Federal, em 10 de junho de 2004.



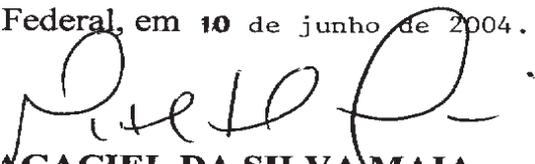
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1012 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008511/04-7**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANTONIO LEONARDO GOMES NETO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3 , do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Diretoria-Geral.

Senado Federal, em 10 de junho de 2004.



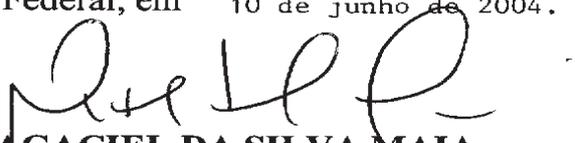
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1013 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008502/04-8**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ADRIANE MARIA SERWY** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Aelton Freitas.

Senado Federal, em 10 de junho de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

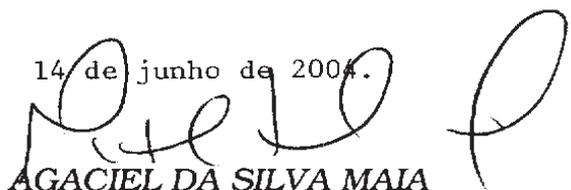
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 1014 , de 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo SF n.º 006527/97-3 (anexo 006686/97-4),

RESOLVE, fundamentado no inciso IV, do art. 222, da Lei 8.112/90, por perda da qualidade de beneficiário por ter atingido a maioridade, cancelar a cota de 1/4 (um quarto) da pensão temporária concedida a CANOVAS LIRA, na condição de filho menor, e nos termos do art. 223, inciso II, da Lei 8.112/90, reverter a referida cota cancelada para FRANCISCO LIRA SOBRINHO, na condição de filho menor, alterando a cota da pensão temporária de 1/4 (um quarto) para 2/4 (dois quartos), e manter a pensão vitalícia concedida a MARIA DE FÁTIMA PEREIRA DA SILVA, na qualidade companheira e NAIR SÁ CAVALCANTE MENDES na qualidade de ex-esposa pensionada, na proporção de 1/4 (um quarto) para cada, conforme Título Concessório de 15/05/1997, dos proventos que percebia o ex-servidor JUSTINO LIRA MENDES, matrícula 75.369, a partir da data da maioridade, 23/06/2001.

Senado Federal, 14 de junho de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

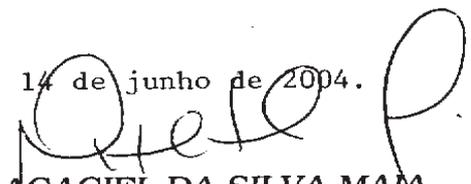
ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 1015 , de 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo SF n.º 006527/97-3 (anexo 006686/97-4),

RESOLVE, fundamentado no inciso IV, do art. 222, da Lei 8.112/90, por perda da qualidade de beneficiário por ter atingido a maioridade, cancelar a cota de 2/4 (dois quartos) da pensão temporária concedida a FRANCISCO LIRA SOBRINHO, na condição de filho menor, e nos termos do art. 223, inciso II, da Lei 8.112/90, e reverter a referida cota para MARIA DE FÁTIMA PEREIRA DA SILVA, na qualidade companheira e NAIR SÁ CAVALCANTE MENDES na qualidade de ex-esposa pensionada, alterando a cota da pensão vitalícia de 1/4 (um quarto) para 1/2 (um meio) para cada, conforme Título Concessório de 15/05/1997, dos proventos que percebia o ex-servidor JUSTINO LIRA MENDES, matrícula 75.369, a partir da data da maioridade, 23/06/2004.

Senado Federal, 14 de junho de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA

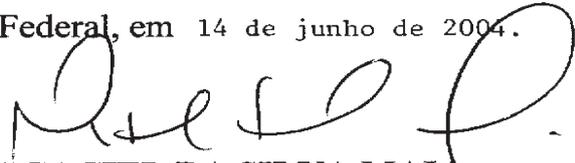
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1016, DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008.441/04-9,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JOSÉ ROSSY E VASCONCELOS JÚNIOR**, matrícula n.º 35.399, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Senado Federal, em 14 de junho de 2004.

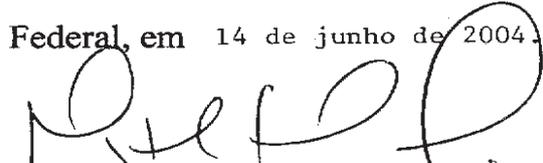

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1017, DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 008626/04-9,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ALFREDO MOREIRA DE ALMEIDA**, matrícula n.º 33496, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete da Segunda Secretaria, a partir de 08/06/2004.

Senado Federal, em 14 de junho de 2004.

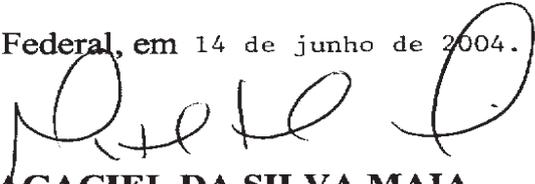

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1018, DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008592/04-7**,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **EDNA MARIA RODRIGUES PEREIRA**, matrícula n.º 34807, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Eduardo Azeredo.

Senado Federal, em 14 de junho de 2004.

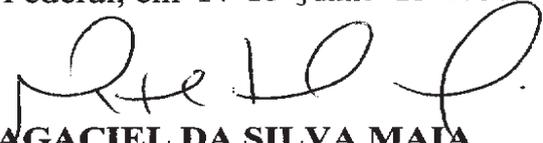

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1019, DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008571/04-0**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARISTELA APARECIDA GASPERAZZO MARGOTTO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Marcos Guerra.

Senado Federal, em 14 de junho de 2004.

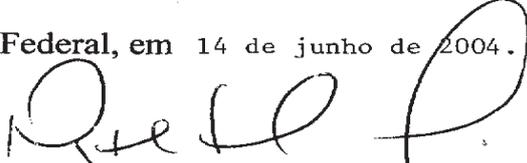

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1020 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008573/04-2**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **NARCISO FERNANDES BARBOSA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Ana Júlia Carepa .

Senado Federal, em 14 de junho de 2004.

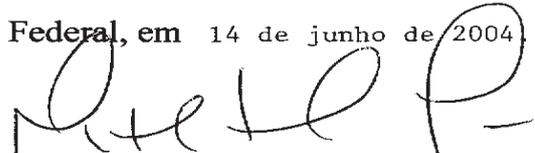

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1021 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008590/04-4**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUIZ BELARMINO DA COSTA NETTO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Fernando Bezerra.

Senado Federal, em 14 de junho de 2004.

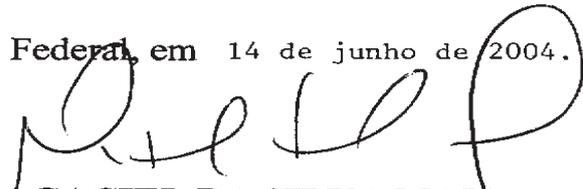

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1022 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **008625/04-2**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUIS CARLOS DINELLI** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Segunda Secretaria.

Senado Federal, em 14 de junho de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1023 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 008092/04-4,

RESOLVE designar o servidor **HUMBERTO CAETANO DE ALMEIDA**, matrícula 4441, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico de Treinamento, Símbolo FC-6, do Instituto Legislativo Brasileiro, a partir de 01 de junho de 2004.

Senado Federal, 14 de junho de 2004.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)**

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney		Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PTB	Duciomar Costa	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PDT	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PFL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PFL	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	- Paulo Elifas
	ESPÍRITO SANTO	PT	- Fátima Cleide
PPS	João Batista Motta	PMDB	- Valdir Raupp
PSDB	Marcos Guerra		RORAIMA
PL	Magno Malta	PPS	- Mozarildo Cavalcanti
	PIAUI	PDT	- Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	- Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscmcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Morais
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)**

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Morais
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.
Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS
DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)
Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Shessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscmcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Morais
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscmccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO
(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati
Vice-Presidente: Pedro Simon
Relator Geral: Senador Demóstenes Torres**

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Moraes	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)**

**Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)
Vice-Presidente: (vago)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

**4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

**4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

**4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**



SENADO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR NEY SUASSUNA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)			
IDELI SALVATTI-PT	SC-2171/72	1-ANA JÚLIA CAREPA-PT	PA-2104/10
SIBÁ MACHADO	AC-2184/88	2-DELCÍDIO AMARAL-PT	MS-2451/55
ANTONIO CARLOS VALADARES-PSE	SE-2201/04	3-GERALDO MESQUITA JUNIOR-PSB	AC-1078/1278
AELTON FREITAS-PL	MG-4018/4621		
DUCIOMAR COSTA-PTB	PA-2342/43		
PMDB			
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	1-VALMIR AMARAL	DF-1961/62
LUIZ OTAVIO	PA-3050/1026	2-ROMERO JUCÁ	RR-2112/13
GERSON CAMATA	ES-1403/3256		
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA-1411/4073		
PFL			
CÉSAR BORGES	BA-2212/13	1-JORGE BORNHAUSEN	SC-4206/07
EFRAIM MORAIS	PB-2421/22	2- PAULO OCTAVIO	DF-2011/19
JOAO RIBEIRO	TO-2163/64		
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92		
PSDB			
ARTHUR VIRGILIO	AM-1201/1301	1-LEONEL PAVAN	SC-4041/4014
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348		
PDT			
OSMAR DIAS	PR-2124/5	1-ALMEIDA LIMA	SE-1312/1427
PPS			
MOZARILDO CAVALCANTI	RR-1160/1162		

REUNIÕES: QUARTA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS
SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519
Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO
SALA Nº 06 - telefone: 311-3254
Email: jcarvalho@senado.gov.br
ATUALIZADA EM: 26-03-04

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2. Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003
Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Morais (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2. Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Morais	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E - Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes**

**Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes**

**Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)
Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral:

19.04.1995

2ª Eleição Geral:

30.06.1999

3ª Eleição Geral:

27.06.2001

4ª Eleição Geral:

13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago)	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PT¹					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago)	DF	2285	3. Eduardo Suplicy	SP	3213
PSDB⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB¹					
(Vago)			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB , PL e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 16.04.2004)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e
311-5256
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995
2ª Designação: 30.06.1999
3ª Designação: 27.06.2001
4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Vago			
Demóstenes Torres	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC)
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 16.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Sérgio Guerra (PSDB/PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u> Deputado Maurício Randes (PT-PE)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Carlos Melles (PFL-MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 02.06.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	JOSÉ ALBERTO FOGAÇA DE MEDEIROS	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPTÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em 27.04.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil) *
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) *

* Designados na 9ª Reunião de 2003 do Conselho de Comunicação Social

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾

Senador EDUARDO SUPPLY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCA (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SA (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado CARLOS MELLES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP)	LÍDER DA MAIORIA Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)
LÍDER DA MINORIA Deputado JOSÉ THOMAZ NONÔ (PFL-AL)	LÍDER DA MINORIA Senador SÉRGIO GUERRA (PSDB -PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado CARLOS MELLES (PFL-MG)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPPLY (PT -SP)

Atualizado em 02.06.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações

Revista de Informação Legislativa – Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.



Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988

Publicação com atualização permanente. Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas constitucionais.

Preço por exemplar: R\$ 5,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seeecat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 112 PÁGINAS